



RAÍZES

Ano XIII - Nº 25

São Caetano do Sul

Julho de 2002





Nossa Capa

“**F**ides-Honor-Labor. (Fé, Honra e Trabalho): três palavras em latim abaixo do brasão encimado por quatro letras brancas – I.R.F.M. – rodeadas de folhas verdes; um fundo vermelho de chaminés fumegantes e um trem tracionado por uma locomotiva a vapor”

Isto foi mais que um logotipo, uma marca ou um desenho. Foi simplesmente o símbolo do maior parque industrial da América Latina e representou em nosso país o que a família Rothschild significou para a Inglaterra e os Rockefellers para os Estados Unidos da América.

O símbolo registrado em nossa capa foi feito em pintura sobre ladrilhos e faz parte do acervo do Museu Histórico Municipal. Todavia, já era parte da paisagem industrial de São Caetano do Sul desde 1913, uma vez que podia ser visto nas paredes da Matarazzo, nos rótulos dos produtos, nos vagões ferroviários, no uniforme dos operários e na memória do povo.

Retratá-lo em *Raízes* é uma homenagem aos milhares de homens e mulheres sancaetanenses que, anonimamente, ajudaram a erguer este império industrial com Fé, Honra, e Trabalho, um exemplo para as novas gerações.

Capa e Arte – Neusa Schilaro Scaléa

 **Fundação Pró-Memória**
São Caetano do Sul

Ano XIII - Número 25
Publicação semestral
Distribuição gratuita

ISSN 1415-3173
Publicação da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul

Julho de 2002

Avenida Goiás, 600 - Térreo
CEP 09521-300 - São Caetano do Sul (SP)
Fonefax (011) 4221-9008 e 4221-7420
www.fpm.org.br
e-mail: fpm@fpm.org.br e
raizes@fpm.org.br

Jornalista responsável
Alexandre Toler Russo
(MTb 33212)

Coordenação geral
Sônia Maria Franco Xavier

Redação
Fabiola Fioravante (digitalização de imagens)
José Roberto Gianello (pesquisa)
Maisa da Silveira (digitalização)
Maria Ap. M. Fedatto (secretaria e coordenação)
Paula Ferreira Fiorotti (assessoria)
Paula Sidelnik (digitalização de imagens)

Imagens
Antônio Reginaldo Canhoni (fotografia)
Neusa Schilaro Scaléa (arte)

Programação Visual e Paginação Eletrônica
Maria Antônia dos Reis-ME

Conselho Editorial
Aleksandar Jovanovic, Alexandre Toler Russo, Humberto Pastore, Jayme da Costa Patrão, João da Costa Faria, José Roberto Gianello, Maria Aparecida M. Fedatto, Mário Del Rey, Mário Porfírio Rodrigues, José de Souza Martins, Sílvio José Buso, Sônia Maria Franco Xavier (presidente), Valdenizio Petrolli, Yolanda Ascêncio.

Fotolitos e Impressão
Provo Distribuidora e Gráfica Ltda.

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Editorial

Buscando sempre a memória sob diferentes enfoques e múltiplas perspectivas, mas fiel às suas origens, *Raízes* 25 abre novos espaços em seu índice para abrigar contextos regionais que historicamente nos abrangem e que de alguma forma influenciaram nosso passado.

São contribuições que vêm enriquecer o incessante garimpar da memória com a descoberta de outros filões de grande valor.

A diversidade das seções nos tem proporcionado novos colaboradores que emprestam à revista caráter mais abrangente nas pesquisas.

Destacamos, também, neste número, a seção dossiê, bastante elucidativa sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo Matarazzo, principalmente a primeira Indústria de Energia (IMÊ), pioneira na refinação de petróleo no ABC.

Os primórdios do esporte em nossa cidade, em precisos relatos, nos permitem refletir sobre o difícil caminho que foi trilhado até o brilhante estágio atual.

Ficam nossos agradecimentos a todos que aqui colaboraram.

O passado é imutável e resgatá-lo com fidelidade é dever de todos. Porém, as diferentes formas de fazê-lo são privilégios da arte de cada um.

Homenageando o futuro

Luiz Tortorello(*)

A maior batalha não é contra as situações materiais adversas: é contra as mentalidades precárias que não reconhecem, no passado, os valores e princípios que norteiam uma comunidade, e que não vêem, no futuro, o aprimoramento e crescimento da própria qualidade humana. Ambos os fatores estão interligados de forma tão intensa, que a falta de um compromete definitivamente o outro.

Quando idealizamos a Fundação Pró-Memória, em 1991, nosso pensamento estava nos primórdios de São Caetano do Sul, nas nossas firmes origens beneditinas reforçadas pela imigração italiana de fins do século XIX e todas as que lhe seguiram.

Estava nos princípios e valores de trabalho como meio de conquistar o que de melhor a vida pode proporcionar, espírito de luta e coragem ante quaisquer obstáculos e dificuldades, iniciativa e desprendimento em todas as ações para construir uma comunidade valorosa e pioneira, aguerrida e eficiente, alegre e disposta a construir o futuro sem jamais esquecer a generosidade e a solidariedade, sem o que não podemos falar de qualidade humana. Nossa comunidade realiza esse princípio no seu dia-a-dia.

Em suas novas dependências no Complexo Educacional do Ensino Fundamental da Avenida Goiás com a Rua Augusto de Tole-

do, a Fundação Pró-Memória inaugura um novo ciclo de sua existência, melhor estruturada e implementada, e este número da revista *Raízes* representa um marco na trajetória de nossa cidade. Abre sua abrangência e representatividade ao abarcar também a região, resgata fatos e documentos legitimadores do orgulho que temos de nossa História e, como sempre,

nos faz refletir que somente podemos construir com sucesso se os alicerces são sólidos.

Raízes, revista simples e objetiva, traz a marca elogiável do jornalismo sério de retrospectiva e contribui, definitivamente, para nossa identificação seja co-

mo comunidade, seja como fatores permanentes de pioneirismo em nossa região, no Estado de São Paulo e em nosso país, pois é exemplo vivo e confiável da retratação do passado com vistas aos tempos que virão. É uma homenagem ao futuro.

Vale a pena ler. Ainda mais, vale a pena a identificação natural decorrente de suas matérias, artigos e reportagens, que reforçam nosso sentimento de pertencer a uma comunidade líder no país. Parabéns aos autores e, especialmente, parabéns aos leitores.



(*) O professor e jurista Luiz Tortorello, criador da Fundação Pró-Memória, é prefeito de São Caetano do Sul em terceiro mandato, Presidente do Consórcio e da Câmara do ABC, Coordenador do Grupo de Trabalho Legislativo do Fórum de Segurança da Grande São Paulo e ex-Deputado Estadual.

ÍNDICE

Dossiê

05 *O Grupo Matarazzo nas terras do município*

07 *De Fábricas Reunidas Pamplona a Indústrias Reunidas F. Matarazzo (1916)*

José Roberto GIANELLO

09 *A maravilhosa Fábrica Rayon*

Mário Porfírio RODRIGUES

11 *IMÊ – A primeira refinadora de petróleo do ABC*

Pedro KENDE



Fábrica de Louças Cláudia

23 *Singerffrido Cavassani, o almoxarife do império*

Artigos

27 *Maria Silvestre: costurando o passado*

Sônia Maria Franco XAVIER

30 *Jubileu de Ouro de formatura que marcou época: uma turma fadada a vencer*

Carlos GERCHTEL

36 *A Região do ABC no tempo dos bondes*

André Luiz Balsante CARAM

Artigos Regionais

45 *O ABC Paulista. Da vila de João Ramalho até meados do século XVIII*

Arlete Assumpção MONTEIRO

48 *Fazenda do capitão João em Mauá*

Silvia AHLERS

50 *O patrimônio cultural de Paranapiacaba*

Wilson Roberto Stanziani de SOUZA

54 *Paranapiacaba e Educação Patrimonial*

Suzana Cecília KLEEB

56 *Trilhas de Paranapiacaba: uma história no caminho da Mata Atlântica*

Valdemar Campião JÚNIOR

57 *No alto da serra se avista Paranapiacaba*

Carlos da COSTA

Personagens

59 *Entre os filhos espanhóis de Santa Paula, Rodrigo Marques*

62 *Primeiro e segundo volumes da história da marca Trentini: Lucillo e Cesare*

Alexandre Toler RUSSO

Cultura

67 *Aprendizado sem as formalidades da sala de aula*

71 *Retrospectiva: Onze Salões de Arte Contemporânea no município*

Neusa Schilaro SCALÉA

73 *São Caetano do Sul, cenário do primeiro filme brasileiro de bonecos animados*

76 *A Fotografia e a Cidade II*

Depoimentos

77 *Força feminina combate o câncer há 30 anos*

79 *Relato sobre a família Capella na década de 30*

Roberto CAPELLA

81 *José Lozano: 60 anos como açougueiro na cidade*

85 *Família Gesellmann, 57 anos de São Caetano*

Yolanda ASCENCIO

Memória

88 *Museu Municipal, 43 anos de história*

Humberto Domingos PASTORE

Esporte

91 *Primórdios do futebol: Clube dos Amigos X Rio Branco*

Narciso FERRARI

93 *Arte de Silvana ajudou a premiar a cidade*

José Teixeira GONÇALVES

96 *Mestre Aurélio tem 60 anos de futebol na região*

101 *Jogos Abertos do Interior: São Caetano sagrou-se campeão pela primeira vez em 1982*

José Odair da SILVA

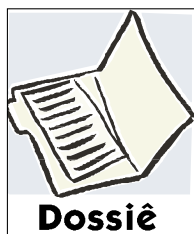
Registro

104

Memória Fotográfica

108

O Grupo Matarazzo nas terras do município



Dossiê

As instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em São Caetano do Sul, eram conhecidas, dentro desse império familiar, como *Grupo São Caetano*. As fábricas reunidas aqui formavam o único grupo fechado da corporação, produzindo os mais diversos artigos. A prioridade, contudo, era a área química. Começou em 1912, com uma caixotaria e uma serraria e, nesse mesmo ano, arrendou, junto a Pamplona Sobrinho & Cia, as instalações em que vieram a produzir velas, óleos vegetais, sabões, lubrificantes, graxas, glicerinhas e estearinas.

A biografia do Conde Francisco Matarazzo registra sua chegada ao Brasil com 21 anos de idade e na condição de imigrante. Começou a trabalhar em Sorocaba, trocando mercadorias por animais e, em 1890, fundou a firma Matarazzo & Irmãos, que deu origem à S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. O imenso grupo que daí se originou sobreviveu até 1977, ano da concordata que pôs fim ao maior império industrial-familiar constituído no Brasil.

É surpreendente analisar a história dessa empresa, principalmente pela sucessão de empreendimentos e investimentos que ela provocava dentro de si mesma, gerando fábricas e indústrias como uma bola de neve de tamanho indefinido. Começou com uma fábrica de farinha de trigo. Esta provocou a montagem de uma indústria de sacos, mais tarde transformada em fábrica

Cronologia

Conde Francisco Matarazzo (1854-1937)



Conde Francisco Matarazzo, em foto da década de 20

- 1854 – Nasce em 9 de Março, em Castellabate, Província de Salerno, Itália.
- 1881 – Desembarca no Rio de Janeiro com a mulher, Filomena, e dois filhos.
- 1882 – Abre seu primeiro negócio no Brasil, uma venda em Sorocaba, no interior paulista.
- 1891 – Francisco Matarazzo muda-se para a cidade de São Paulo, o que determinou a virada em seus negócios. Funda a Companhia Matarazzo com 43 sócios.
- 1895 – Constrói a Vila Matarazzo, na recém-aberta Avenida Paulista, onde recebe o mundo político, empresarial e cultural de São Paulo e da Itália.
- 1897 – Funda a empresa Matarazzo & Irmãos.
- 1900 – Inaugura o Moinho Matarazzo, o mais moderno da América Latina. Funda o Banco Commerciale Italiano di São Paulo.
- 1902 – Anexa ao moinho, nasce a Metalúrgica Matarazzo.
- 1904 – Surge, ao lado do moinho e da metalúrgica, a Fiação e Tecelagem de Algodão Mariangela, fazendo sacos para embalar mantimentos e estampados para roupas.
- 1905 – Participa da fundação do Banco Italiano del Brasile.
- 1906 – Nasce a fábrica Sol Levante, de

sabão e óleo, a partir do uso de caroços de algodão.

- 1910 – Começa a grande expansão do Grupo Matarazzo, que chega a ter negócios no Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Região Sul, Chile e também importar arroz da Conchinchina.
- 1914 – Funda a Sociedade Anônima do Paraná, um frigorífico.
- 1917 – Recebe do Rei da Itália o título de conde

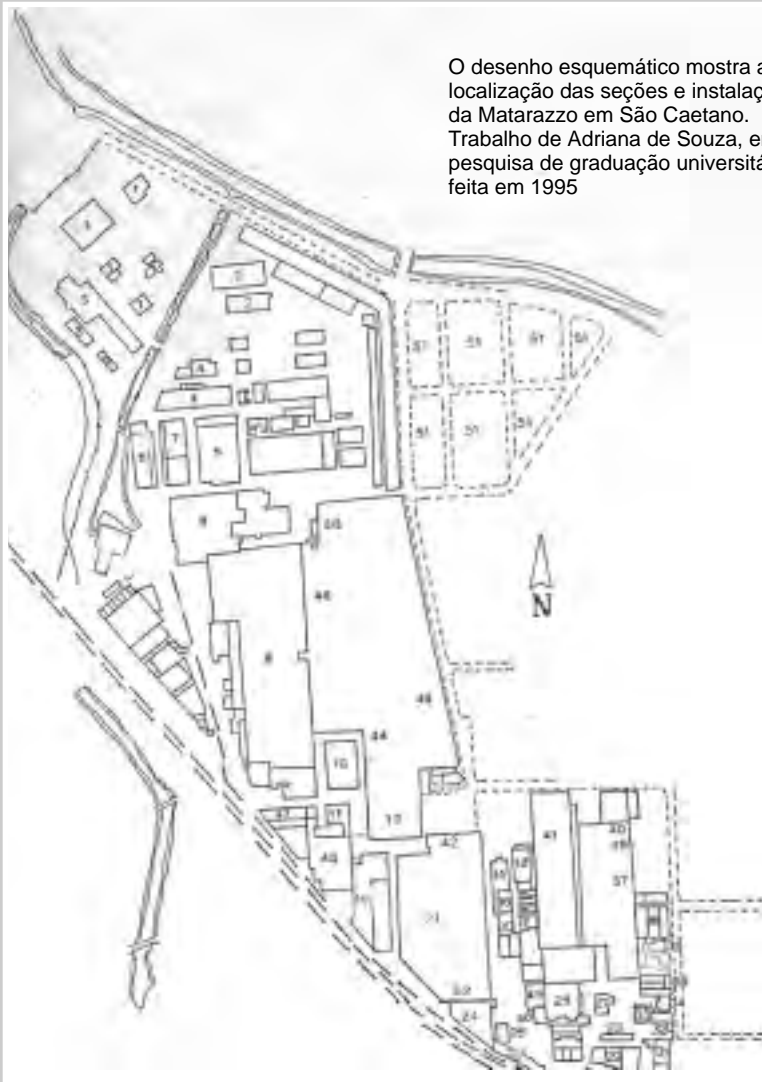
pelos serviços prestados durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, adquire a Companhia Metal Gráfica Aliberti, ampliando o setor de estamperia e metais.

- 1928 – Empossado presidente do Conselho da Indústria de São Paulo, que mais tarde deu origem à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
- 1930 – Como resposta à crise econômica mundial, investe numa filial na Argentina, apostando no dinamismo do mercado da região do Rio Prata.
- 1934 – Grande Festa dos 80 anos do conde Francisco Matarazzo no pátio da fábrica com a presença de milhares de funcionários.
- 1937 – Morre Francisco Matarazzo, que tem um enterro à altura de seu papel em vida, acompanhado por personalidades e por centenas de seus operários.

de tecidos populares, especialmente chita. O desenvolvimento das atividades têxteis levou à compra de algodão em caroço. Daí surgiu a idéia de aproveitamento das sementes de algodão, lintel, torta e farelo. Esta operação inspirou a manufatura de outro subproduto da semente, apresentando uma fábrica de sabão para

lavagem. O sabão exigia quantidade substancial de sebo que, por sua vez, servia para manipular estearina e glicerina. Desse modo, foi construída a empresa de velas e refinação de glicerina. Mas era necessário encaixotar todos esses produtos e colocá-los nos mercados. Para tanto, foram montadas as serrarias

O desenho esquemático mostra a localização das seções e instalações da Matarazzo em São Caetano. Trabalho de Adriana de Souza, em pesquisa de graduação universitária feita em 1995



1. Unidades de Soda
2. Fábricas de B.H.C. (Bisacloreto)
3. Ácido Sulfúrico/Sulfureto de Cálcio
4. Cloro
5. Depósito
6. Esmalte
7. Fábrica de Papelão
8. Fábrica de Celulose
9. Sulfonatos – Banho para Fiação
10. Viscosil – Celulose/Maturação e Trituração
11. Moagem de Celulose/Laboratório e Escritório
12. Vestiários (Sup)/Restaurante
13. Escófia
14. Tanques de Óleo
15. Oficina Elétrica
16. Lubrificação
17. Chaminé
18. Depósito de Calva de Papelão
19. Departamento de Celulose
20. Fostaria
21. Unidade Rayon
22. Calotaria
23. Laboratório/escritório Técnico
24. Oficina Mecânica
25. Lavagem de Kaolin
26. Cabine Elétrica
27. Tanque de Água
28. Carpintaria
29. Depósito de Matérias Primas
30. Almacarifado
31. Refeitório e Escritório
32. Portaria
33. Escritório
34. Residência do Diretor
35. Atelier
36. Escrevanças (Cultural)
37. Refeitório/Vestiários
38. Estrada de Operários
39. Secadores/enfumaçadores
40. Fornos/Pressas
41. Fábrica de Louças
42. Armazém/Supermercado
43. Diretores/Mostras/Administração
44. Desfibradores de Fio (Fluxo Ramel)
45. Fornos de Fria
46. Esquentadores/Caldeiras
47. Fábrica de Xantato
48. Fábrica Viscosil
49. Torreficador
50. Camicaleira
51. Vila Operária

Cronologia histórica das atividades do Grupo Matarazzo em São Caetano do Sul

- 1912 – O grupo Matarazzo arrenda as quatro fábricas da antiga Pamplona, de sabões e óleos vegetais.
- 1913 – Inicia as atividades da fábrica de pregos.
- 1915 – Ermelino Matarazzo inicia a implantação em São Caetano do primeiro núcleo fechado de fábricas do grupo Matarazzo.
- 1922 – Início das operações da Fábrica de Curtumes.
- 1924 – Demolidos os antigos pavilhões da Pamplona para a construção e montagem da Viscoseda – futura Fábrica de Rayon.
- 1930 – É montada a Fábrica de Pa-

pel, Papelão e Celulose.

- 1935 – É fundada a Cerâmica Matarazzo – Louças Cláudia.
- 1936 – Começa a funcionar a Fábrica de Ácidos.
- 1938 – É inaugurada a I.M.Ê – Indústria Matarazzo de Energia –, primeira refinadora de petróleo do Estado de São Paulo.
- 1939 – Inaugurada a Fábrica de Sulfato de Alumínio.
- 1948 – Inaugurada a Fábrica de Soda Cáustica.
- 1954 – Inaugurada a Fábrica de Acetileno.
- 1955 – Inaugurada a Fábrica de Car-

bureto de Cálcio.

- 1961 – Inaugurada a Fábrica de Ácido Sulfúrico.
- 1977 – Desativadas as Fábricas de Rayon e Sulfureto.
- 1981 – Fechadas as Fábricas de Cloro e B.H.C.
- 1982 – Fechada a Fábrica de Soda Cáustica.
- 1995 – Os operários assumem a direção da Cerâmica Matarazzo – Louças Cláudia.
- 1997 – Parte do terreno da Matarazzo é utilizada para a realização da Festa Italiana, nos festejos de aniversário de São Caetano.

(São Paulo e Paraná), que deram origem ao ramo de construção de móveis. As serrarias exigiam pregos os mais variados, de modo que foi criada a indústria desses artigos, que se desenvolveu e passou a fornecer aos mercados nacionais. Aconteceu, entretanto, que os óleos exigiam latas. Fundou-se uma metalúrgica, com litografia, para todos os tipos de invólucros metálicos. Os Matarazzos montavam, ainda, usinas, destilarias e fábricas de tintas e vernizes para caldeiras e pequenas metalúrgicas.

O babaçu, o ouricuri, o amendoim, o milho, o algodão, as madeiras, essências de vários tipos, o caroço de algodão, a cana-de-açúcar, o ferro, o aço, o cimento, o petróleo e inúmeras outras matérias-primas, encontram, no grupo Matarazzo, o fabricante certo (daí a grande diversidade de fábricas espalhadas pelo Brasil).

Para se ter uma idéia do gigantismo da Matarazzo, na década de 50 o conjunto das empresas ocupava uma área de aproximadamente dois milhões de metros quadrados. Empregava cerca de 30 mil operários, três mil funcionários e mil técnicos, possuindo uma frota de navios, dez locomotivas com 200 vagões e 900 veículos motorizados para o transporte dos produtos.

Este dossiê procura focar apenas as atividades do grupo Matarazzo na cidade de São Caetano do Sul. A importância histórica, social e econômica do império constituído pelo imigrante italiano na cidade, com destaque para a I.M.Ê – Indústria Matarazzo de Energia (iniciativa pioneira no campo da energia e funcionando basicamente como uma refinaria de petróleo. Foi criada em 1936 como a primeira do Estado de São Paulo e a segunda do Brasil, pois a pioneira foi instalada em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, em 1932), foi extremamente relevante.

Companhia Fabricas "Pamplona"		Balança Geral em 31 de Junho de 1911	
ACTIVO		PASSIVO	
Adiantamentos — Anexo n. 1	3027800	Capital — Saldo de 1898 acresc.	1470000000
Ress. — Anexo n. 2	1.000.000.000	Reserva — Fáb. Pamplona Sobrinho — Impor-	
Ações emitidas — Anexo n. 3	20.000.000	tação desta conta,	87.000.000
Fabrics e acessórios e outras coisas —		Acresc. Legal Pamplona — Imp. Idem	6.200.000
Anexo n. 4	315.100.000	Conta de estrutura — Fáb. qm. Imp. no	
Títulos e recibos — Anexo n. 5	41.000.000	acresc.	20000000
Ativos da Soc. Passover e Indus. — An-		Previd. de reserva — Imp. desta conta	30.000.000
exo n. 6	6.000.000	Caupoláda Fáb. qm. Imp. Idem	12.700.000
Outros recursos — Anexo n. 7 (diversos)	182.000.000	Títulos e recibos — Anexo n. 8	41.000.000
Caixa — Anexo n. 8	960.000	Outros recursos — Anexo n. 7 (diversos)	14.700.000
		Lucros e perdas:	
		Saldo anterior	100.000.000
		Lucro obtido neste ex.	100.000.000
		Divid.	1.000.000.000
	1.438.000.000		1.000.000.000
			1.438.000.000

De Fábricas Reunidas Pamplona a Indústrias Reunidas F. Matarazzo (1916)

José Roberto GIANELLO (*)

No livro dos impostos de indústrias e profissões do antigo Município de São Bernardo, que cobre os anos compreendidos entre 1893 e 1899, aparece o primeiro registro do exercício fiscal da Fábrica de Sabão Pamplona e Sobrinho, apontando o recolhimento de impostos na cidade. A *Pamplona*, como era popularmente conhecida, passava a ser uma das principais contribuintes do ainda Distrito de São Caetano, ao lado do Banco União, com sua destilaria a vapor, e da Companhia Formicida Paulista.

Ainda em 1910, a *Pamplona* recolhia impostos no Distrito de São Caetano, mas já sofria o assédio constante dos emissários das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, ávida em arrendar seus pavilhões industriais, absorver sua produção de sabão, velas, graxas e óleos lubrificantes, com o objetivo de criar, em São Caetano, o que seria o único grupo fechado de indús-

trias do nascente império Matarazzo, no início do século, e um dos seus ramos industriais mais desenvolvidos, principalmente na área química.

A fábrica Pamplona já existia, desde 1876, na cidade de São Paulo. Seu proprietário, José Coelho Pamplona, transferiu as instalações para São Caetano em 1896, nas terras da antiga Fazenda São Caetano, dos monges beneditinos, e que foram ocupados posteriormente pelas olarias do dr. Samuel Eduardo da Costa Mesquita, fabricante dos famosos tijolos *Paulista*.

A área ocupada pela *Pamplona* era de 40 mil metros quadrados. Em 1901, trabalhavam na fábrica de 30 a 40 operários, sendo a grande maioria de estrangeiros. A fábrica Pamplona passou por um grande desenvolvimento industrial quando Mariano Paim Pamplona substituiu José Coelho Pamplona na direção da empresa.

Além da fábrica, a família Pamplona controlava o nascimento dos

Fundação Pro-Memória

Demonstração da Conta de Lucros e Perdas da Companhia Fábricas Pamplona, divulgada no Diário Oficial de Outubro de 1913

primeiros loteamentos no Distrito de São Caetano através da Companhia Melhoramentos de São Caetano. Graças à força política que tinham junto ao antigo Município de São Bernardo, conseguiram muitos benefícios através das primeiras leis baixadas no município. A lei 120, de 15 de Julho de 1912, denominava, entre outras, as ruas Mariano Pamplona e Heloísa Pamplona, que permanecem assim até hoje.

Com a chegada das indústrias Matarazzo, o poder político da família Pamplona começou a diminuir no Distrito de São Caetano. Em 1921, por exemplo, perdeu a concessão para a exploração do serviço de construção da rede de água e esgoto.

Estava preparado, desde 1913, o cenário para a mudança do poder

econômico e político no Distrito de São Caetano. Em 1916, registram-se ainda os impostos pagos pela Pamplona e recolhidos junto à antiga Prefeitura de São Bernardo. Em 1917, a Pamplona deixa de figurar nos livros de impostos, substituída pela Matarazzo, que paga os vários impostos e o alvará de transferência das fábricas de sabão e óleo.

Em 20 de Outubro de 1913, é realizada uma assembléia geral ordinária de acionistas da *Pamplona* com o objetivo de verificar e apreciar as contas e operações realizadas durante o ano fiscal, findo em 13 de Julho de 1913. Nessa reunião foi discutida a necessidade de um aumento de capital, através de empréstimos, a fim de atender às novas instalações de máquinas. Os direto-

res, no entanto, não achavam a ocasião favorável para investimentos, principalmente por causa dos problemas internacionais que apontavam para a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914–1918). A situação da Pamplona tornou-se complicada sem os investimentos necessários durante o começo da I Grande Guerra. Simultaneamente, o grupo Matarazzo já se fazia impor com mais objetividade no arrendamento de suas instalações.

Na reunião realizada em 11 de Agosto de 1916, foi aclamado presidente da assembléia de acionistas José Luiz Flaquer que, ao dar a palavra ao acionista Mariano Paim Pamplona Sobrinho, de imediato se manifestou sobre o interesse da S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo em arrendar todas as máquinas da *Pamplona*, terrenos e estoques de materiais pelo preço de 780.000\$000 (setecentos e oitenta contos de réis) em moeda corrente e à vista, com juros de 8% ao ano.

A assembléia ficou dividida, quanto à proposta da Matarazzo, porque alguns sócios não aceitavam o abatimento de 30% sobre o valor da venda exigido pela Matarazzo. Votaram contra o arrendamento os acionistas Francisco Cuocco, Nicola Puglisi Carbone e Fernando Maggi. A favor da proposta, votaram os seguintes acionistas: Mariano Paim



Proprietários, funcionários e operários da Companhia Fábricas Pamplona, em 1912, diante das instalações industriais da empresa



Na década de 70, ainda existiam as ruínas dos pavilhões da Pamplona dentro da Matarazzo, de acordo com informações de antigos funcionários

Pamplona Sobrinho, Laurentino de Azevedo, Serafini Constantino e senador José Luiz Flaquer (este votou por si mesmo e como procurador de Maria Ascensão Coelho, viúva de Manoel Coelho, e seus filhos).

Após calorosas discussões, foi resolvida a venda total da fábrica Pamplona para o grupo Matarazzo. As condições eram as seguintes: importância a receber da Sociedade Anônima Indústrias Reunidas F. Matarazzo da Companhia Pamplona – 780.000\$000 (setecentos contos de réis); juros de 8% ao ano de primeiro até quinze do corrente mês (dois contos setecentos e cinquenta mil réis: 2.750\$000); saldo em conta de arrendamento em depósito no Banco de São Paulo e em Caixa (quarenta e dois contos, seiscentos e seis mil e cem réis: 42.606\$100); soma: oitocentos e vinte e cinco contos trezentos e cinquenta e seis mil e cem réis: 825.356\$100.

A ata de venda da *Pamplona* foi aprovada em assembléia e assinada pelos seguintes acionistas: Armando Leal Pamplona, Nicola Puglisi Carbone, Fernando Maggi, José Luiz Flaquer, Maria de Ascensão Coelho, Serafim Constantino, Laurestino de Azevedo, Francisco Cuocco e Mariano Paim Pamplona Sobrinho. Assim terminava a história de uma das primeiras indústrias de São Caetano, que ficou gravada na memória da primeira geração de brasileiros, descendentes dos colonizadores italianos de 1877. A Junta Comercial do Estado de São Paulo arquivou a ata da assembléia realizada no dia 14 de Agosto de 1916 sob o número 2666.

Fontes:
Diário Oficial da União

(*) José Roberto Gianello é sociólogo e assessor cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

A maravilhosa Fábrica Rayon

Mário Porfírio RODRIGUES (*)

Em 1935 a maioria dos habitantes de São Caetano pertencia à classe trabalhadora e poucoíssimos pensavam em classe média. As famílias mais abastadas possuíam propriedades, mas todos trabalhavam arduamente nas indústrias locais.

No meu caso, pertencente a uma família humilde, os cinco irmãos freqüentavam o grupo escolar, porém, se fosse possível, deveriam também trabalhar para ajudar nas despesas de casa. Com nove anos e meio de idade, após sair das aulas no Grupo Escolar *Senador Flaquer*, almoçava rapidamente e trabalhava no período da tarde, até às 19 horas, na barbearia do sr. Dante Néri.

A barbearia estava situada na Rua 28 de Julho, por onde passavam os empregados da Rayon Matarazzo, em direção ao portão da fábrica, na praça Ermelino Matarazzo. Os empregados, de ambos os sexos, que trabalhavam em horário normal, regressavam do trabalho no horário de almoço, quando eu começava a trabalhar. Eram centenas. Uma hora depois, passavam os que entravam às 14 horas e trabalhavam até às 22 horas. Mais algumas centenas de pessoas. Nesse horário, a maioria era composta por moças, jovens e bonitas, que cuidavam dos teares que enrolavam os fios artificiais.

Com quase 11 anos de idade fui trabalhar nas oficinas dos Irmãos Perucchi, na Rua Rio Branco, perto de minha residência, mas sempre pensando em ser um dia admitido nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.



Antônio Mazzarolo, primeiro à direita, seu amigo Antônio, o menino Antônio Passarella, e João Passarella. Jardim da Luz, 1930

Em meu novo emprego ajudava os proprietários e os outros três empregados: Ângelo Pressinotti, Antônio de Almeida e Vicente Gallo. O irmão mais velho, Antônio, trabalhava mais na forja, consertando aros de carroças e ferramentas, além de ferrar cavalos e burros. Eu mesmo o ajudei nesse trabalho várias vezes. O outro irmão, José, se dedicava a bicicletas: consertava, pintava, reformava e alugava as que possuía. Anos depois, José criou a *Indústria de Artefatos Cruzeiro*, que fabricava algumas peças para bicicletas.

Transcorridos dois anos, fui trabalhar na Fábrica de Louças Adelines e, depois, já tendo completado 14 anos de idade, tive o meu primeiro registro em carteira profissional nas Indústrias Aliberti S.A. Nessa época, meu irmão trabalhava como apontador na carpintaria das Indústrias Matarazzo e conseguiu um lugar para mim de ajudante de carpinteiro. A função do meu irmão era anotar, diariamente, onde eram gastas as horas de cada emprega-

do. Isso para poder ser calculado o custo de cada item produzido na carpintaria.

Com Onofre Russo e mais um empregado preparávamos caixas de madeira. Cada semana ou dez dias ajudávamos o carpinteiro a serrar as tábuas nos tamanhos das caixas. Nos dias seguintes montávamos e pregávamos as caixas, separando as tampas que o setor de expedição usava, após colocar os fios de raio que eram despachados para os clientes. O chefe deste setor era o sr. Francisco Messaros e o subchefe seu filho João Messaros.

Era comum surgir um trabalho maior para os carpinteiros, que nos chamavam para ajudá-los. E íamos com eles para o interior da fábrica. Lembramos de tanques enormes, feitos em madeira *peroba*, que eram montados no local definitivo e depois recobertos com placas de chumbo. Ácidos aí eram depositados para a lavagem dos fios. Outras vezes eram reformas nas prateleiras dos almoxarifados gerais. Aos sábados à tarde fazíamos a limpeza da carpintaria e levávamos os retalhos de madeira e a serragem para serem usados como combustível no setor de caldeiraria, que fornecia calor para todas as secções do complexo industrial.

O sr. Antônio Mazzarolo, que trabalhou nas Indústrias Matarazzo de 1926 a 1955, era o chefe do setor de caldeiraria, que tinha como subchefe João Passarela, ex-lutador de boxe. Ambos aparecem na foto tirada no Jardim da Luz, em 1930, aproximadamente, ladeando um amigo de nome Antônio e o pequeno Nim (Antônio Passarela).

Esses trabalhos fora da carpintaria permitiam que eu e os outros ajudantes ficássemos conhecendo quase todas as dependências do complexo industrial.

Ano de 1939, Oficinas Irmãos Perucchi, Rua Rio Branco, 170. Na parte da frente estava a fundição, a cargo de Antônio Perucchi (fazia arcos para rodas de carroças, ferrava animais, burros, cavalos e outros).

Nos fundos do imóvel estava a bicicletaria que consertava, reformava e alugava bicicletas, a cargo de José Perucchi. Da esquerda para a direita: Ângelo Pressinotti, Mário Porfírio Rodrigues, Antônio de Almeida e Vicente Gallo



Mário Porfírio Rodrigues

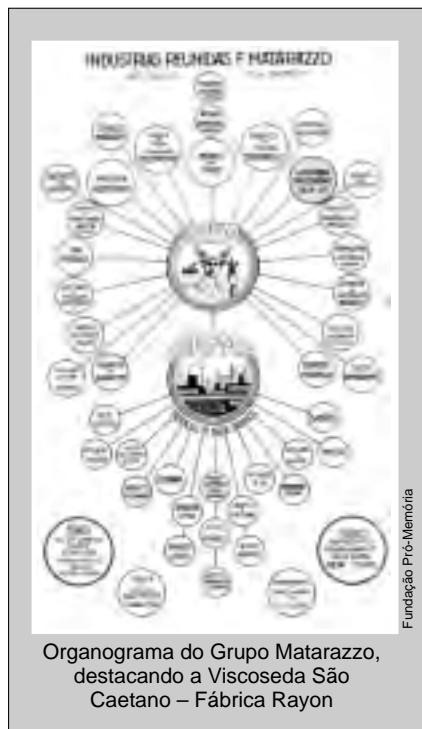
Em São Caetano poucas eram as ruas calçadas com paralelepípedos. Em época de chuva, os saocaetanenses eram obrigados a andar sobre ruas lamacentas ou ficar dentro de casa para não se sujar com o barro espirrado pelos veículos.

Eu estava maravilhado vendo todas as ruas largas cobertas de paralelepípedos e com calçadas de cimento nas laterais - muito melhores do que as vias públicas -,

limpas e ordenadas. Havia respeito e todos obedeciam aos avisos. Os horários de entrada e saída eram rigorosamente cumpridos e os faltosos eram penalizados. Milhares de pessoas juntas, cada uma com a sua função, respeitando-se. Tudo funcionava como se fosse uma grande família.

Nessa época, ouvindo os ensinamentos de meu pai, segui o exemplo dos meus irmãos e, ganhando já o suficiente para pagar os meus estudos, ingressei no Liceu Acadêmico São Paulo, que funcionava à noite, na Rua Perrela, onde era a sede da Sociedade Beneficente Príncipe de Nápoles. Depois me transferi para a Escola Técnica de Comércio 30 de Outubro.

Em nove de Janeiro de 1942, com 16 anos de idade, consegui meu primeiro emprego em escritório, como office-boy, deixando para trás o meu bom patrão e a maravilhosa indústria Matarazzo, onde aprendi realmente os primeiros ensinamentos necessários para iniciar minha gratificante vida profissional.



Fundação Pró-Memória

Organograma do Grupo Matarazzo, destacando a Viscoseda São Caetano - Fábrica Rayon

(*) Mário Porfírio Rodrigues é fundador do Rotary Club de São Caetano do Sul, do Jornal de São Caetano, do Hospital Beneficente São Caetano e, atualmente, é membro do Rotary Club de São Paulo

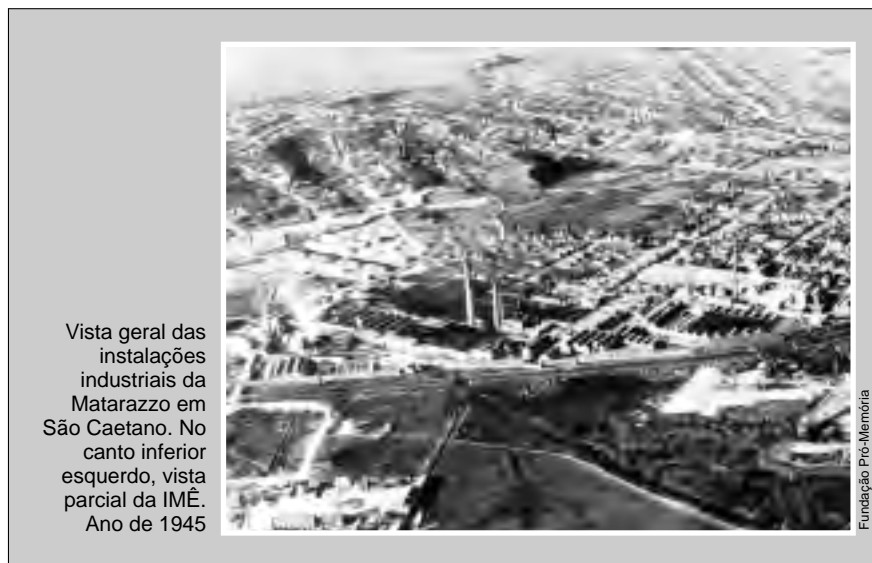
IMÊ – A primeira refinadora de petróleo do ABC

Pedro KENDE (*)

A refinaria da IMÊ ficava localizada num terreno plano, na margem esquerda do rio chamado dos Meninos e de frente para a Avenida Presidente Wilson. Ora, se isto é verdade, então esse terreno está hoje situado no Município de São Paulo. É verdade que o Rio dos Meninos é a divisa entre a municipalidade de São Paulo e a de São Caetano do Sul. Antes da autonomia de São Caetano, seria a divisa com Santo André e, antes ainda, com São Bernardo. Por que, então, sempre se considerou a IMÊ como situada em São Caetano?

A resposta é simples. O próprio engenheiro Takashi, espontaneamente, em sua entrevista usava a expressão *Grupo São Caetano* para se referir ao conjunto de fábricas da área. Ali se situavam a Fábrica de Rayon, a Fábrica de Soda Cáustica, a Fábrica de Ácido Clorídrico, a Fábrica de Ácido Sulfúrico, a Fábrica de Celulose, o Serviço de Purificação de Água e a refinaria. Um simples divisor de território municipal não seria o suficiente para separar as unidades do complexo, que tinham serviços médicos, serviço de alimentação e outras áreas de apoio tanto social como logístico. Portanto, dentro do espírito empresarial, uma divisa de caráter apenas político e administrativo nunca seria suficiente para perturbar a estrutura montada.

O serviço de água, com tanque de decantação, filtros, bombas e reservatório de água purificada, era uma obra notável. Foi construída para abastecer todo o complexo industrial do *Grupo São Caetano* e foi o causador indireto



da polêmica que surgiu, mais tarde, quando esse serviço de purificação de água causou exatamente aquilo que se esperava, ou seja, um aumento da produção da refinaria. Note-se bem, não um aumento das instalações, mas apenas aumento de produção como resultado de melhoria de abastecimen-

to de água, sem os fatores poluentes que atormentaram os primeiros anos da refinaria.

Esse abastecimento de água purificada não era exclusivo da refinaria, mas servia a todo o *Grupo São Caetano*. Portanto, mais uma razão para a incorporação ao dito grupo de uma unidade que ficava em território de município vizinho.

Ao se observar o aspecto topográfico, notar-se-á que o terreno onde ficava localizada a refinaria se encontra na vertente sul de uma encosta, cuja parte alta ainda hoje é área verde e, se não fosse a demarcação fixada pelo Rio dos Meninos, ter-se-ia a impressão de que a divisa municipal corre pelo alto da Vila Carioca (daí a impressão que se tem de estarmos já em São Caetano, antes mesmo de se chegar ao vale do Rio dos Meninos).

Aliás, a Lei nº 38, de 12 de Março de 1889, que elevou a município o *districto* de São Bernardo, conservou as divisas existentes. Esses dados foram publicados



no livro *Álbum de São Bernardo*, editado em Dezembro de 1936, e, entre outras coisas, menciona os limites municipais, que agora transcrevemos, respeitando a grafia e a pouca clareza: *Com o município da Capital: Pelo alto do espigão que limita pelo lado direito do rio Ypiranga ao valle deste rio e do rio dos Couros, desde o ponto mais alto do serrote que fica fronteiro à cabeceira do rio Ypiranga, e onde termina a linha divisória com o município de Santo Amaro, até o ponto mais alto do serrote próximo à estrada do Curral Pequeno, fronteiro à cabeceira do galho ocidental do rio dos Couros; e deste ponto, por uma linha recta, até à cabeceira desse galho; em seguida por elle abaixo até a foz do rio dos Couros, e por este abaixo, até sua foz no rio dos Meninos; e, por este abaixo, até sua foz no rio Tamanduatehy; em seguida, por este último e o rio do Oratorio acima até a cabeceira pelo alto do espigão que divide o valle do rio Guayó do rio Aricanduva até o ponto mais alto do morro do Correia, passando pelo ponto mais alto do morro Pellado.*

Ora, os limites de São Caetano com a capital devem ter seguido, quando de sua emancipação e mesmo antes dela, os mesmos marcos lindeiros. Consequentemente, mesmo com a retificação

do Tamanduateí e do Rio dos Meninos, os limites municipais devem ter-se conservado. Assim, só podemos atribuir ao aspecto social e econômico o considerar a IMÊ como sendo parte de São Caetano. E contra fatos não será a realidade político-administrativa que prevalecerá.

Por outro lado, o historiador José de Souza Martins, em sua obra *Diário de fim de século*, menciona que um certo dr. Samuel Mesquita, cirurgião-dentista de São Paulo, comprou, através de um testa-de-ferro, alguns lotes coloniais, do Núcleo Colonial de São Caetano, por volta do ano de 1879 (entre eles o lote de Luigi D'Agostini). Essas terras ficavam onde é hoje a Vila Carioca e foram incorporadas ao Município de São Paulo depois de 1883. Trata-se exatamente da área onde se localizaria, mais tarde, a IMÊ.

As terras de Samuel Mesquita foram vendidas a Pamplona, Sobrinho & Cia., que para lá transferiram sua Fábrica de Sabão e Graxa, em 1896. Em 1916, toda a área seria adquirida por Francesco Matarazzo, que nela montaria algumas de suas fábricas (página 47 da obra citada). A Fábrica de Sabão e Graxa foi transferida para a Água Branca em 1920. Portanto, parte da área da hoje Vila Carioca - onde ficava a refinaria -, em algum tempo, com certeza, fez parte do Núcleo Colonial de São Caetano. Por outro lado, já que se trata de área perfeitamente plana e o Rio dos Meninos foi retificado várias vezes, é perfeitamente possível que seu leito original corresse mais ao norte. Nesse caso, as terras estariam em São Caetano.

De qualquer forma, como já foi dito, social e economicamente a refinaria fazia parte do *Grupo São Caetano*, mesmo porque a área fora parte do Núcleo Colonial de São Caetano, antes mesmo que São Bernardo se tornasse distrito.

ENERGIA - O mundo econômico sofreu, a partir de meados do século passado, uma transformação radical. Foi a chamada Revolução Industrial, que fez com que a produção artesanal, realizada em sua maior parte nas residências dos ar-

Vagão-tanque utilizado para transportar óleo cru do Porto de Santos para a refinaria da IMÊ, em São Caetano (década de 40)



Fundação Pró-Memória



Vista geral das instalações da Indústria Matarazzo de Energia (IMÊ), em São Caetano, na década de 50

Fundação Pró-Memória

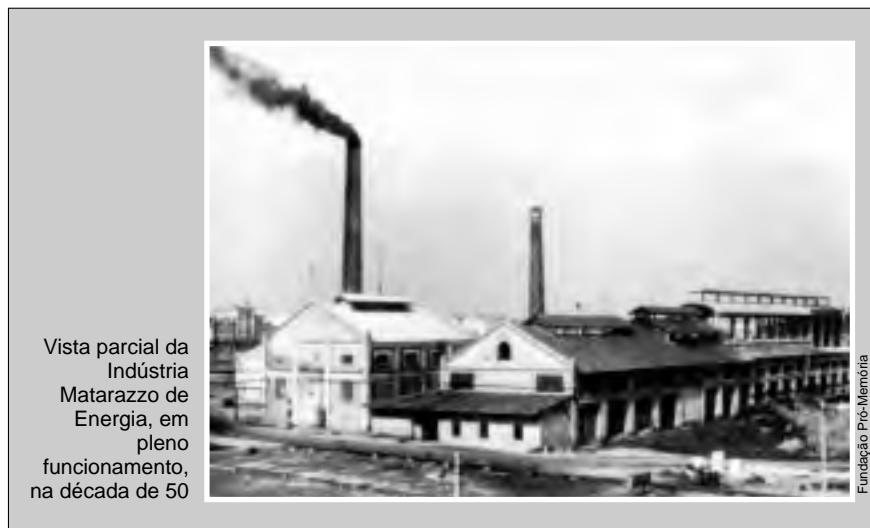
tesões, passasse a ser executada em ambientes maiores, em conjunto e sob a supervisão dos empresários. Surgia a indústria.

O passo seguinte foi a criação de máquinas para reforçar a eficiência do trabalho manual com o auxílio de aparelhos, que obviamente necessitavam de força diferente da dos músculos dos operários. Nesse tempo já se conhecia o vapor como força motriz, que exigia combustível para sua geração. O vapor impulsionaria também os meios de transporte dos bens produzidos nas recém-criadas indústrias e proveria seus armazéns com as matérias-primas exigidas para a produção, fossem elas de origem agrícola ou de extração mineral.

Por essa razão, a localização das indústrias teria que ser ao longo das ferrovias existentes. Construídas a partir das fontes de produtos primários e em direção aos portos de exportação – ou ainda em direção aos pontos finais de consumo –, as ferrovias permitiam também o transporte dos operários de suas residências para o local de trabalho. Desse modo, a localização estava sempre vinculada à existência de ferrovias.

Esse novo mundo complexo, com atividades interligadas sempre através da energia (no início o vapor), passou a exigir novas fontes de combustível ou outra forma de energia, que até esse momento era apenas o carvão mineral. A extração de carvão foi a base do desenvolvimento da indústria na Inglaterra que, apesar de pobre em minério de ferro, era riquíssima em jazidas de carvão fóssil. Este foi o impulsionador da riqueza inglesa. Muito rapidamente, a frota mercante inglesa passou a ser a vapor e, com a velocidade de seus navios, passou a dominar o comércio mundial.

Logo depois de implantada a



Revolução Industrial, um empreendedor norte-americano, o coronel Drake, descobriu, na Pennsylvania, em 1859, uma nova fonte de combustível: o *petróleo* (já conhecido pela humanidade, mas nunca em volume tal que viesse a substituir com vantagem o carvão).

A vantagem do petróleo sobre o carvão era enorme. Não necessitava de minas, galerias, homens escavando. Bastava furar a terra e ele surgia. Transportá-lo também era fácil. Bastavam tanques, canos, bombas e ele poderia ir para qualquer lugar. O poder calorífico não era tão importante se comparado às outras características do combustível líquido que, ainda por cima, permitia, de forma relativamente fácil, dele extrair derivados.

Sob o ponto de vista histórico, o tempo que decorreu entre o uso do carvão para a indústria, como gerador de calor com fins industriais, e a passagem da aplicação do petróleo para os mesmos fins foi muito pequeno. Afinal, o marco do início da indústria foi 1848 e, onze anos depois, aproveita-se o petróleo como fonte de calor barata. É historicamente um período muito curto.

Quarenta anos depois de im-

plantada a indústria petrolífera nos Estados Unidos, já o Peru perfurava o seu primeiro poço. Isto em 1900. Em 1901, o México entrava no mundo da produção petrolífera. Em 1908, a Argentina encontrava petróleo. Em 1917, a Venezuela e, em 1922, a Colômbia.

Paralelamente, a partir dos empreendimentos do inventor Thomas Alva Edison, na área de geração de energia elétrica, implementada pelos trabalhos de Nikola Tesla, o introdutor da corrente alternada, passou a ser possível transformar energia elétrica a longas distâncias. No entanto, a geração de energia elétrica, no Brasil, ocorreu a partir da geração de vapor. Apesar de o país ter um potencial hidroelétrico fantásticamente grande, a geração de energia a partir de quedas d'água naturais ou de águas represadas exigia um volume de capital que nenhum capitalista brasileiro tinha. Dessa forma, foi adiado o avanço do país nesse setor.

O transporte sofreu enorme revolução, passando-se da tração animal para os motores de combustão interna – diesel ou gasolina –, pois o preço unitário do veículo era baixo em relação ao trem. Qualquer empresário poderia

comprar um caminhão, mas não seria qualquer um que poderia construir uma estrada de ferro. Assim nasceu o espírito rodoviário no Brasil. Também era mais barato e mais rápido abrir uma estrada de rodagem neste imenso território. De qualquer maneira, a alimentação das ferrovias, ou dos portos, teria que ser feita com veículos pequenos, portanto, a adoção do automóvel e dos caminhões se processou muito rapidamente. Para isso necessitava-se de derivados de petróleo.

Já em 1918 registra-se a existência de uma certa Empresa de Minas Petrolíferas, realizando pesquisas no Brasil, sem muito sucesso. Mas, a partir de 1930, surgem várias empresas brasileiras buscando petróleo no território nacional, sem, no entanto, ter muito sucesso (exceto em Alagoas, em meados dos anos 30, mas que também não chegou a ter características comerciais).

Haviam surgido, depois de 1930, várias empresas, entre elas a Companhia de Petróleo Nacional, com sede no Rio de Janeiro; aquela que trabalharia em Alagoas, a Companhia Petrolífera Brasileira; a Companhia Brasileira de Petróleo *Cruzeiro do Sul*, que procurava petróleo na área de Tatuí; e a Companhia Petróleos do Brasil, liderada por Monteiro Lobato, que buscava petróleo na área de Águas de São Pedro. A sonda de prospecção abandonada ainda está no terreno do Grande Hotel de Águas de São Pedro e lá pode ser vista como lembrança de gênio inventivo, mas de pouco sucesso empresarial. Aliás, as águas minerais que lá existem são o fruto das prospecções feitas sem sucesso para petróleo, mas com resultado em águas sulfurosas, ferrosas e radiativas. De qualquer forma, deram algum resultado, pelo menos



para a saúde dos brasileiros.

Porém, fatalmente, petróleo surgiria no Brasil, em algum tempo, e Matarazzo se preparou para esse dia.

BRASIL - Se a iniciativa foi do fundador, o conde Francesco, ou se foi o seu sucessor, o conde Chiquinho, na realidade não é importante, pois nunca houve solução de continuidade na condução dos empreendimentos. O fato é que Matarazzo agiu no tempo certo, pois, sob o ponto de vista histórico, estava-se a apenas pouco mais de vinte anos da possibilidade da substituição das fontes de energia.

Sabemos que a refinaria de São Caetano foi montada em 1934 ou 1935, ativada como empresa em 1938, entrou em operação em 1939 e cessou suas atividades aproximadamente em 1971 ou 1972. Sabemos também que seu processo produtivo era diferente daquilo que passou a ser o padrão alguns anos mais tarde (provavelmente por não ter outra tecnologia à sua disposição, salvo a experiência do engenheiro Fernandez, um argentino, que foi superintendente

da empresa por muitos anos e que provavelmente foi o idealizador do processo produtivo, graças à experiência adquirida em Comodoro Rivadavia, no sul da Argentina).

O processo de destilação por frações poderia ser posto em prática com equipamentos que tinham condições de ser fabricados no Brasil, possivelmente com os recursos que o próprio Grupo Matarazzo dispunha, sem necessidade de se importar um *turn-key job*, ou seja, um sistema completo que viria com tecnologia do exterior. Construir os seus próprios meios fazia parte da política empresarial dos anos 30 e particularmente da de Matarazzo.

A criação da refinaria foi o resultado da política, vigente naquela época, de verticalização dos empreendimentos, e teve o intuito de libertar as empresas do grupo Matarazzo da dependência dos distribuidores de combustíveis. Estes eram filiais das grandes empresas estrangeiras, que detinham o monopólio da exploração, refino, exportação e distribuição dos derivados de petróleo e, com isso, tinham a possibilidade de influir sobre a indústria nacional.

Com a influência das idéias defendidas e propagadas por Monteiro Lobato, principalmente, e também de grande número de outros intelectuais, adeptos do ideal de criar no Brasil uma indústria petrolífera capaz de libertar o país de sua grande dependência de energia do exterior, tanto no campo dos combustíveis como no da energia elétrica, monopolizada por empresas de capital externo, surgiu o desejo de tornar o país independente em tudo o que fosse fonte de combustível e de tecnologia.

Os industriais brasileiros colocavam-se na defensiva, talvez sem o nacionalismo pregado tanto pela

esquerda como pela direita integralista daqueles tempos, mas mais para defender os seus próprios interesses.

Matarazzo não era um nacionalista e nem mesmo defensor de qualquer linha política, mas era um empresário, cuidadoso com as fontes de matérias-primas necessárias à sua produção. Assim, na sua visão, seria necessário assegurar todos os materiais envolvidos no processo industrial, desde as fontes de produtos primários até equipamentos e insumos.

Derivados de petróleo eram insumos essenciais e ficar na dependência de Esso, Shell, Texaco e outros seria perigoso, especialmente considerando a política praticada pelo Big Four (em tese um cartel que já havia, por intermédio de Henry Ford, tentado o monopólio da distribuição de derivados de petróleo na Itália. Havia sido violentamente rejeitado pelo duce Benito Mussolini, de quem Matarazzo era grande admirador, assim como todos eram, naqueles anos de 1920 e 1930, graças aos êxitos obtidos na Itália no campo econômico e no social).

Foi nesse ambiente que ocorreu a idéia de iniciar o processo de libertação de suas empresas da eventual dependência do cartel. Diga-se de passagem que o título de conde, hereditário, foi outorgado a Francesco Matarazzo, pelo Rei da Itália, Vittorio Emanuele III, pelos feitos humanitários de Matarazzo durante a Primeira Guerra Mundial em Nápoles e por suas ações, no campo (interior), em favor dos imigrantes italianos em São Paulo.

Com a descoberta e exploração de jazidas petrolíferas na Argentina, Venezuela, México, Colômbia e Peru, delas participando sempre o Big Four, surgiu a possibilidade de importar direta-

mente desses países a matéria-prima, o que seria mais barato do que comprar os derivados, já que a importação, nos anos 20, por exemplo, de gasolina, era feita em latas e não em navios-tanque. Esse processo era caro, pois o frete era o de carga geral e ainda havia o custo da lata e do enlatamento. É verdade que por esse método se evitava o uso de vagões-tanque ou de carros-tanque, que não existiam ou, se existissem, seriam em pequeno número. Obviamente não havia oleodutos. De qualquer forma, a importação através de navios-tanque seria menos cara – ainda mais se fosse de óleo cru e não de derivados – a partir de algum porto venezuelano ou argentino, ou mesmo mexicano, a fim de diminuir a distância Brasil-Estados Unidos, naquele tempo praticamente o único exportador de petróleo para o país.

Prospecção de petróleo, no Brasil, era um sonho acalentado por vários empreendedores independentes. De todo modo, a campanha de alguns nacionalistas, para que o país passasse a ser um produtor de petróleo, estava em

plena marcha e, não sendo Matarazzo muito afeito à mineração, restava-lhe preparar-se para a primeira etapa industrial, seguinte à eventual produção nacional, que certamente viria a existir, em algum momento.

Na etapa inicial, o óleo cru teria que ser importado, mas poderia ser de fornecedores diversos, daí os primeiros passos no sentido da indústria independente de derivados de petróleo, livre, tanto quanto possível, do cartel oligopolizado (mesmo que os exportadores viessem a ser, mais adiante, detentores de alguns direitos de exploração). Poderiam ser até eventualmente ligados ao mesmo cartel, mas com mais independência que os distribuidores dos derivados no Brasil.

No primeiro terço do século XX, montar uma indústria exigia capacidade individual, muito mais que capital, pois a indústria de máquinas estava em seus estágios iniciais no mundo inteiro. Matarazzo tinha à disposição imigrantes, não apenas italianos – que buscavam de todo modo trabalhar no grupo, mesmo sem serem chamados –, mas também fortes contingentes de outros europeus, muito deles bastante capacitados, emigrados de seus países de origem por consequência da Primeira Guerra Mundial.

Entre esses havia homens treinados nas indústrias européias, mecânicos, forjadores, químicos, eletricitas, tecelões, vários deles aptos a produzir as máquinas que o complexo Matarazzo necessitava. Portanto, melhor que importar os equipamentos, seria fabricá-los aqui, utilizando os conhecimentos desses imigrantes. A refinaria Matarazzo, portanto, foi fruto de cérebro importado e esforço daquilo que já existia no complexo industrial, como era a política empresarial vigente.



Os equipamentos da refinaria foram feitos nas oficinas mecânicas existentes no conglomerado Matarazzo e não importados, como um todo, de algum fornecedor estrangeiro (e que por isso teria influência futura na área de produção, já que a tecnologia adotada foi a mais simples que se poderia encontrar naquela época no mercado, mas que poderia satisfazer as necessidades imediatas daquilo que justificou a criação desse empreendimento). O início da implantação foi em torno de 1934, tendo por base a experiência Argentina, que era fisicamente a mais próxima e em que a influência do *Know-how* norte-americano estaria mais distante. Portanto, não foi um projeto completo e houve a necessidade de se fazer vários acertos, mais tarde, com base no método prático de tentativa, erro e correção.

A política de verticalização, hoje condenada em favor da alta especialização e da técnica do *just in time*, além de outros métodos de economia de capital, era uma necessidade concreta. Quase todos os grandes empreendimentos dos anos 20 e 30 a praticaram. Quem quisesse vender farinha teria que ter um moinho e possibilidade de ter acesso à produção agrícola, além da tecelagem para a fabricação dos sacos de embalagem, frota de transporte própria, depósitos regionais, equipe de vendas, eventualmente até banco para cobrança e financiamento de seus clientes. Assim foi com Simonsen, Jafet, Crespi, Renner e outros pioneiros.

O empresário teria que partir da terra nua e contar com homens capazes, capacidade de organização, muita tenacidade e nada a esperar de governos ou de financiadores. Isto ajuda a explicar a verticalização de todo o processo industrial. Evidentemente, Matarazzo estaria entre eles.

O processo de verticalização poderia começar pela fonte de matérias-primas, mineração ou agricultura e a industrialização do produto próximo ao seu local de origem, ou poderia ocorrer do meio existente para trás ou para diante. Exemplificando: uma empresa comercial partiria da venda de roupas, no início uma loja e, depois, uma cadeia de lojas. O principal produto vendido exigiria compras em larga escala de confecções. Nada mais natural que montar uma indústria de confecções. Esta, por sua vez, necessitaria de tecido, portanto, o lógico seria montar uma tecelagem, cuja principal matéria-prima seria o fio. Daí a necessidade de se montar uma fiação, cuja matéria-prima seria a lã, o algodão ou o linho e, dessa maneira, ter criação de carneiros e plantação de linho ou de algodão seria interessante. Ora, carneiro, além de lã, produz carne, o que leva à montagem de um frigorífico, e o linho, além da fibra, produz sementes das quais se extrai o óleo de linhaça, matéria-prima para a produção de tintas, o que levaria a criar uma fábrica de tintas e assim por diante.

O processo poderia ser inverso, ou seja, o produtor agrícola criar a indústria para valorizar a sua produção e diminuir o custo do transporte do produto final, em menor volume e com maior valor. Se pensarmos em plantar algodão, obteremos algodão em pluma, para ser fiado, sementes para extração de óleo alimentício, torta para alimentação do gado e linter para a indústria de seda artificial, por exemplo.

Outro aspecto seria o da segurança, ou seja, ter assegurado as suas fontes de insumos. Este fator foi de extrema relevância para os industriais pioneiros, pois suas fontes, particularmente de energia,

tanto elétrica, monopolizada pela Light & Power, de capital estrangeiro, como pelos combustíveis, nas mãos do truste dos Big Four. Portanto, a libertação do perigo de se colocar à mercê de fatores externos ou mesmo de capitais estrangeiros era uma necessidade estratégica.

Monteiro Lobato retrata, na obra *O Poço do Visconde*, só na aparência dirigida ao público infantil, essa possibilidade (inclusive chamando, no livro, pelo nome de Atarip, anagrama de pirata, o concorrente estrangeiro, símbolo do capitalismo selvagem, cuja atuação ainda não era restrita pela legislação mas, como dissemos, não era o nacionalismo o que conduzia a política de Matarazzo, e sim a segurança estratégica empresarial).

A legislação viria depois, com os decretos regulamentadores da importação, refino e distribuição de petróleo, com a criação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), em 1938, que ao invés de acelerar o processo de industrialização e de prospecção, criaria dificuldades para os empreendimentos privados do setor.

Apesar de ficar garantida ao empreendedor privado a manutenção do seu negócio, a legislação criou barreiras para a expansão e modernização das instalações, limitando sua capacidade de produção e impedindo sua modernização. A criação da Petrobrás viria, mais tarde, em 1953, colocar a pá de cal sobre as pretensões da iniciativa privada do setor petrolífero.

PRODUÇÃO - De acordo com a legislação, tanto da ditadura como do governo constitucional, as refinarias não poderiam aumentar sua capacidade de produção, para não concorrer com a Petrobrás, mas poderiam manter a sua capacidade

instalada. Essa exigência só foi estabelecida após a criação do CNP, portanto em 1939.

Abriu-se uma enorme discussão jurídica, pois a autorização de Agosto de 1939 deixava de mencionar a limitação à capacidade instalada. Na realidade, nem mesmo mencionava o volume de produção. Este conceito só foi criado a partir da idéia de monopolizar o petróleo. Com a criação da Petrobrás, a quem foi dado o monopólio da importação de petróleo e a produção de derivados, excluindo qualquer concorrente, exceto as refinarias em funcionamento na data da Lei 2004. A dita lei também proibia a ampliação da capacidade das refinarias existentes. O que não ficava claro seria o que significava *capacidade demonstrada através dos dados de produção efetivamente realizada?*

Esse foi o estopim de uma demanda judicial que se prolongou até o fim da refinaria e, provavelmente, até quando finalmente a IMÊ foi adquirida pela Petrobrás para ser fechada, pois era mais fácil aumentar ligeiramente a produção da Refinaria de Cubatão e, com isso, acrescentar o volume de produção da IMÊ à sua produção total, de forma a tornar desnecessária sua existência.

Houve entendimentos variados em torno de *capacidade nominal, capacidade efetiva, capacidade autorizada*, mas, de qualquer forma, a primeira autorização, a famosa número 71, não mencionava a questão da capacidade, mas apenas a existência da refinaria e sua permissão para funcionar. Mais tarde surgiria a figura da quantidade a ser produzida.

De fato, esse volume a ser refinado estava muito mais vinculado ao problema do orçamento cambial do Brasil, que fixava quotas de importação, já que a IMÊ im-



Foto de Dulce Carneiro. Acervo: Fundação Pró-Memória

Ramais ferroviários internos da Matarazzo. Ajudavam no recebimento e expedição de produtos químicos. Ano de 1982

portava petróleo para processar, do que propriamente sua concorrência contra a Petrobrás. O volume de produção da IMÊ, dentro do contexto nacional, ou mesmo apenas dentro do Estado de São Paulo, era muito pequeno, dificilmente alcançando um por cento das necessidades estaduais de combustível, portanto muito longe de constituir-se em perigo comercial à Petrobrás.

Em termos práticos, a produção de qualquer empresa está estreitamente ligada à capacidade de comercialização, pois o dimensionamento dos estoques, seja de matéria-prima, seja de produto acabado, planejamento de transportes, planejamento financeiro, política de pessoal e toda a estratégia empresarial dependem primordialmente da inserção no mercado final. Este planejamento não poderia ser vinculado a leis que não fossem as de mercado, sob pena de inviabilizar qualquer empreendimento.

Qualquer empresário sabe, e Matarazzo sabia muito bem, que uma empresa não pode ficar es-

tagnada. Precisa constantemente aperfeiçoar sua qualidade ou seu volume de produção (de preferência ambos). Durante muitos anos, Matarazzo lutou contra a enorme quantidade de leis e regulamentos que cerceavam o combate normal contra dificuldades técnicas, comerciais e econômicas, dando mais trabalho a advogados e peritos do que a engenheiros e técnicos que, entretanto, continuavam em sua tarefa de melhorar a produção, tanto em qualidade como em quantidade.

Aparentemente, a refinaria de Matarazzo foi concebida para processar 500 barris de petróleo por dia, isso na sua entrada em operação comercial em 1938 ou 1939. Mais tarde, por ocasião da legislação que fixava os volumes a serem processados, já estava com capacidade para refinar mais de 1000 barris de petróleo por dia. Nenhum desses volumes foi atingido, mais por razões comerciais e econômicas - ou quicá técnicas -, do que por capacidade de produção. Entretanto, o Conselho Nacional de Petróleo mandou uma delegação de técnicos realizar estudo, isto em 1958, para verificar qual era a capacidade de refino da IMÊ.

Este estudo foi executado por três engenheiros: engenheiro civil Erik Arnoud Barreto Laufer, engenheiro químico Paulo Ribeiro e engenheiro químico José Murilo Montelo Paraíso. Trabalharam, de 18 a 23 de Setembro de 1958, nas instalações da Indústria Matarazzo de Energia - IMÊ, tendo apresentado o relatório em 26 de Fevereiro de 1959. Os técnicos fizeram um estudo de todo o processo, desde o transporte da matéria prima até o armazenamento dos produtos finais, incluindo observações sobre o estado dos equipamentos. Foi considerado o período de

1953 a 1957 (inclusive) e também o ano em que se estava realizando o estudo, isto é, 1958 (mês de Setembro). As conclusões desse estudo fizeram com que o Conselho Nacional de Petróleo fixasse o volume de refino da IMÊ, isto é, *autorizasse* o que a refinaria poderia produzir, a fim de atender à legislação.

O período estudado iniciava-se em 1953, ano da criação da Petrobrás e do seu monopólio, portanto, o que estivesse para trás não seria tão importante, pois a autorização de 1939 não fixava volumes ou produção. A legislação posterior, ligada ao problema cambial, é que fixaria volumes e valores de importação.

O quadro constante do relatório de Fevereiro de 1959 era o seguinte:

1953	663	BPDO*	em 279 dias
1954	727	BPDO*	em 304 dias
1955	709	BPDO*	em 327 dias
1956	737	BPDO*	em 349 dias
1957	682	BPDO*	em 338 dias

*Barris por dia de operação

Como se pode observar, a produção média diária se conservou estável nos cinco anos observados. No período, estudado foram processados: em 1953, 184.936 barris; em 1954, 220.920 barris; em 1955, 233.182 barris; em 1956, 257.141 barris; e em 1957, 230.495 barris. Esses volumes corresponderiam às necessidades da IMÊ e do grupo Matarazzo, ou seriam a capacidade possível de produção, já que os indicadores se mostram razoavelmente constantes neste período bastante longo.

No tempo do estudo feito por esta equipe do Conselho Nacional de Petróleo, ou seja, em Setembro de 1958, a média diária ultrapassava 1.050 BPDO. Nos seis dias que durou a vistoria, o rendimento médio foi o seguinte:

Solvente Leve BGV	3,07%
Gasolina	50,28%*
Super Solvente Paulista	2,15%
Querosene	3,32%
Óleo Diesel	21,15%*
Óleo Combustível	17,04%*
Perdas	2,97%
Cru processado	100,00%

Esta composição de produtos demonstra que os combustíveis, tanto automotivos como os industriais, assinalados com *, eram a maior parte do resultado operacional. Produtos de comercialização, como solventes e querosene, que poderiam ser vendidos à clientela de revendedores, eram a parte menor. A frota de veículos e as indústrias do complexo Matarazzo consumiriam a maior parte da produção, sendo que o óleo diesel era totalmente consumido e a gasolina apenas parcialmente, pois uma pequena parte era comercializada. Assim, o desejo de aumentar a produção estava, evidentemente, vinculado à expansão industrial do grupo Matarazzo.

Tanto isso é notável, que a capacidade de armazenamento de derivados pouco ultrapassava uma semana de produção. No período estudado, ou seja, de 17 a 22 de Setembro de 1958, havia um estoque de apenas de 2.417 barris de gasolina, 3.429 barris de óleo diesel, 121 barris de querosene e 754 barris de solvente. Note-se que o solvente era para comercialização, portanto dependente de vendas diretas, enquanto que gasolina e óleo diesel, combustíveis automotivos, seriam consumidos, em sua maior parte, e rapidamente, pela frota própria.

Durante a semana de observações diretas, os peritos do Conselho Nacional de Petróleo constataram falhas, perfeitamente normais em qualquer indústria, como por exemplo defeito em um dos alambiques, falta de va-

por, por defeito, em uma das caldeiras e, muito curiosamente, os defeitos decorrentes da poluição do Rio dos Meninos: problemas nas bombas de sucção e corrosão nos encanamentos de água e refrigeração.

O estudo de 1958 fala ainda do processo de produção, que não previa o *cracking*, ou seja, não tinha a flexibilidade necessária para processar o petróleo mais pesado, pois havia sido idealizado em 1934 ou 35 para trabalhar com petróleo leve, que naquela época seria procedente da Venezuela, do tipo denominado Recon. O petróleo brasileiro, que se revelou, em sua maioria, mais pesado, ainda era desconhecido. O processo de produção era o de *topping*, ou seja, por alambiques paralelos, trabalhando por lotes *batches*, para o que o petróleo venezuelano era perfeitamente adequado. É preciso lembrar que a Venezuela era o terceiro maior produtor de óleo cru do mundo, só perdendo para os Estados Unidos e para a então União Soviética.

Mesmo assim, considerando que a capacidade da refinaria foi sendo melhorada ao longo do tempo, por meio de erros e acertos, muito característico da tecnologia brasileira e do pioneirismo dos industriais nacionais, o aumento gradativo da capacidade de produção tem que ser atribuído à tecnologia e ao esforço pessoal da equipe da IMÊ.

Esta foi a conclusão dos técnicos do CNP: com um pouco mais de esforço e diminuição dos defeitos existentes, a produção poderia ser mantida na média de processamento de 1.050 BPDOs. Portanto, não poderiam autorizar os 1.300 BPDOs que Matarazzo pretendia, mas algo em torno de 1.050 ou 1.100.

A solução dada pelo CNP foi autorizar, não os 1.050, talvez 1.100 barris preconizados pelos técnicos, mas apenas 900 BPDOS. Curiosa solução! Essa sentença foi dada não tomando por base o estudo técnico e sério, efetivamente realizado por profissionais bastante isentos, mas tomando por base um critério político, quicá considerando um problema cambial ou de qualquer outra natureza. Evidentemente, a IMÊ foi prejudicada.

Matarazzo não descansou. Continuou a lutar contra a realidade industrial, ou seja, fazendo aquilo que qualquer empresário consciente faz: eliminar os erros. Assim foi feito e o resultado é que a produção alcançou o nível desejado, pois a técnica exige o melhor resultado operacional, e não a legislação. Em 1967, foi enviada nova delegação do CNP para verificar o que estava ocorrendo na IMÊ, pois se insistia no pleito da autorização de 1.300 barris por dia de operação.

Nessa época já estavam funcionando no Estado de São Paulo a refinaria da Petrobrás, em Cubatão (Presidente Bernardes), e as de Capuava e São Caetano, da iniciativa privada, com a capacidade total de 150.000 BPDOS. Todas juntas, incluindo os 1300 BPDOS da IMÊ, representavam perigo mínimo de concorrência. Portanto, a solução *salomônica* de dar apenas uma parte daquilo que fora pleiteado era risível.

1968 - Uma nova comissão de estudos teve como participantes o engenheiro químico Aluísio José Daou, que foi o relator deste novo documento, e novamente os engenheiros químicos Paulo Ribeiro e José Murilo Monteiro Paraíso, que já haviam feito a vistoria em Setembro de 1958 e

agora retornavam, dez anos depois. Pelo menos poderiam ver com os próprios olhos eventuais modificações. Imaginava-se um relatório isento e objetivo, executado por profissionais conscientes. Infelizmente, prevaleceu o aspecto político e o Conselho Nacional de Petróleo, apesar do óbvio parecer, não autorizou o aumento de produção obtido graças a esforços industriais e me-



Instalações da fabricação de soda cáustica, utilizada na preparação da viscosa. Ano de 1982

lhorias das condições ambientais.

O que a IMÊ fez foi eliminar os danos produzidos pela corrosão devido à poluição do Rio dos Meninos e criar um sistema de refrigeração, em círculo fechado, de forma a ter a água reciclada, evitando devolver a carga de água com temperatura elevada ao Rio dos Meninos. E só. Este expediente simples fez com que a produção fosse elevada para mais de 1.300 BPDOS. Só que esse fato se chocaria com o monopólio comercial da Petrobrás, e daí...

Aliás, o novo sistema de refrigeração era o aproveitamento de um sistema de purificação de água feito para todo o *Grupo São*

Caetano e que abastecia a Fábrica de Rayon, a Usina de Soda Cáustica, a de Ácido Clorídrico, a Fábrica de Celulose, enfim, todo o Complexo Industrial Matarazzo da área de São Caetano. Lógico que a refinaria obteve benefícios provenientes dessas melhorias.

Aliás, o sistema de purificação de água era uma obra de saneamento exemplar e totalmente privada, pois o seu resultado se dirigia exclusivamente para as empresas do *Grupo São Caetano* das indústrias Matarazzo.

Os estudos, dessa vez, foram além das observações de 1958, pois agora se tratava de pilhar em flagrante delito aquele empresário que se havia atrevido a desafiar o governo, melhorando a sua empresa, racionalizando seus métodos, desenvolvendo a sua tecnologia e, com isso, aumentando a sua capacidade de produção.

Os peritos descobriram que, em sete anos, isto é, de 1960 até 1966 (inclusive), a refinaria da IMÊ havia processado cerca de 215 mil barris a mais do que lhe era permitido, pois operou, em média, sempre mais do que os 900 barris por dia de operação que lhe haviam sido concedidos. Portanto, caberiam sanções. O mínimo seria pagar à Petrobrás o lucro excedente obtido ou diminuir a produção para menos de 900 barris diários durante um certo tempo (para deixar de ganhar o lucro *ilicitamente* obtido).

É evidente que Matarazzo não ficaria de braços cruzados. Passou a lutar na Justiça pelo direito de produzir mais e mais racionalmente, o que é o papel do empresário em qualquer sistema econômico ou político.

DADOS – Os dados levantados pela Comissão de 1968 foram:

1950	488	BPDO	em 338 dias
1951	501	BPDO	em 337 dias
1952	567	BPDO	em 336 dias
1953	663	BPDO	em 279 dias
1954	727	BPDO	em 304 dias
1955	709	BPDO	em 329 dias
1956	737	BPDO	em 349 dias
1957	682	BPDO	em 338 dias

Como se pode observar, o processamento teve uma elevação gradativa até 1953, ano da Lei 2004, quando se estabilizou durante os quatro anos seguintes. Porém, no estudo feito em 1958, a produção havia se elevado a mais de 1.000 BPDOs, e isto foi constatado pela comissão técnica de então, ocasião em que autorizou o processamento de 900 BPDOs. Não encontramos dados de 1959, mas os sete anos posteriores acusaram o seguinte:

1960	1.185	BPDO	em 325 dias
1961	937	BPDO	em 324 dias
1962	937	BPDO	em 333 dias
1963	953	BPDO	em 334 dias
1964	984	BPDO	em 339 dias
1965	1.004	BPDO	em 340 dias
1966	1.004	BPDO	em 297 dias

Como se percebe, a média de processamento diária foi além da média autorizada, de forma que se pode verificar, segundo os cálculos dos peritos do CNP o refinamento de 215.102 barris a mais. Por essa razão, deveria haver castigo. O empresário *concessionário* deveria indenizar o *concedente* dentro do raciocínio monopolista estatal.

PROCESSO - Matarazzo entrou na Justiça Federal contra o Conselho Nacional de Petróleo, em petição assinada pelo advogado Luiz Gonzaga Belluzzo, em cinco de Março de 1968. Obviamente, tudo lhe foi negado, mas Matarazzo não podia se conformar. Foi a esta altura dos acontecimentos que, num encontro de negócios com Alberto Soares Sampaio, o idealiz-

ador da Refinaria de Capuava, portanto um concorrente, mas da iniciativa privada, o conde Chiquinho comentou os problemas que vinha tendo com o CNP e com a Petrobrás. Presente na reunião estava o engenheiro Fernando José Clark Xavier Soares, membro da equipe da Refinaria União. Surgiu então a idéia de se utilizar peritos independentes para explicar na Justiça o estranho aumento da produção da IMÊ.

O engenheiro Fernando Soares, hoje aposentado e residente em São Paulo, teve a gentileza de conceder entrevista em que relatou sua participação nos eventos que se seguiram. O engenheiro Fernando Soares não trabalhou na IMÊ, mas conheceu seu processo produtivo para poder executar o trabalho que lhe seria confiado.

Soares Sampaio ofereceu os serviços do engenheiro Fernando Soares, mas, como este era funcionário de Capuava, e isto poderia gerar dúvidas sobre sua independência profissional, decidiu-se utilizar o nome de Barrett S. Duff, que era um consultor norte-americano da empresa que havia montado a Refinaria União, em Capuava, e que terminou por assinar o laudo. Este laudo independente provava que nenhum acréscimo havia sido feito na refinaria da IMÊ, portanto, não houve desrespeito à legislação, com outros e novos equipamentos, nem acréscimo na capacidade, mas apenas a melhoria no sistema de refrigeração e o uso mais racional dos mesmos equipamentos que fizeram aquela instalação ter maior e melhor produção.

Os honorários de Fernando Soares e Barrett Duff estavam vinculados ao que hoje se chama *taxa de sucesso*, ou seja, receberiam de acordo com o volume da

nova concessão obtida. Não receberam seus honorários, pois, antes que a decisão final fosse dada no processo, houve a aquisição da IMÊ pela Petrobrás. Depois disso, foi fechada definitivamente.

Os equipamentos foram sucateados e o pessoal operacional distribuído pelas outras empresas do grupo Matarazzo, sem demissões, exceto alguns poucos empregados antigos, que aproveitaram a ocasião para se aposentar.

O levantamento final do equipamento existente a ser desmontado foi tarefa do engenheiro Takashi Shiraige, funcionário da IMÊ de 1968 até o fim das atividades da refinadora (Shiraige então passou para a Fábrica de Rayon). De seu depoimento colhemos muitos dados.

O engenheiro Takashi formou-se em Engenharia Química no Paraná, sua terra de origem, e veio para São Paulo em busca de trabalho. Em 1968, não havia nenhum problema para se conseguir um emprego. Após a terceira entrevista, tendo sido uma delas feita na Praça do Patriarca, no principal escritório das Indústrias Matarazzo, 15 dias depois de sua chegada a São Paulo, estava admitido na IMÊ.

O engenheiro Takashi nem se lembra das outras empresas onde tentou colocação. Trabalhar para Matarazzo, fora o orgulho profissional de fazer parte do grande complexo industrial e a oportunidade de lidar com petróleo e aprender técnicas novas, deu a esse profissional condições de trabalho incomuns na época. Fala disso com enorme orgulho.

Havia um restaurante, junto à Fábrica de Rayon, com condições de fornecer 9 mil refeições diárias, a preço subsidiado, para todos os empregados do que era então chamado de *Grupo São*

Caetano. Assistência médica local, com quatro médicos presentes constantemente, além do convênio médico, extensivo às famílias, no Hospital Matarazzo, em São Paulo, eram incentivos para evitar *turnover*. Portanto, comia-se barato e havia assistência médica praticamente grátis.

Os salários eram pagos no Banco Matarazzo, onde os saldos das contas ficavam aplicados e terminavam por resultar em ganho extra, algo muito além do simples décimo terceiro salário, pois os juros pagos estavam sempre acima dos de mercado. Os empregados tinham orgulho e prazer de trabalhar para Matarazzo. Ninguém era demitido, a não ser por falta muito grave, o que era raro. O quadro da refinaria era de aproximadamente 200 pessoas em 1968 e manteve-se estável até o fechamento.

A refinaria trabalhava 24 horas por dia, em três turnos, e destilava frações. Primeiro vinham os derivados mais leves: o solvente, depois a gasolina, em seguida outro tipo de solvente; em seguida o querosene, depois o óleo diesel e por fim o óleo combustível. O resíduo sólido era descarregado do último alambique. Cada etapa era refinada em um alambique, num total de oito. Do projeto inicial ao fechamento sempre foram oito alambiques.

PRODUÇÃO - O produto de cada etapa de destilação era removido por bombas diretamente para os tanques de armazenagem relativos a cada produto e o resíduo, após o fracionamento, passava para o alambique seguinte, por gravidade. Cada fração destilada ia para o seu local de armazenamento e o processo prosseguia. Assim, o primeiro alambique era o mais alto e o de número oito ficava praticamente no nível do piso. O asfalto,

resíduo final e não mais fracionável, ia para um nível inferior ao piso e era removido, quase seco, por pás. Na seqüência era ensacado. Esse asfalto se destinava a indústrias, particularmente de pilhas e baterias, e não à pavimentação.

Solventes eram comercializados, bem como o querosene, enquanto óleo diesel e óleo combustível seriam usados pelas empresas de Matarazzo. A gasolina, em sua maior parte, era consumida pela frota das indústrias do imigrante italiano. Uma parte, porém, era comercializada, tendo até marca própria: Cruzeiro do Sul.

Como o processo não era contínuo e exigia controle permanente de temperatura, esta era controlada por pirômetros ópticos e o produto, em cada etapa, passava por laboratório para o controle de qualidade. Os documentos de controle eram bastante precisos, pois faziam-se pelo menos duas observações diárias, rotineiramente. O produto também era constantemente analisado pelo laboratório químico.

Todo o complexo era coberto, já que os alambiques passavam o resíduo de destilação por gravidade, o que aumentava a segurança do trabalho, mesmo que os equipamentos fossem extremamente simples. A única etapa realmente perigosa era a manipulação do tetraetilato de chumbo, o aditivo antidetonante usado na época por todos os refinadores de petróleo do mundo. O próprio transporte oferecia perigo de intoxicação. Na realidade, a operação do chumbo tetraetílico era a tarefa mais arriscada da refinaria. Tinha que ser feito por operário especialmente treinado e devidamente protegido com vestimenta de segurança. A partir da eliminação do chumbo tetraetílico, por consenso mundial, o aditivo passou a ser o ál-

cool anidro, que provinha do próprio Grupo Matarazzo.

O aquecimento dos alambiques era feito por maçaricos de fogo direto, alimentados pelo óleo combustível produzido na própria refinaria. O controle dos maçaricos era também feito por meio de pirômetros ópticos. Nas refinarias mais modernas, a pirometria é automática e feita por contato de dois metais com coeficientes de dilatação diferentes um do outro, de forma que a dilatação diferenciada indica a temperatura atingida. A pirometria óptica se baseia na cor da chama, que dá a temperatura do fogo, e isso exige observação constante, com mais mão-de-obra especializada. Evidentemente, na época da concepção do projeto industrial tais recursos não existiam. No entanto, os produtos eram de excelente qualidade, nunca tendo havido reclamações dos usuários, tanto internos como externos.

Todos os equipamentos foram produzidos pela caldeiraria, também do Grupo Matarazzo, e que ficava na Água Branca, bairro de São Paulo, onde se localizavam também outras unidades de Matarazzo, exceto, evidentemente, motores, bombas e acessórios especiais, comprados de terceiros ou importados sempre a partir da concepção inicial do processo de refino que, como já foi dito, foi todo desenvolvido *in loco*. O engenheiro Takashi diz, com muito orgulho, que o seu aprendizado na área de petróleo foi todo feito na IMÊ, tanto que, depois da desativação, ele foi trabalhar naquilo que se convencionava chamar de *Grupo São Caetano*, mais especificamente na Fábrica de Rayon, e nunca mais trabalhou com petróleo. Mais tarde foi para os escritórios centrais da Praça do Patriarca para o desenvolvimento de novos projetos. A indústria não pode estagnar!

Para a desmontagem dos equipamentos foi necessária a demolição de parte dos edifícios. Desse modo, a demolição do todo foi apenas um passo para transformar aquele local em terreno vazio. Hoje nada resta das edificações. O local está sendo usado como depósito de veículos danificados ou abandonados e é gerido pelo DSV, órgão de trânsito do Município de São Paulo. A placa indicativa de que aquele local fazia parte do Grupo Matarazzo ainda está lá, um tanto deteriorada, mas visível.

FECHAMENTO – Evidentemente, a matéria-prima não poderia ser qualquer uma. A refinaria não estava preparada para trabalhar com petróleo pesado. Diga-se que o petróleo brasileiro, descoberto inicialmente apenas na Bahia, era pesado e, para dele se obter derivados leves, seria necessário destilação contínua, com equipamento para o procedimento do *cracking*. As duas outras refinarias da área de São Paulo, isto é, Cubatão e Capuava, foram montadas visando ao *craqueamento* e, portanto, passíveis de trabalhar com petróleo de qualquer tipo, tanto nacional como o importado, o que ainda ocorre hoje.

A IMÊ teria que continuar trabalhando com petróleo importado. É claro que, na época da montagem inicial, em 1934, não existia petróleo brasileiro, de forma que, quando o engenheiro Fernandez trouxe sua tecnologia para a área de São Caetano, ela era baseada no petróleo disponível, ou seja, o venezuelano.

Até 1960, a Venezuela era o terceiro produtor de petróleo do mundo, perdendo apenas para Estados Unidos e União Soviética. Como a distância para o Brasil era menor, o frete seria mais conveniente, barateando o preço.

A partir do monopólio da importação pela Petrobrás, as dificuldades para importar o petróleo tipo Recon, que os Estados Unidos não exportavam, fizeram com que a Venezuela se tornasse a única fonte. Apenas algumas vezes importou-se petróleo russo. Essa restrição ao tipo de petróleo a ser importado, provavelmente, deve ter sido uma das razões para as dificuldades da IMÊ em obter sua matéria-prima, já que o monopólio, gerido pelo governo federal, exigia certas manobras de política econômica nas importações. Portanto, vincular todo um programa de importações às necessidades de uma única empresa causaria problemas para os negociadores da estatal que, além de preços e condições de pagamento, teriam que discutir as especificações do óleo cru. Por isso a IMÊ era um estorvo para esse tipo de negociação.

Matarazzo estava habituado a negociar por contra própria. A própria Fábrica de Rayon, que era o fulcro do Grupo São Caetano, tinha a sua própria fábrica de soda cáustica e de ácido clorídrico - a partir de sal transportado do Rio Grande do Norte - dimensionada para atender às necessidades da indústria, já que a matéria-prima essencial para o rayon, ou seja, o *linter* de algodão, provinha de usinas próprias, abastecidas por plantações particulares de algodão.

O engenheiro Takashi foi para a indústria têxtil para trabalhar em expansão e modernização. Ora, a IMÊ, engessada por leis e regulamentos, não poderia se expandir e nem mesmo melhorar, pois precisava de beneplácito do CNP para se expandir. Daí o desejo de se contornar as limitações e permitir o aumento de produção, o que o governo não estava permitindo. Isso seria intolerável para qual-

quer empreendedor. A última tentativa foi o processo final e o parecer dos peritos contratados pelo conde Chiquinho, já citados anteriormente. Quando nem isso funcionou, o fim estava selado.

EPÍLOGO - Sem dúvida alguma, a primeira refinaria de petróleo do Estado de São Paulo pode ser considerada a primeira refinaria do ABC pelo simples fato de que foi um dos empreendimentos impulsionadores da indústria dessa área, que hoje é o grande centro industrial do Brasil.

O pioneirismo dos valentes colonos que transplantaram, para este lado do Oceano Atlântico, a cultura do Velho Mundo, forneceu, em primeiríssimo lugar, capacidade de trabalho magnificamente aproveitada e incentivada por outros pioneiros empreendedores. Isso criou riqueza e deu origem a um novo país, gerando novos brasileiros, dos quais só podemos nos orgulhar.

Foi possível criar uma empresa pioneira, que só não se desenvolveu mais porque foi freada em seu ímpeto criativo pela rede burocrática que reafirmou mais uma vez que o *Brasil cresce de noite, enquanto os burocratas dormem*. Qual teria sido o desenvolvimento normal da IMÊ? Provavelmente o mesmo desenvolvimento que tiveram outras empresas, que adquiriram no correr do tempo novas tecnologias, modernizaram seus métodos, através dos resultados gerados pela iniciativa. Afinal foi isto que ocorreu em todas as empresas bem-sucedidas, onde o fator humano era levado em consideração.

(*) Pedro Kende, bacharel em História pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Fundação Pró-Memória

Singerffrido Cavassani em depoimento à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Março de 2002

Singerffrido Cavassani, o almoxarife do império

Eu trabalhei 36 anos no Matarazzo (...) Vinte e cinco anos na Rayon (...) Passei para a Louças, onde fiquei quatro anos (...) Fui para a Geon do Brasil e fiquei lá nove anos (...) Quando chegou a minha hora, eu falei: “Agora chega!” (...) Podia ter continuado, porque não precisava sair. Mas chegou meu tempo de serviço, então a gente completou e é isso aí!

Singerffrido Cavassani, nascido no dia 18 de Maio de 1917, ainda menino começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Iniciou como office-boy nas instalações do Bairro Fundação e aposentou-se nas Louças Cláudia, ramo do Grupo Matarazzo no campo de louças e afins. Ao todo foram 36 anos lidando com expedição de materiais, isto é, controle de almoxarifado. Vinte e cinco anos na Fábrica de Rayon (fios de seda), nove anos na Geon do Brasil (firma americana comprada por Francisco Matarazzo. Localizava-se na Rua Guarapiranga, São Paulo, e fabricava resina para pneus) e quatro anos nas Louças Cláudia. Aposentou-se com 50 anos.

Comecei como office-boy, depois fui escriturário e então virei encarregado de almoxarifado (...) Lá na Rayon (...) Eles trabalhavam com fio de seda (...) No começo chamava Visco Seta Matarazzo (...) Eles diziam assim (...) Depois passou a Visco Fio, depois Fábrica de Rayon (...) Mas sempre o mesmo fio, o mesmo artigo (...) Os nomes é que mudaram.

Cavassani comenta que havia muitos operários na fábrica. O trabalho era feito em três turnos: das seis da manhã às duas da tarde, das duas da tarde às dez da noite, das dez da noite às seis da manhã. As mulheres que trabalha-

vam na indústria tinham como deixar os filhos no berçário. Dispunham de 15 minutos para amamentar as crianças e, no caso de não terem leite, a indústria fornecia a bebida. *Eu mesmo cheguei a cuidar do berçário (...)* Tinha que controlar uns 20 berços, mas, na ocasião das “safras”, chegava a uns 40.

No almoxarifado, Singerffrido Cavassani devia controlar a entrada e a saída dos utensílios ali existentes ou dos que fossem solicitados. Muitas vezes trabalhava até nove ou dez horas da noite, uma vez que era obrigado a esperar a chegada dos produtos necessários ao almoxarifado.

Portaria principal da Visco-Seda, fábrica da Matarazzo instalada em São Caetano para fabricar o fio de raio. Década de 30



Fundação Pró-Memória



Letícia Fiorotti

Funcionários da Rayon Matarazzo



Equipe de funcionários da Louças Claudia

Letícia Fiorotti



Fundação Pró-Memória

Vista aérea das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Bairro Fundação



Entrada da Rayon na Praça Ermelino Matarazzo, em frente ao Busto do Conde Francisco Matarazzo. Singerfrido Cavassani é o primeiro da direita para a esquerda

Fundação Pró-Memória

Nos 25 anos em que estive na Rayon, sua função foi essa (excluindo os anos iniciais, em que trabalhei como office-boy e escriturário). Durante esse tempo, presenciei vários eventos, tive contato com Francisco Matarazzo e observei de perto o funcionamento do império construído pelo imigrante italiano.

O conde (...) Ele saía na praça, que não era calçada, era tudo grama (...) Ali era um campinho pra gente bater bola quando moleque (...) Ele chegava de manhã, os operários tudo em volta, sentados (...) Não tinha refeitório na época (...) Cada um trazia (...) Aquele monte de banana, laranja, né!? (...) Porque coisa de pobre é isso daí (...) Ele olhava, assim, aquelas marmitinhas, e falava: “Vocês é que são felizes, não eu” (...) O conde era um pouco doente, não podia comer de tudo.

O refeitório foi construído posteriormente. Logo no início, operários e executivos comiam em locais distintos. Isso mudou quando Matarazzo contratou um italiano encarregado de supervisionar o andamento das coisas na Fábrica de Rayon. Cavassani comenta:

Era o “Colete de aço” (...) Esse era o apelido dele (...) Era um italiano durão (...) Era o Mussolini escrito! (...) Bom, o refeitório era dividido em etapas (...) Aqui é só empregado, lá é só patrão (...) Era bandeirão (...) Quinta-feira era macarrão só para os chefes e arroz, feijão e carne de pescoço para os operários (...) Rapaz, o italiano demoliu tudo (...) Todos os “boxes” (...) Aí todo mundo começou a comer junto.

Macarrão, carne, arroz, feijão, tudo era fornecido pelo Grupo Matarazzo. Com efeito, o empre-

sário italiano visava à auto-suficiência de suas indústrias. Desse modo, uma unidade supria a outra. Por exemplo, se houvesse necessidade de soda cáustica para o beneficiamento dos fios de seda, então soda cáustica deveria ser produzida. *Primeiro a soda cáustica vinha do Japão (...) Era a melhor soda cáustica do mundo (...) Mas, depois, o Matarazzo resolveu fazer ele mesmo a soda cáustica.*

Francisco Matarazzo, no tocante aos fios de seda, chegou mesmo a trazer da Ásia alguns bichos-da-seda e dar início, em Campinas, a uma produção de fios naturais.

O xodó do conde, em Campinas, foi o fio de seda natural (...) Do casulo (...) Bicho-da-seda (...) Ele trouxe do Japão (...) Gastou um dinheirão pra começar a fazer todas essas coisas (...) Olha, a Matarazzo fabricava de tudo: óleo, farinha de trigo (...) O Óleo Sol Levante, de algodão legítimo, era feito lá em Catanduva (...) Os outros alimentos acho que faziam na Fazenda Amália, também no interior (...) Até refinaria de sal o conde tinha (...) E também navios para transportar o sal lá do Rio Grande do Norte até Santos (...) O sal ele usava para fazer soda cáustica.

A soda cáustica era apenas parte do processo de confecção do fio de seda. Singerfrido Cavassani explicou que seções diferentes, dentro da fábrica, faziam partes distintas do fio. *Tinha, por exemplo, onde lavava com água e soda pra tirar a ferrugem do fio (...) Depois ia pras estufas, para secar (...) Depois era beneficiado e então era mandado pra outras unidades.* Em realidade, a Fábrica de Rayon não produzia tecidos. Isso ficava a cargo de outros ramos do grupo. *Mas ele fabricava*

Os desenhos das louças fabricadas pela Louças Claudia em São Caetano eram escolhidos pela condessa Mariangela. Década de 40



Fundação Pró-Memória



Fundação Pró-Memória

A Fábrica de Louças Claudia ocupava área de 20.000 m² e empregava mais de mil operários nos anos 40. A produção era de 45.000 peças por ano



A chaminé das Louças Claudia tinha 72 metros de altura e era a mais alta construída pela Indústria Matarazzo

Fundação Pró-Memória



Leticia Fiorotti

Funcionários da Rayon Matarazzo

Grupo de funcionários das Indústrias Reunidas Matarazzo em 1938



Fundação Pró-Memória

só o tecido (...) Não fabricava roupa (...) Dizia que dava muito trabalho, muita mão-de-obra (...).

Os executivos que controlavam todo esse império eram, no geral, estrangeiros. Cavassani frisou que poucos brasileiros tiveram a oportunidade de ocupar cargos de chefia (ao menos nas unidades em que trabalhou). Europeus ou pessoas politicamente influentes tinham precedência.

Teve um espanhol, cunhado do Garcez (Lucas Nogueira Garcez, governador de São Paulo no início dos anos 50), que foi lá trabalhar (...) Cara fino, boa gente, mas não sabia nada.

Problemas como esses, contudo, não impediam o funcionamento das coisas no dia-a-dia. As questões de ordem prática dependiam da ação de operários e encarregados de seção. Singerffrido Cavassani, na Rayon, supervisionava a entrada e a saída de mercadorias.

Lá dentro tinha um estoque para abastecer a fábrica inteira(...) Rolamento, fio, enfim, tudo (...) Se entregava uma peça estragada, a gente tinha que ter controle (...) Esse almoxarifado da Rayon abastecia a Louça (Louças Cláudia), a Geon, a Fábrica de Soda (...).

O conhecimento obtido durante o tempo em que esteve na Rayon foi fundamental para os anos de trabalho na Geon do Brasil e nas Louças Cláudia. De fato, Singerffrido Cavassani aposentou-se trabalhando com controle de almoxarifado. Durante 36 anos, todo o material que sustentava as firmas de Matarazzo na Grande São Paulo passou pelas mãos e pelo crivo do morador do Bairro Fundação (*Pesquisa e textos realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória*).

Grupo de operários da Fábrica de Sabão e Velas Matarazzo ao lado da Matriz Velha de São Caetano



Fundação Pró-Memória

Carteirinha de Assistência Médico-Hospitalar A. A. Matarazzo de Pedro L. Blum, filho de Venezia Lozardo Blum



Fundação Pró-Memória

Escritório da Indústria Matarazzo em Janeiro de 1928. Accácio Novaes, era o administrador da Fábrica Rayon



Fundação Pró-Memória

Maria Silvestre: costurando o passado

Sonia Maria Franco XAVIER (*)



Artigos

Ieda Maria Fioretti, 52 anos, moradora de São Caetano do Sul desde seu nascimento. *Verificando meus álbuns de fotografias e tudo que recebi de meus pais e avós, resolvi retratar, através dos mesmos, a grande personalidade de minha avó Maria Silvestre. Foi uma pessoa muito atuante e de notoriedade em São Caetano do Sul pelo admirável trabalho que desenvolveu na cidade em prol da população mais carente. Trabalhava bastante, participava de diferentes atividades sociais e políticas, comandava movimentos de benemerência e foi mulher de destaque para a época. Através destas fotos, acredito poder documentar uma atividade que envolveu muitas mulheres desta cidade num cenário bem diferente de nossos dias.*



Maria Silvestre,
São Paulo,
ano de 1936



Miss Natal (aluna da escola) de São Caetano do Sul, década de 50. A eleição era feita por meio de votos vendidos como se fossem rifas. A arrecadação era revertida aos pobres

Ieda Fioretti

Maria Silvestre era filha de imigrantes italianos que vieram para São Paulo no ano de 1895. Não encontrando facilidade para aqui se instalarem, foram encaminhados para uma fazenda em São Simão, onde se estabeleceram como agricultores. Não era bem esta a vida que procuravam. Acreditavam em grandes oportunidades

na nova terra. Uma certa decepção acompanhou os primeiros anos de vida desta brava gente, lembra-se Ieda.

Sua avó contava que um seu irmão mais velho havia permanecido na Itália e tinha se tornado um grande músico: o maestro da Orquestra Sinfônica de Milano.

Maria Silvestre nasceu em São Simão, onde passou a infância, muito simples, brincando e desfrutando de grande liberdade entre árvores, animais e outras crianças. Nessa época, as crianças tinham por hábito desenvolver suas atividades e brincadeiras sempre num processo de imitação dos adultos. Brincar na terra, plantar, cozinhar, costurar roupas para bonecas de pano e jogar com bolas de meia. Era assim que se divertiam.

Foi para a escola, onde recebeu orientação que correspondia ao curso primário. Nessa época, ainda adolescente, começou a trabalhar em uma oficina de costura. Lá desenvolveu o gosto pela profissão de costureira.



Formatura das alunas do Curso de Corte e Costura, ano de 1956.

Da esquerda para a direita: Yolanda Cassoni, 2-?, 3-Ana Beloni, 4-?, 5-?, 6-Maria Silvestre, 7-Astolphina Silvestre Veza, 8-Terezinha Esplendor

Casou-se com Antônio Luiz Gregório e teve dois filhos: Leda e José Acácio. Permaneceram em São Simão até quando a filha começou a apresentar sérios problemas de saúde. Corria o ano de 1930 e Maria Silvestre não vacilou. Mudou-se para São Paulo, com a filha, para tratá-la junto a especialistas. Isso durou alguns anos, período em que desenvolveu diferentes trabalhos. Organizou escola de alfabetização, curso de taquigrafia e curso de corte e costura.

Em 1940, casou-se pela segunda vez (Pascoal Rozzi foi o segundo marido). Vieram morar em São Caetano do Sul. Compraram uma ampla casa na Rua Manoel Coelho, número 387, onde hoje está localizada a Imobiliária BBC – Imóveis, recentemente demolida. Como a casa era muito grande, serviu de moradia e de sede para a Escola Americana de Corte e Costura.

Maria Silvestre contou com a ajuda de Yolanda Cassoni e Naide Zago Colonhezi para desenvolver as atividades do curso. As aulas iniciaram-se em 1948, com duas turmas de 30 alunas em cada período. Uma à tarde e outra à noite.

Havia na época grande interesse por atividades que tornassem a mulher produtiva, sem sair de casa. As moças deveriam saber costurar. A escola passou a ser um local onde mulheres da sociedade se reuniam e, mesmo depois que terminavam o curso, ali continuavam colaborando para desfrutar do ambiente agradável e amigável. As alunas confeccionavam roupas durante o aprendizado, distribuindo-as aos mais humildes na época de Natal. Nasceu, então, a idéia de ampliar essas atividades de filantropia e Maria Silvestre buscou recursos junto às indústrias e empresas da cidade. Durante muito tempo, foram feitas grandes distribuições no fim de cada ano. Todas as pessoas

Baile de Formatura das alunas da Escola de Corte e Costura realizado no Clube Comercial em 1952. Da esquerda para a direita: Otélia, Naide, Idelzita, Edi e Maria de Lurdes Marinho. Ao centro, professora Yolanda Cassoni



leda Floreti



leda Floreti

Ano de 1952. Na frente, as professoras do Curso de Corte e Costura: Yolanda Cassoni, Maria Silvestre e Raimunda Zaporoli. Ao fundo, as alunas

Noite de formatura das alunas do Curso de Corte e Costura do ano de 1955. Da esquerda para a direita, ao fundo: Yolanda, ?, ?, Idelzita, Naide Colonhezi, Ormindia. Na frente, em pé, Gerson Silvestre (mestre de cerimônia), Angelo Raphael Pellegrino (paraninfo), Oswaldo Samuel Massei (prefeito), Maria Silvestre (diretora da escola) e Pascoal Rozzi (proprietário e esposo da diretora)



leda Floreti



Formatura das alunas do Curso de Corte e Costura, ano de 1955. Ao centro, João Jacob Lorenzini, à direita, Maria Silvestre e à esquerda Yolanda Cassoni. A cerimônia foi realizada no Clube Comercial

Ieda Fioretti



Rua Manoel Coelho, 387. Distribuição de cestas de Natal, ano de 1956

Ieda Fioretti



1952, Rua Manoel Coelho. Fila das pessoas aguardando a distribuição das cestas de Natal feitas pela Escola Americana

Ieda Fioretti

carentes recebiam roupas e alimentos. Brinquedos eram distribuídos para as crianças.

Outra grande festa que organizavam era para comemorar o término dos cursos. Além da solenidade de entrega de diplomas, com a presença de autoridades civis, políticas e religiosas da época, havia também um grande baile nos salões do Clube Comercial. A escolha da rainha da escola também se fazia com uma grande festa. Essas atividades perduraram até meados da década de 60, quando o comércio cresceu, a concorrência aumentou e a saúde de Maria Silvestre foi se abalando.

A família era pequena. Dois filhos, Leda e José Acácio, que lhe deram os netos Maria Vilma e Ieda (filhos de Leda com Luiz Fioretti), e Maria de Lourdes, Maria Dalva, Ricardo e Eduardo (filhos de José Acácio Gregório e Maria Aparecida Gregório). Contava sempre em sua casa com os serviços de Maria Custódia, que cuidava dos afazeres domésticos.

Maria Silvestre era enérgica e foi o carro-chefe da família. Ensinou suas quatro netas a costurar e presenteou cada uma com uma máquina de costura. Gostava de ler e de estudar. Criou um método para facilitar o ensino de corte e costura: *Art Modas Manual Técnico*. Conforme análise da neta, trata-se de método completo, pois ensina todas as variações de corte, costura, etiqueta e culinária. Foi candidata a vereadora e participou de muitas atividades na cidade. Faleceu em quatro de Janeiro de 1978, deixando filha, genro e netas em São Caetano do Sul.

() Sônia Maria Franco Xavier é professora de Filosofia e História, foi diretora do Museu Histórico Municipal e, atualmente, é presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*

Jubileu de Ouro de formatura que marcou época: uma turma fadada a vencer

Carlos GERCHTEL (*)

1951 – Ano da Colação de Grau. Curso: Técnico em Contabilidade.

Estabelecimento de ensino: Escola Técnica de Comércio de São Caetano.

2001 – Ano especial para determinado número de condiscípulos que estão se reencontrando pela terceira vez no transcorrer dos últimos 50 anos. Remanescentes de um grupo estudantil que se sobressaiu no passado, reunindo-se para lembrar e dar destaque a este proeminente episódio, revelando um aspecto festivo, de conagração para engrandecer e valorizar a própria vida com muito entusiasmo.

Cinqüenta anos são decorridos. Cinqüenta anos de tentativas, algumas bem-sucedidas, outras não atingindo o objetivo. Cinqüenta anos de atividades correspondendo plenamente aos anseios de jovens talentosos, unidos pelos mesmos sonhos, os mesmos ideais, com desejos de progredir junto com o município que justamente acabava de conseguir a sua autonomia, depois de uma árdua luta travada por abnegados cidadãos sancaetansenses. Iniciava-se, naquele ano de 1949, uma nova e difícil etapa, não só para a cidade, mas também para o futuro daqueles rapazes e moças.

A responsabilidade tornara-se maior, tanto para um lado como para o outro, pelas dificuldades em transpor os obstáculos que surgiam constantemente, sem qualquer possibilidade de solu-



Genésio Carlos Alvarenga recebendo certificado. Na mesa, da esquerda para a direita: Celso Marchesan, Dionísio Martins (parainfo), Antonio Russo (apresentador)

ção imediata, principalmente para o município. Eram os primeiros passos que estavam sendo dados, de uma caminhada longa e espinhosa.

São Caetano começava, naquele período, a usufruir dos próprios recursos e prosperar com muita rapidez. Tinha vida própria para seguir o seu destino. Despontava com bons augúrios mais uma fulgurante estrela que iria luzir imensamente na constelação bandeirante, o que se confirmou posteriormente.

Naquele mesmo ano uma nova turma estava principiando seus estudos intermediários, da qual eu fazia parte, num curso muito solicitado na época, recém – criado pela única escola existente: o de Contabilidade. Na verdade, a Escola Técnica

de Comércio de São Caetano era a única a manter o ginásial básico no 1º ciclo e o Curso de Contabilidade no 2º ciclo. Nenhuma outra escolha era possível.

Estava entrando numa área completamente desconhecida e logo percebi os primeiros entraves para acompanhar meus novos colegas e atingir o mesmo nível deles (eu havia adquirido algumas informações no 1º ciclo do ginásial tradicional, porém, sem ter tido o mínimo conhecimento da parte técnica inerente ao curso). Não possuía nenhuma noção de contabilidade, não sabendo nem mesmo o significado de débito e crédito. Estive a ponto de desistir por não poder assimilar o novo currículo devidamente.

Ai entrou o espírito solidário de alguns companheiros, que se prontificaram a me ajudar, se eu assim o quisesse. Só desse modo tive a chance de entrosar-me com eles e participar das aulas normalmente. Não foi uma tarefa fácil, reconheço.

Devo frisar que, para se chegar ao ponto desejado, houve momentos de sacrifício que exigiram enorme esforço e muita paciência. Com o passar do tempo, acabei ajustando-me perfeitamente bem à nova condição, o que me possibilitou completar o curso calmamente, sem nenhum empecilho.

A primeira grande barreira estava sendo ultrapassada. Prevaleceu mais uma vez a perseverança, a vontade, a persistência e o apoio dos colegas de classe na

hora certa. Naquele instante de grande dificuldade, não considerei nada do que foi citado acima, apenas levei em conta a nova experiência como mais um desafio que deveria sobrepujar, custasse o que custasse. Sabia que nada iria me impedir de atingir meus propósitos. Lutaria até o fim.

Porém hoje, já mais traquejado, estou dando o devido valor, mostrando-me grato aos verdadeiros amigos que surgiram para facilitar o trajeto por mim escolhido, amigos que, mesmo depois de meio século, continuam tão ou mais afetuosos. Quando se tem amor no coração, espírito fraternal, tudo se torna mais fácil e o respeito mútuo acaba se sobrepondo, quaisquer que sejam as circunstâncias.

PREPARATIVOS – Como saudar esta data tão significativa? Pomposamente? Com manifestações efusivas? Sob postura moderada, porém, sincera? Ou empregando palavras singelas, contudo, vindas do fundo do coração?

A forte emoção causada pelo encontro com pessoas que há muito tempo não via; a maneira como fui recebido na residência de cada um - aliás com muita deferência; o ânimo que se apossou de todos; a felicidade que se estampou no semblante e no íntimo dos mesmos; o sentimento de pesar demonstrado pela perda de alguns; e a frustração pelo fato de não poder juntar todo o pessoal ao mesmo tempo - o que seria muito bom, se fosse possível - já prova cabalmente que nada está perdido, que ainda existem condições para boas relações e que a compreensão, a estima e o bom senso devem predominar entre nós, simples seres humanos. Temos que apro-



Formandos e seus familiares na missa de comemoração do 10º aniversário de formatura. Ano de 1961

Família Balbo Santarelli

veitar do melhor jeito estas vantagens especiais e, acima de tudo, nos contentar com as oportunidades que nos são oferecidas. Não podemos negar que a cortesia, a afeição, a fala amiga, a meiguice com que comumente somos recebidos pelas pessoas, de um modo geral, e em particular pelas que nos são queridas, nos fazem muito bem, proporcionando-nos serenidade, percepção suave, cheia de encantamento e luminosidade. Enfim uma sensação de paz.

Não há quem não precise pelo menos de um pouco de cada um dos gestos acima referidos para se sentir *gente* e, naturalmente, parte da sociedade. Isso não depende de posição social, capacidade intelectual ou situação financeira. O essencial é viver feliz, dentro das normas, e desfrutar das maravilhas que a vida concede. Este reencontro é o maior exemplo de felicidade.

Só o fato de termos sido favorecidos por este beneplácito para nos rever através da vontade divina supera toda e qualquer riqueza material que se possa imaginar, pois dinheiro algum poderá pagar este estado de espírito,

esta ligação sensibilizante, este instante tão sublime.

SAUDADE – Infelizmente, para nossa tristeza, alguns já partiram e não poderão dar o prazer da presença, mas, de alguma forma, deixaram boas lembranças, honrando sobremaneira o grupo e, mesmo ausentes, estarão sempre nas nossas memórias. Nomes como Alberto Abib, Francisco Saes de Amo, Genésio Carlos Alvarenga, Henrique Baldarena Tobá, Issa José Jorge Sabha, José Lauer, Lúcia de Ramos, Luiz Colognesi, Maria de Lourdes Camba, Osvaldo Sobreira, Valter Ventura continuarão em nossos corações e dificilmente serão esquecidos. Com certeza devem estar sendo preparados para cumprir novas e nobres missões, agora no lado espiritual.

Para aqueles que não puderam ser localizados, como Antônio Fernandes Peres, Antônio Teixeira de Mello, Genésio de Abreu Teles, José Gomes, Paulino Faria Machado, Osvaldo de Paula Ramos, Wilson Vieira de Vasconcelos, Sérgio de Brito, Umberto Mandarino e Aparecida

de Lourdes Furlaneto, fazemos questão de deixar menção honrosa. Aonde quer que estejam, recebam as nossas homenagens e as nossas saudades. Nem por isso deixarão de ser lembrados e, mesmo de longe, continuarão fazendo parte da nossa grande *família*. Esperamos encontrá-los algum dia, gozando ótima saúde e em condições satisfatórias no modo de viver. Outros nomes dignos de nota: Ademar da Silva Moreira, Assad Abunjara, David Dias de Oliveira, Joana Markowski, João Moreto, Maria Falchero, Osvaldo Dario, Osvaldo Emiliano Gonçalves. Alunos que iniciaram o curso conosco, mas que, por alguma razão, não terminaram com a nossa turma, também estão sendo mencionados, pois, até um certo ponto, percorreram o mesmo caminho, com os mesmos transtornos, só não chegando à meta final por particularidades.

Quando me dispus a prestar esta homenagem, em virtude do cinquentenário da colação de grau, conhecia, de antemão, a dificuldade da missão. Seria complicado visitar um por um, sem dizer que muitos não iriam ser encontrados. De alguns, infelizmente, receberíamos a notícia do falecimento. Mesmo assim, comecei a tarefa com disposição para, no mínimo, obter dados e recordar fatos, o que me possibilitou completar o trabalho com êxito.

Todos com quem mantive contato foram solícitos, gentis, não deixando de demonstrar uma memória fantástica e facilitando as coisas ao revelarem casos por mim desconhecidos ou esquecidos. O sentimento fraterno para evidenciar os mesmos laços afetivos, a mesma harmonia, a mesma atenção após 50

anos também foi confirmado integralmente.

De fato, este é um grupo fora do comum. Alegre, brincalhão, bagunceiro - todavia atuando com seriedade nos momentos adequados -, uma turma que deu enorme trabalho para a diretoria da escola, temos de admitir, embora tenha sido identicamente motivo de orgulho para esta mesma diretoria. Uma plêiade de estudantes abençoados, apesar dos pesares.

Pessoas da estirpe de Antônio Amaro, Ângelo Padovan, Anselmo Manzini, Antônia Burato Manzini, Alberto de Castro, Epifânio Valverde, Francisco de Paula Lopes, Orlando Malateaux, Nair Josephina Quaglia, Maria Paparella, Osvaldo Dametto, Primo Borsato, José Paschoal, Mateus Aldecôa, Loris Benito Balbo, Santarelli, Raul Gardezani, Vacius Rutkauckas, não podem sair jamais do nosso convívio, da nossa mente e, creiam, permanecerão eternamente dentro dos nossos corações.

Usando termos contábeis, no *balanço* da vida posso dizer, sem medo de errar, que houve um lucro fabuloso. O *ativo* superou o *passivo* e o *saldo credor* foi superior ao *saldo devedor*. Não posso me queixar.

INDISCIPLINA - Às vezes a balbúrdia imperava e éramos punidos severamente. Nem assim o comportamento melhorava. A nossa sala de aula era de fato terrível, bastante indisciplinada. Não havia como controlá-la.

Uma vez, em mais um ato de indisciplinação que determinou a presença do diretor, agindo com precipitação, por não ter entendido o pedido do mesmo, levantei-me rapidamente, como que

assumindo a culpa sozinho. Os companheiros, porém, permaneceram sentados, o que me deixou intrigado. Imaginem, eu, pensar estar agindo como um herói e acabar sendo considerado como um traidor. Ao notar que estava só, sentei-me constrangido. Na realidade, eles estavam certos e eu errado.

Quando soube do ridículo a que estava me expondo e da reprimenda que estavam preparando para mim - da qual eu não me esqueceria por um longo tempo-, qual não foi o meu alívio. Ufa! Escapei de uma boa! Ainda bem que tomei a decisão sensata ao sentar-me incontinenti, ou seja, sem perda de tempo.

Fomos suspensos por três dias. Muito embora não apreciássemos tal punição, cumprimos pontualmente o castigo me ligando definitivamente com a classe, não sem antes me penitenciar com ela. Por um triz não joguei por terra tudo que havia ameaçado com muito denodo, o conceito positivo e a confiança que finalmente depositaram na minha pessoa. Foi um sufoco, mas valeu a pena.

Sendo um *forasteiro*, naturalmente teria que arcar com o ônus do noviciado. Não foi fácil a minha adaptação. Tive que fazer das tripas, coração e me desdobrar com afinco para poder ser aceito. Aos poucos fui me acomodando até que obtive o almejado. Modestamente falando, com merecimento.

Quebrar um tabu mantido por professores que nunca davam a nota máxima foi o primeiro dos privilégios. Para eles, a nota nove era a maior. Não obstante, não tiveram outra escolha a não ser reconhecer, pela primeira vez, que alguém estava merecendo algo a mais do que eles estavam

acostumados a conceder. Foram subjugados pelas excelentes provas de um aluno que visava apenas provar a sua capacidade.

Para o professor de Matemática, Rubens Ducatti, uma das avliações do aluno foi reputada como das mais perfeitas, pela clareza das resoluções (a despeito da sujeira). Convém salientar que a prova foi uma das mais *porcas*, rabiscada em excesso, com fiapos de borracha cobrindo as várias tentativas para se chegar ao resultado das questões com exatidão. A quebra foi comentada com muita emoção, pelo próprio professor, ao justificar a sua surpreendente e rara decisão.

Ministrar aulas para os filhos de alguns ex-colegas foi o segundo grande privilégio. Tive a imensa honra de participar na formação intelectual dos filhos de Mário Paparella, Francisco de Paula Lopes, Valter Ventura, Genésio Carlos Alvarenga, introduzindo nesta leva os filhos do professor Vicente Bastos e de Celso Marchesam.

CULTURA - Como era de praxe naquele tempo, todo colégio costumava conservar um grêmio estudantil para as práticas esportivas, culturais, sociais e recreativas. Com tal finalidade, foi fundado o Centro Estudantino de Cultura, em que tivemos participação ou como diretor ou como associado. Uma inovação implantada pelo grêmio - por sinal bem ousada - foi o reforço escolar para os alunos em recuperação (as chamadas aulas de 2ª época, dadas pelos alunos mais avançados). Por ter sido um dos encarregados e sentindo-me bem na função, procurei exercê-la da melhor maneira possível, com muita responsabi-



Francisco Saes de Amo recebendo certificado. Na mesa, da esquerda para a direita: Celso Marchesan, Dionísio Martins (paraninfo), Antonio Russo(apresentador), (?)

lidade. O desempenho foi razoável e serviu como estímulo para a escolha da carreira de professor. Aquele foi o primeiro passo para o magistério.

Outros ilustres personagens fizeram parte daquelas atividades extracurriculares. Cidadãos que se tornaram famosos e de grande projeção, no decorrer dos anos, colaborando muito para o desenvolvimento cultural, social e político de São Caetano do Sul.

Quem não ouviu falar de Antônio Russo, Nicolau Delic, João Semenoff, Antônio Porfírio de Andrade, Francisco de Almeida Claro, André Leone, Raul Siqueira Diogo, Waldemar Giannotti, René Crepaldi, José de Almeida Geraldo, Ivo Fattori, Rubens da Costa Patrão, Hernani Syllos Lima, Plínio Turco, Valentino Chies, Raimundo da Cunha Leite etc...? Foram importantes contemporâneos, naquela romântica fase da nossa juventude, com quem tivemos a felicidade de conviver e dos

quais guardamos ótimas recordações, preservando uma cordialidade que se estende até os atuais dias.

IDÉIA - Mais da metade do ano letivo de 1951 já havia passado e nada ainda estava delineado para a festa de formatura. Não existia plano algum esboçado e o dinheiro recolhido era insuficiente para fechar contratos. Tudo estava por fazer.

Com receio de um fracasso, o diretor Vicente Bastos nos advertiu do pouco tempo que restava e pediu mais empenho na campanha de arrecadação. Era imprescindível um maior dinamismo. Resolvemos, então, embora tardiamente, aplicar um sistema que pudesse garantir as primeiras despesas. Várias sugestões foram apresentadas, sendo escolhida a sugerida pelo colega Loris Balbo Santarelli. Teve grande sucesso e culminou com uma renda que excedeu ao exigido. Pudemos pagar todos os compromissos sem maiores atribulações, sobrando ainda um saldo que usamos para gastos não previstos. A idéia luminosa apresentada pelo Balbo, que consistiu em rifar um aparelho de TV, prêmio muito requisitado por ser uma grande novidade (ainda mais porque estava exposto na vitrina da Casa Quaglia, famosa loja de artigos masculinos de propriedade do pai da nossa colega Nair Quaglia), foi de grande valor, um êxito inesperado. Superou a mais otimista das expectativas.

Foram alugados o Cine Primax para a colação de grau e o salão do São Caetano Esporte Clube para o baile (ao som de Batista e sua orquestra). Como inovação, em vez do tradicional terno preto, usamos terno bran-

co - com gravata borboleta grená - no ato da entrega dos diplomas. Até um álbum de fotografias foi possível elaborar, abrangendo todos os alunos da classe. No final, cada um ganhou um álbum.

Após a entrega dos certificados, era costume da diretoria premiar os alunos que se destacavam, dando-lhes a possibilidade de pertencer ao corpo docente. Havia carência de profissionais do ensino e o Ministério da Educação e Cultura autorizava a contratação de professores estagiários.

Por ter sido um dos primeiros da turma, eu esperava ser um deles. Alguns que se distinguiram foram indicados e, para minha amarga frustração, fiquei de fora. Meu nome não constava na relação. Fui ignorado por completo. Estava excluído dos planos da escola e, portanto, sem nenhuma chance de ser contratado por ela.

Que decepção! Que desalento! Sonhando alto e vendo tudo se desmoronar! Não me conformava com aquela injusta deliberação. Confesso, estava arrasado, totalmente arrasado, sem vontade para nada. Que sensação de derrota! Como gostaria de fugir daquele local e curtir o

meu aborrecimento longe de tudo e de todos!

De repente, fui chamado para receber um presente. Sim, um reles presente de um tio que me deveria ser motivo de satisfação e consolo. Normalmente, seria uma inesperada e generosa surpresa, mas, naquele instante, eu ainda estava sob o efeito do abalo sofrido e, por isso, sem disposição para aceitar nada. Estava magoado demais!

Com a minha tristeza transformando-se em revolta, resolvi não atender ao chamado. Seria como um protesto pela injustiça que estavam cometendo. Silêncio total! Novamente ouvi o chamado. Não tinha intenção de acolher o pedido, fossem quais fossem as conseqüências. Não tinha mais nada a perder.

Mais uma vez foi solicitada a minha presença e nenhuma movimentação foi notada. Permanecia impassível, sem a menor intenção de subir ao palco para receber a indesejável recompensa. Sequer ameaçava levantar-me da poltrona. O impasse estava estabelecido. Murmúrios surgiram no auditório e o ambiente, antes calmo, começou a ficar tenso. Expectativa geral! Iria ou não ?

Finalmente, por insistência

dos outros diplomados, acabei cedendo. Para ser claro, fui forçado por eles. Na *marra*, como se diz na gíria popular, entretanto, bastante contrariado, o que se podia ver em meu semblante fechado, que causava espanto aos convidados. Ninguém chegou a tomar conhecimento da real razão do meu estranho comportamento.

Querem saber qual foi o meu quase rejeitado galardão? A abertura de uma conta bancária com uma quantia razoável. Não era o que eu realmente queria. Aguardava outra coisa que somente me foi oferecida 14 anos mais tarde: a oportunidade de trabalhar no colégio. Tencionava unicamente dar aulas. Pretensão até que modesta, vocês não concordam comigo?

COMEMORAÇÕES - Em 1961, tivemos a primeira sensação agradável ao festejar o décimo aniversário da formatura, mandando rezar uma missa, na Matriz Sagrada Família, em honra ao fato. Menos da metade da turma esteve presente. Todavia, em compensação, alguns trouxeram esposas e filhos, o que deu um caráter diferente ao evento (como se nota numa das fotos que ilustra esta reportagem).

O Jubileu de Prata também foi comemorado com muito arrebatamento, isto em 1976, já com uma adesão maior. Além da missa, tradicionalmente celebrada nesses eventos, aconteceu, após o término da mesma, uma rápida reunião no adro da igreja, onde cada um dos presentes relatou pormenores da própria vida no decurso dos 25 anos.

Essa simples solenidade contou com o comparecimento do diretor Vicente Bastos e de alguns professores, homenageados



Noite da entrega dos certificados, realizada no Cine Primax em Novembro de 1951

Família Sates de Arno



Frete e verso do convite de formatura da turma de técnicos em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio de São Caetano. Ano de 1951

em jantar que encerrou com brilhantismo a festa. Reunimo-nos no Binder Restaurante, em São Bernardo do Campo.

Talvez, para a nova solenidade, não possa ser repetido o mesmo esquema das duas anteriores (o peso dos anos, as condições físicas não tão propícias, enfim, diversas dificuldades podem atrapalhar os planos), mas tenho certeza absoluta de que não faltará o calor humano, a delícia do novo encontro, de uma encantadora e divertida reunião, relembrando as famosas tertúlias que tanto influenciaram as nossas vidas e a rememoração dos belos momentos que robusteceram profundamente uma coexistência de ternura, de acatamento, de tolerância entre autênticos *irmãos*, na mais profunda acepção do vocábulo.

Como concluir esta narração? Estará sendo omitida alguma coisa? O que mais pode ser dito para exaltar de vez este conjunto de requintados indivíduos? Outras ocorrências poderiam ser destacadas para enaltecer ainda mais, como se já não bastassem os encômios anteriormente proferidos com exatidão, a todos os membros da *turminha*. Afinal, estivemos presentes em todos os

setores, com personalidade, hombridade, dignidade, competência, dando exemplos extraordinários, marcando absolutamente a nossa passagem. Em todas as intervenções fomos felizes, mostrando habilidade nas decisões, cooperando com muito zelo e, nas horas críticas, procurando resultados positivos para os problemas.

Da mesma forma, no setor esportivo foi mantida a escrita. Utilizando somente os elementos da sala de aula, montamos um time de futebol com capacidade técnica suficiente para nos impor aos adversários, muitos deles categorizados, confirmando o prestígio adquirido e conservando uma união inteiramente solidificada sem nenhuma contestação.

Que turma deslumbrante! Que grupo maravilhoso! Que colegas de valor! Que companheiros notáveis! Por melhores que possam ser os elogios, ainda faltarão palavras, meras palavras, para legitimar tudo o que está sendo descrito. E elas certamente não serão encontradas facilmente.

Enquanto isto, para todos os componentes da segunda turma de formandos, em regozijo ao quinquagésimo aniversário da

colação de grau, vamos bradar com todas as forças do nosso ser: *Amigos para todo o sempre!*

MENSAGEM – Vamos, antes de mais nada, agradecer a Deus pelas dádivas e por poder usar o que temos de melhor dentro de nós. Só desse modo podemos encerrar nosso ciclo com os braços abertos para as boas causas, com alegria nas nossas realizações, com paz nas nossas ligações afetivas, com a voz da razão preponderando, com brio no nosso modo de agir, com honorabilidade pelas ações dignas, com a consciência tranqüila pelo desempenho como íntegros membros da comunidade, dedicando-nos com muita firmeza ao crescimento da cidade. Atualmente, vendo a pujança do município, podemos orgulhosamente dizer, em alto e bom tom :

- *Fizemos a nossa parte! Fomos úteis para a sociedade!*

Nada foi em vão! Enfim, vivemos!

(*) Carlos Gerchtel foi professor do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul e do Centro Interescolar Municipal Professora Alcina Dantas Feijão

A Região do ABC no tempo dos bondes

André Luis Balsante CARAM (*)

A *Empresa Imobiliária de São Bernardo*, organizada pelos irmãos Hippolyto Pujol Junior e Ernesto Pujol, foi a primeira empresa de transporte coletivo da história da viação pública de São Bernardo. Pioneira em trazer os primeiros bondes que serviram a região na década de 1920, a implantação deste sistema flexibilizou o fluxo de mercadorias e passageiros entre os principais agrupamentos urbanos de São Bernardo: a Vila de São Bernardo, o Bairro da Estação (que deu origem à Vila de Santo André) e o Distrito de São Caetano. Procuraremos mostrar não só a importância deste sistema de transporte que conectou estes principais centros de interesse da região, inclusive o núcleo de São Caetano, como também avaliar o desenho urbanístico elaborado para os loteamentos abertos pela empresa, cujos princípios adotados encontram similitudes nos conceitos de cidades-jardins idealizados por Ebenezer Howard, uma novidade para o padrão da época em termos de planejamento urbano.

O deslocamento entre os principais centros de atividades econômicas do país, antes da instalação do trem, era feito basicamente por estradas, percorridas sobre o lombo dos burros ou por carroças. Muitos dos caminhos existentes foram abertos por tropeiros que historicamente exerceram um papel relevante na unificação de vários aglo-



Primeiro loteamento desenhado pela Empresa Imobiliária, dividido em sete bairros-jardins, para construção de moradia popular, operária e zona industrial servida por ramais da Estrada de Ferro São Paulo Railway

Fonte: Relatório da Empresa Imobiliária de São Bernardo, 1926

merados urbanos e fazendas do interior à cidade de São Paulo. O Caminho do Mar, criado para facilitar o acesso entre o litoral, também passa pela região de São Bernardo e nas terras do Tijucuçu. Conforme Reis Filho, *foi a primeira trilha aberta pelos portugueses no sul do Brasil*^[1]. Por aí já se nota a importância de se resgatar os traços históricos das primeiras vias de circulação.

Fora as estradas, as vias fluviais também foram preponderantes para a ligação de vários núcleos regionais. Como no caso da Fazenda São Caetano, fundada por monges beneditinos, que utilizavam o canal do Rio Tamanduateí para escoar, até a cidade, sua produção de telhas e artefatos cerâmicos para comercialização e construção do Mosteiro de São Bento.

A primeira mudança realmente significativa na forma de

transporte ocorreu com a implantação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, inaugurada em 1867, que ligou Santos a Jundiaí e influiu diretamente na cidade de São Paulo e em São Bernardo. Foi a grande novidade da época que mudou radicalmente a escala de deslocamento. A construção da estrada de ferro visava atender interesses da economia agrária exportadora do país, que perdurou até as primeiras décadas do século XX. Isto significou não só a inserção da região de São Bernardo no contexto socioeconômico da cidade de São Paulo, mas a inserção do próprio país na nova ordem mundial. A cidade de São Paulo foi a que sofreu maior impacto com a ferrovia. Há muito tempo a cidade já era considerada um entreposto de passagem para vários caminhos e estradas. Com o advento da ferrovia, São Paulo ampliou



Loteamento Nova Petrópolis, em São Bernardo, o segundo desenhado pela Empresa, com ruas sinuosas seguindo a topografia do terreno. Note as várias praças e áreas verdes planejadas no loteamento

rem fontes ricas de matérias-primas e recursos hídricos tanto para o abastecimento local quanto para o funcionamento das mesmas.

Num contexto mais amplo, a industrialização da região de São Bernardo e da capital paulista foi resultado de conjunto maior de transformações associado à acumulação de capital gerada pelo complexo econômico agrário-exportador, pelos novos ideais republicanos e pela entrada de investidores estrangeiros, principalmente britânicos, mediante a importação de maquinário e serviços que ativaram a economia às custas de uma mão-de-obra imigrante que também aportava no país com o sonho de melhores condições de vida. *Em 1904 o investimento britânico no exterior iniciou sua ascensão espetacular (...) A corrente principal do capital britânico dirigiu-se ao Canadá, à Argentina e mais uma vez aos Estados Unidos, ao Brasil e ao Chile (...) Ferrovias, cais, utilidades públicas, telégrafos e carris urbanos, mineração, plantações, companhias de hipoteca fundiária, bancos, companhias de seguro e comércio foram os objetos favoritos do "boom" de investimentos^[3].* As fábricas, com suas longas jornadas de trabalho monitoradas pelo rígido horário, impulsionavam o crescimento da classe operária, que se tornava uma questão social emergente nos centros urbanos.

Os núcleos de São Bernardo, principalmente São Caetano e a futura Vila de Santo André, à medida que se expandiam fisicamente, seja no número de indústrias ou habitantes, enfrentavam maiores problemas, urbanos, sobretudo no tocante à

suas atividades comerciais e tornou-se o centro capitalista do país. Não só uma série de artigos e novidades aportava em São Paulo por meio da ferrovia, mas aos poucos a cidade foi tentando reproduzir todo um modo de vida baseado nos padrões europeus, que influenciaram o modo de elaborar a arquitetura e o urbanismo.

Na região de São Bernardo, decretado município em 1889, o impacto da ferrovia também teve seus reflexos. Existiam nesta região vários núcleos em processo de formação e crescimento. Além do núcleo de São Caetano, que na época pertencia a São Bernardo, também se destacavam dois importantes pólos de desenvolvimento com funções muito distintas: a Vila de São Bernardo, onde se localizavam a sede da região, repartições públicas e administrativas, e o Bairro da Estação, que concentrava as atividades comerciais e industriais e que futuramente viria a ser o Distrito de Santo André.

São Caetano era um pequeno núcleo de modestas dimensões territoriais, que crescia em torno da Igreja Matriz Velha e da

antiga estação ferroviária, locais onde se concentravam a maioria da população, o comércio e as principais edificações do período. Economicamente, este núcleo centrava suas atividades na fabricação de produtos cerâmicos - tradição que ampliou fama herdada dos padres beneditinos. O Bairro da Estação também passava por processo de transformação semelhante ao de São Caetano. Seu espaço físico era tão pequeno quanto o daquele núcleo, pois o seu sistema viário não passava de cinco ruas e uma rede de estradas que o ligavam a outros núcleos regionais e a São Paulo^[2].

Devido às facilidades do transporte ferroviário, à existência de abastecimento elétrico, às imunidades fiscais e aos terrenos oferecidos a preços baixos, tanto o Bairro da Estação quanto São Caetano, que eram beneficiados pela linha de trem, tornaram-se zonas de forte concentração industrial. No caso de São Caetano, as indústrias instalaram-se próximas às várzeas dos rios Tamanduateí e dos Meninos (fortes elementos positivos da paisagem), por se-

moradia, saneamento básico e aos transportes. O espaço urbano foi refletindo não só as transformações socioeconômicas, políticas, culturais da época, mas também os problemas decorrentes do seu crescimento desorganizado, que cada vez mais salientava as diferenças sociais entre os pobres e os ricos.

A municipalidade de São Bernardo, dentro das suas limitações, tentava controlar e regulamentar a expansão desordenada das vilas, principalmente em relação ao Bairro da Estação, onde uma série de medidas foi implementada visando a adequá-lo à estatura socioeconômica que tinha obtido. E por esta razão foi transformado em distrito e denominado, por razões históricas, de Santo André.

As indústrias instaladas na região representavam o progresso econômico que as vilas alcançavam. Geravam empregos, mercado de trabalho e ativavam a economia da região. Mas na mesma proporção que aumentava a quantidade de indústrias na área urbana, crescia também a demanda por novas habitações, principalmente moradias populares, em vista do crescimento de áreas acortçadas que, conseqüentemente, ocasionavam a proliferação de doenças e ondas de epidemia. Era o custo pago pela rápida modernização por que passaram a maioria dos centros urbanos. Sendo assim, novas áreas de ocupação e novos bairros tinham que ser criados.

Nas áreas em expansão urbana, que representavam um rico filão de investimentos imobiliários, as companhias e empresas particulares voltadas para prestação de serviços urbanos começaram a despontar. Além do

mais, *não raro as empresas imobiliárias contavam com isenções ou outros privilégios concedidos pelo poder público, sobretudo para a construção de casas populares, uma vez que a moradia dos trabalhadores, em especial o operariado, fazia parte da questão social, cuja resolução, além de atender a demanda, envolvia sanear as cidades para diminuir as possibilidades de expansão de epi-*



mias^[4].

Dentre as companhias que contribuíram para o progresso das vilas de São Bernardo, a *Empresa Imobiliária de São Bernardo* foi uma das primeiras e principais que atuou naquela região. Instalou os primeiros bondes que circularam na região, ligando os principais pontos, e também implantou loteamentos, com princípios urbanísticos modernos para época, fundamentais para estruturar o futuro crescimento das áreas em torno de Santo André, São Caetano e a sede do município.

EMPRESA IMOBILIÁRIA - A *Empresa Imobiliária de São Bernardo* estabeleceu-se na região num momento bastante

propício. As vilas de São Bernardo estavam em processo de crescimento, tornando o mercado de terras um negócio promissor. Fora de São Bernardo, empresas e companhias imobiliárias, muitas das quais amparadas por capital estrangeiro, firmavam-se em várias cidades desenvolvendo trabalhos de urbanismo e comercialização de lotes e edificações. Em muitos casos, estas companhias foram responsáveis pelo planejamento urbanístico de cidades e loteamentos que surgiram nos anos posteriores a 1920. Em São Paulo, destaca-se a atuação da companhia *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*, responsável pela elaboração e implantação de vários bairros-jardins que serviram de modelo para muitas empresas.

No entanto, percebe-se claramente que essas imobiliárias apresentaram de certa forma a participação do capital privado na construção da cidade e na implantação de melhorias urbanas (serviços de viação, saneamento) que resultaram num planejamento ordenado dos espaços e num novo modo de ocupar a cidade. Processo semelhante ocorreu em relação aos primeiros planos rodoviários. De fato, Nestor Goulart Reis Filho aponta a *participação da iniciativa privada, na construção e exploração comercial das rodovias e do transporte de cargas e passageiros, a chamada "indústria de transporte por automóveis"*. Boa parte daquela demanda, principalmente nos lugares mais distantes, *teria sido até então atendida com esse tipo de participação, principalmente nas frentes pioneiras, nas regiões mais afastadas*^[5].

As cidades em processo de construção e expansão urbana eram áreas propícias ao surgimento de empresas prestadoras de serviços urbanísticos, através de concessões expedidas pelos próprios órgãos públicos, numa pareceria entre iniciativa privada e pública. Sabemos também que os irmãos Pujols, eram proprietários de terras em São Bernardo e em São Paulo, aumentando assim as pressupostas razões para iniciarem projetos naquela região. No final de 1921, fundaram a *Empresa Imobiliária de São Bernardo*, constituída sob a forma de sociedade civil entre Hippolyto Gustavo Pujol Júnior e Ernesto Pujol, com propósito de: *urbanização de grandes áreas de terrenos em São Bernardo (...), a venda de terrenos e a edificação popular, liquidáveis por pequenas prestações, a prazos de cinco anos*^[6]. Objetivos que foram ao encontro direto dos anseios da população, que necessitava de novas áreas destinadas à moradia.

Dessa forma, a empresa iniciou suas atividade *quando ainda os seus engenheiros percorriam o campo, levantando a topografia da vastíssima extensão de terrenos que ela resolvera urbanizar no próspero subúrbio que lhe dá o nome – a vender os primeiros lotes dos seus novos bairros, apenas lançados à pressa nas primeiras plantas levantadas, atendendo assim às inúmeras solicitações da clientela espontânea, que desde logo a procurou*^[7]. A implantação dos bondes está associada aos negócios da empresa em melhor servir os loteamento e a futura comercialização dos lotes. Porém as preocupações foram além da simples solução imediatista dos

O bondinho dos Pujols, que circulou em São Caetano, Santo André e São Bernardo na década de 1920



Fonte: História do Transporte urbano no Brasil, livro de Waldemar Corrêa Stiel

interesses especulativos, pois o serviço dos bondes atendeu à necessidade precípua na ligação entre as vilas de São Bernardo, que estavam se desenvolvendo, resolvendo assim interesses tanto da municipalidade quanto dos investidores.

NOVO URBANISMO - No século XIX, a Revolução Industrial foi um processo que marcou o ritmo econômico das principais cidades européias. Na corrida pelo desenvolvimento econômico gerado pelo abrupto crescimento das indústrias e do capital, as cidades foram se transformando num ambiente hostil e de péssimas condições de vida e higiene. Nas fábricas a situação não era diferente. As extensas jornadas de trabalho, a precariedade das instalações e os salários baixíssimos aviltavam o operariado, que não tinha outra escolha a não ser sujeitar-se ao sistema.

Em Londres, o surto de epidemias e os cortijos adensados de população miserável proliferavam no ambiente urbano e contrastavam com os majestosos parques e palacetes configurados em outras partes da cida-

de. Sobre esse assustador quadro de desigualdades sociais, os pensadores da época se debruçavam em busca de soluções qualitativas que revertessem o processo, principalmente em relação à cidade: o seu desenho, a distribuição ordenada das funções e a questão da moradia para o operariado. A solução desses problemas seria o caminho pelo qual se suplantariam os males da cidade industrial e o seu péssimo sistema de estrutura urbana - o mote dos problemas da época.

Muitos foram os teóricos idealizadores de novas sociedades como solução dos problemas urbanos. Destacamos aqui a figura de Ebenezer Howard, idealizador do conceito de cidade-jardim, que visava sobretudo restabelecer a dignidade das condições de moradia e trabalho. A proposta não se tratava de uma simples intervenção no ambiente urbano construído, nem mesmo uma representação idealista de uma sociedade utópica, mas a concepção direta de uma nova cidade moldada nos mais profícuos fundamentos sociais através de um urbanismo consistente que mesclava as



Gravura de Gustave Doré (1876), mostrando as habitações acrotiçadas da cidade industrial inglesa

vantagens dos ambientes urbanos (trabalho, áreas indústrias, empregos, comércio) com os benefícios que o campo proporcionava. O conceito que fomentou o novo padrão urbanístico integrava, de modo racional, os benefícios do campo e às vantagens da cidade através de sistema de avenidas-bulevares radiais e perimetrais que ligariam os pontos extremos da cidade à rede ferroviária regional. Os espaços públicos e áreas em torno das residências seriam permeados por vegetação abundante, celebrando a tradição inglesa dos parques naturalistas – lugar de descanso e reflexão. O planejamento adequado das vias de circulação, que se harmonizariam com a topografia do terreno, incluía também sistema de saneamento que garantiria a salubridade adequada da cidade. E quando a cidade-jardim (a princípio planejada para 32.000 habitantes) atingisse a densidade de população limite, uma outra cidade seria construída, criando assim uma constelação de cidades-jardins ligadas entre si por uma rede de transporte e vias conectoras.

O modo de viabilização téc-

nica e econômica seria concretizado pelas relações baseadas no cooperativismo, onde o solo urbano-rural seria um patrimônio coletivo dos próprios moradores, gerenciado pela municipalidade local da cidade-jardim. *Na cidade-jardim, o solo urbano de alguma maneira é socializado, mas não constitui uma propriedade do Governo Central, nem é por ele gerido, submetendo-se somente às suas leis e tributação. Howard reduz o tamanho do seu estado à municipalidade, pois não acreditava na atuação do Estado inglês, produto do liberalismo, como também não contava com a atuação do Estado socialista controlando todas as atividades. A municipalidade, por sua vez, é controlada de perto pelos habitantes*^[8]. Em suma, estas foram as circunstâncias e as preocupações de Howard quando idealizou a cidade-jardim, que seria uma solução às mazelas das sociedades aviltadas pelas baixas condições urbanas que a era industrial tinha causado. As cidades de Letchworth (1902) e Welwyn (1920) são exemplos cabais dos princípios de Howard, mostrando que era possível transpor pa-

ra o plano prático o modelo cidades-jardins.

O modelo de Howard incorporou várias influências urbanísticas e conceitos positivos das experiências passadas. Suas soluções foram inovadoras e práticas, tornando-se referência do urbanismo moderno e pautando o planejamento das cidades nas primeiras décadas do século XX. Como em São Paulo, onde a Companhia City construiu muitos bairros-jardins centrados nas idéias urbanísticas de Howard. Uma novidade para os padrões paulistas, mas também um instrumento da pujança inglesa sobre a cultura brasileira. De qualquer forma, os bairros-jardins construídos por aquela companhia representaram a transposição daquele modelo para o Brasil, aplicado pela primeira vez de modo pioneiro no Jardim América (1919), um exemplo seguido por várias outras companhias que atuavam no mesmo período. A exploração deste método chegou a uma situação que foi bem definida por Dácio Ottoni: *Os bairros dos abastados se transformaram em modelo, pelo menos em nome, para inúmeros loteamentos da cidade: Jardim Miriam, Jardim Campo Limpo, Jardim Ideal, Jardim Fraternidade, Jardim Felicidade... Um incauto, ao ver o guia da cidade com seus 1.200 bairros-jardins, se deslumbraria com a sua possível enorme área verde. Chegou-se ao máximo da corruptela de uma idéia*^[9].

LOTEAMENTOS - Na década de 1920, a *Empresa Imobiliária* criou vários loteamentos do tipo bairro-jardim. A primeira área loteada pela *Empresa* compreendia uma gleba de 6 mi-

lhões de metros quadrados entre a Estação de São Bernardo (no Distrito de Santo André) e a Estação de São Caetano. Dividido em sete bairros, este loteamento foi parcelado em três áreas com funções distintas:

Bairros de habitação burguesa - reservados às pequenas propriedades de recreio ou villegiatura – Bairro Jardim, Bairro Campestre e Bairro Utinga;

Bairros de habitação proletária – reservados à edificação popular para o operariado da Capital e dos importantíssimos centros industriais de São Bernardo e São Caetano – Bairro Operário, Bairro de Santa Maria e Bairro da Saúde;

Bairro Industrial – reservado, em longa faixa marginal à São Paulo Railway, para a edificação industrial e comercial de usinas, armazéns, entrepostos, etc., que necessitam de desvios particulares das linhas da Estrada Ferro^[10].

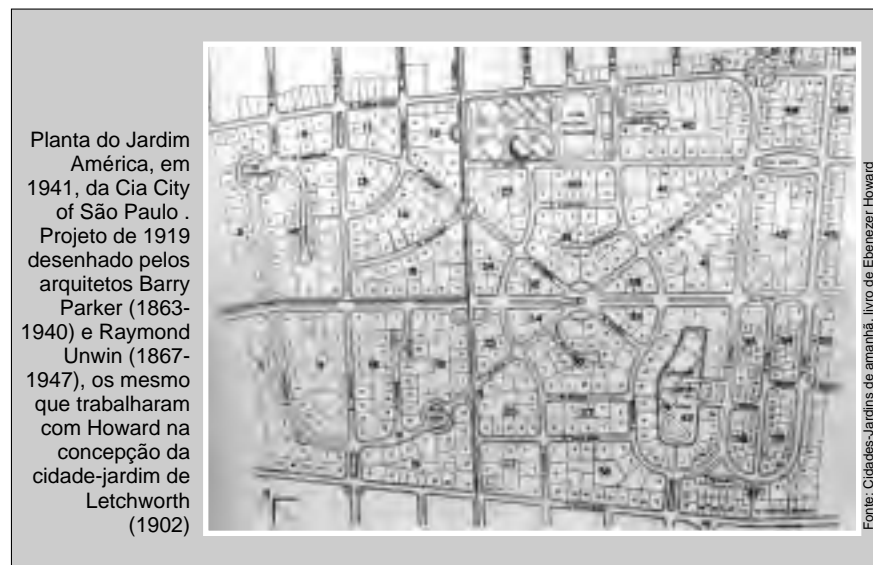
Já o segundo loteamento, o Nova Petrópolis, nasceu com o título de cidade-jardim e foi criado próximo à sede de São Bernardo, no final de 1925, compreendendo uma área de mais de três milhões de metros quadrados. A propaganda da época mostrava as vantagens deste loteamento que *se destina, graças à excelência do clima local (altitude 950 metros) e às facilidades de comunicação com as cidades de Santos e São Paulo, à formação de uma estação climática de primeira ordem, para o refúgio da população de Santos, durante o terrível verão dessa cidade^[11].*

Além da comercialização dos lotes, a *Empresa* fomentava o povoamento dos bairros através da venda de habitações, seja por

empréstimos hipotecários ou *por contratos prediais, a prazo de 8 anos^[12].* Até o final de 1925, os principais melhoramentos urbanos e serviços essenciais estavam em processo de execução ou quase todos concluídos: arruamento, arborização, iluminação elétrica, rede de água e esgoto, a instalação de uma rede de *tramways* que percorriam as glebas loteadas e a construção de cerca de 200 residências de vários padrões (econômicas, populares e de médio porte), com dois ou três dormitórios, térrea ou assobradada, no intuito de promover a fixação e o povoamento da área.

A tarefa de dirigir os trabalhos técnicos e de desenhar as futuras quadras provavelmente ficou sob os cuidados de Hippolyto Gustavo Pujol Júnior, pois encontramos semelhanças em outros trabalhos desenvolvidos por ele e no traço característico de seus desenhos, como no *Projeto de Remodelação Urbana da Cidade de Lambari*. O outro irmão, Ernesto Pujol, ao que tudo indica, era advogado e provavelmente se encarregava dos assuntos jurídicos ne-

cessários ao funcionamento empresarial do empreendimento. Quando fundaram a *Empresa*, Pujol Júnior já era um destacado engenheiro civil e arquiteto no meio técnico-científico, tendo projetado obras de engenharia e arquitetura como o Reservatório da Mooca e o Edifício Guinle, um dos primeiros arranha-céus da cidade de São Paulo, construído em 1912 com a tecnologia de concreto armado. A técnica propiciou a verticalização dos grandes centros urbanos e foi largamente estudada e aprimorada por Pujol Júnior nos laboratórios da Escola Politécnica de São Paulo. Isto nos revela que a *Empresa Imobiliária*, ao criar seus bairros-jardins, estava em sintonia com as tendências urbanísticas desenvolvidas no país e no exterior. As cidades-jardins de Howard eram a síntese de vários movimentos e idéias da sociedade europeia do século XIX. Uma vez saído do plano teórico, este modelo fomentou a base do urbanismo no início do século XX, servindo de modelo para o planejamento de vários bairros e cidades. Entretanto o



termo cidade-jardim ou mesmo bairro-jardim acabou se tornando conceito geral utilizado para designar vários loteamentos criados pelas empresas imobiliárias, mas bastante diferente quanto aos princípios sociais e de cooperativismo que balizaram as cidades-jardins de Howard, onde o solo seria propriedade da própria comunidade e não produto da especulação capitalista.

No caso da *Empresa Imobiliária*, as duas glebas loteadas aproveitaram o lado técnico urbanístico das idéias de Howard, principalmente no que tangia ao desenho urbano e à implantação dos loteamentos, onde vemos ruas sinuosas que acompanham o relevo do terreno; distribuição de áreas verdes e praças numa harmoniosa relação entre a população e a natureza; instalação de saneamento e infra-estrutura básica; ordenação dos espaços em áreas próprias para habitação e trabalho (Bairro Industrial), servidas por rede de transporte e de circulação adequada, estruturados num urbanismo consistente que direcionaria o futuro crescimento urbano pró-

ximo às áreas loteadas.

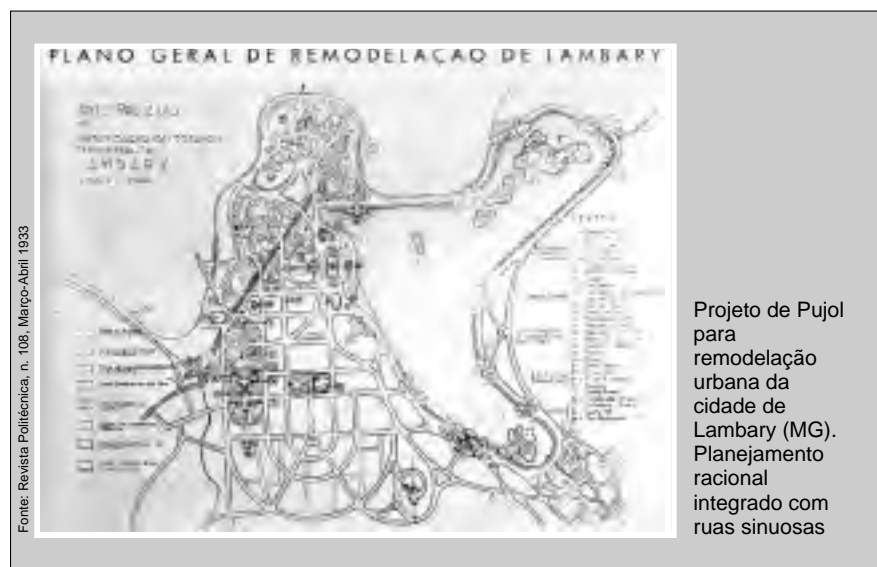
PRIMEIROS BONDES - Anterior ao surgimento da Empresa Imobiliária, o transporte já era questão prioritária para o futuro desenvolvimento da região de São Bernardo. De acordo com Caldeira, *a população aumentava cada vez mais, com a implantação de novos centros de atividade no município. Constituiu problema muito sério a falta de transportes rápidos entre as várias povoações, pelo que o vereador Sr. José Annibal Colleone propôs à Câmara, em 6 de setembro de 1906, que se concedesse privilégio à Light & Power Co. para a instalação de linha de bonds*^[13].

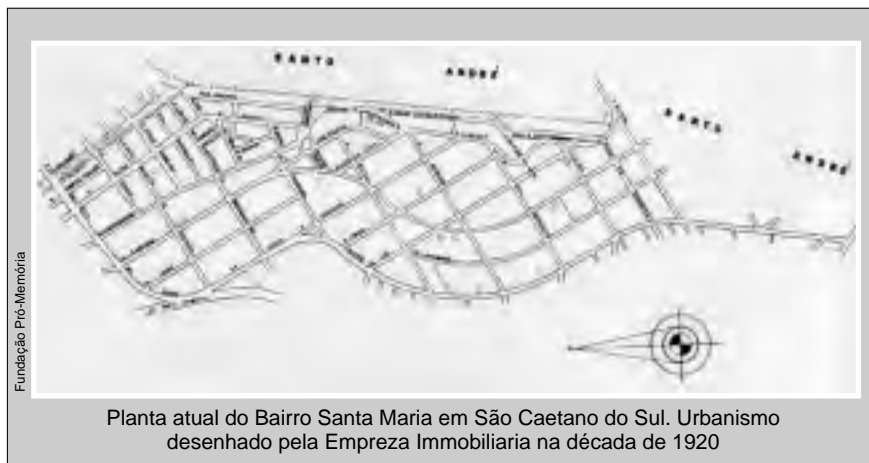
A instalação de uma linha de bondes semelhantes aos existentes em São Paulo representou o grau de modernidade que o recém-criado município almejava alcançar. No contrato firmado entre a Light & Power e a municipalidade ficou decidido que, junto com fornecimento de energia, a empresa canadense deveria, num prazo de três anos, instalar uma linha de bonde (com tração elétrica) para servir a região e ligá-la à cidade de

São Paulo. *O ponto inicial seria no local mais conveniente na Capital e, passando pelas imediações de São Caetano e pela Estação de Santo Bernardo, os bondes alcançariam a Vila*^[14].

Nota-se claramente a preocupação da municipalidade em tentar resolver não só o problema dos transportes, mas também em prover a região com a infra-estrutura básica necessária ao crescimento e à expansão urbana. A rede de transporte entre as vilas de São Bernardo e sua comunicação com a capital paulista foram piorando, e o antigo sistema de *carros de praça*, regulamentado pela municipalidade no ano de 1895 para circular entre a Vila de São Bernardo e o Bairro da Estação, não dava conta da demanda.

Em 1907, a Light instala em São Bernardo a primeira estação elétrica que, partindo de São Paulo, passava por São Caetano, atingia a Estação de São Bernardo e chegava à Vila de São Bernardo. A instalação de energia foi um dos fatores primordiais que ativou o processo de industrialização da região. Porém, a Light não cumpriu com o compromisso de instalação de bondes, abrindo assim precedentes para que outros empreendedores se interessassem pelo negócio de transportes. De acordo com o livro de Marly Rodrigues, foram enviados à Câmara de São Bernardo vários pedidos solicitando aval para implantação deste serviço. Entre eles o caso de Francisco Jardim do Nascimento, que pretendeu estabelecer *uma linha de automóveis ou outros meios de transporte elétrico ou a vapor, para passageiros ou mercadorias*. Mas o projeto não foi implantado. Outro empreendedor





Planta atual do Bairro Santa Maria em São Caetano do Sul. Urbanismo desenhado pela Empreza Imobiliária na década de 1920

foi Carlos Américo Barbosa de Oliveira, que além do fornecimento de linhas de bondes também *requereria a concessão do privilégio de exploração de força e luz por 50 anos.*

Em Outubro de 1921, o prefeito Saladino Cardoso Franco promulga a Lei n. 218, em que *concede aos Doutores Hippolyto Gustavo Pujol Júnior e Ernesto Pujol (...) privilégio pelo prazo de cinquenta anos, de exploração, dentro das raias do Município, dos serviços de uma rede de viação municipal por meio de tração a automóvel sobre trilhos, com motores a essência (gasolina), benzina, álcool (ou sucedâneos) para transporte de passageiros, cargas ou bagagens*^[16]. Esta medida entrou em conflito direto com os privilégios concedidos à Light, cabendo aos Pujols uma renegociação, junto àquela empresa, do direito de execução dos serviços de transporte.

Em Maio de 1923, a *Empreza* inaugurou as linhas São Bernardo-Estação Circular e São Bernardo-Estação/São Caetano. Esta última foi inaugurada apenas no trecho que partia da Estação de São Bernardo até o Bairro Alto da Saudade, onde se localizava a Capela do curan-

deiro São Vicente, bastante conhecido na história da cidade de São Caetano. O bonde, além de valorizar as áreas loteadas, *buscou caminhos que solucionassem o problema dos transportes entre os principais pontos de interesse da região.* A linha entre a sede do município e a Estação só foi inaugurada em 1925.

As automotrizes eram movidas a gasolina e locomoviam-se sobre os trilhos. *O motor era Ford bigode montado em São Paulo, à rua Barão de Limeira, onde em um velho galpão a firma Cornalbas e Formiga Ltda., foi encarregada a fazer as primeiras jardineiras.* E os chassis tinham sido aproveitados de um acervo desativado da *Companhia Campineira de Tracção Luz e Força da cidade de Campinas, que desde 1910, transferira o sistema animal para tração elétrica*^[17].

Conforme Jayme da Costa Patrão, os primeiros carros eram vagarosos e sempre apresentam problemas quando muito lotados ou em dias chuvosos. Isto, no entanto, não invalida o mérito da iniciativa dos irmãos Pujols, que posteriormente substituíram estes carros por sistema mais moderno, importado das fábricas Renault e Campanhe (*sic*),

de Paris.

Para melhor servir o sistema, a *Empreza* mantinha uma oficina e abrigo situada no início da Avenida Industrial, junto ao atual Viaduto Pedro Dal'Antonia (*sic*). E também uma estação central para controle dos horários dos bondes.

Mesmo mantendo grandes investimentos na região e atuando em vários segmentos do negócio imobiliário (o escritório era dividido em três seções: Seção dos Terrenos, Seção Predial e Seção dos *Tramways*), a *Empreza Imobiliária* funcionou por poucos anos e chegou a seu final por volta de 1929, quando foi atingida pela recessão que tomou aquele ano e arrasou praticamente todos os segmentos da economia. Além disso, sofreu concorrência gerada pelas linhas de auto-ônibus e automóveis que estavam se consolidando no serviço de transportes na região, favorecendo ainda mais a decadência da *Empreza*. No final da década de 1920, encerrou suas atividades e seu patrimônio foi adquirido pelo grupo Simonsen, que criou a Sociedade Imobiliária de Santo André.

De papel passado, os Simonsen substituem os Pujol como proprietários dos Bairros Santa Maria, Saúde e os demais de Santo André e São Bernardo entre 1936 e 1937. A aquisição das áreas, pelos Simonsen, foi feita por arrematação no executivo hipotecário movido por Murray Simonsen & Cia Ltda. contra a Empresa Imobiliária de São Bernardo e outros^[18].

Ademir Medici comenta que a Sociedade *tinha uma preocupação muito mais comercial do que técnica. Manteve, pois o traçado dos loteamentos – que*

somente sofreriam retalhamentos nas décadas seguintes.

Apesar de trafegar, por poucos anos, em São Caetano e na região de São Bernardo, o *bondinho do Pujol*, como era chamado, e os trabalhos de urbanismo desenvolvidos pelo escritório evidenciam a grandiosidade do investimento e a importância da *Empreza* na história da formação urbana das vilas de São Bernardo.

A *Empreza*, fundada além do simples interesse econômico, impulsionou o desenvolvimento urbano de São Bernardo. Seus investimentos centraram-se num complexo sistema imobiliário em que o empreendedor detinha todas as etapas do trabalho e de produção dos espaços urbanos, ou seja, desde a aquisição dos terrenos até a implantação da infra-estrutura. Esta postura adotada pela *Empreza* estava acima de muitas imobiliárias que surgiram a mesma época, pois seus loteamentos não estavam associados apenas à divisão de glebas e à comercialização dos lotes, mas se ligavam a uma proposta maior de planejamento urbano e ordenação do crescimento da cidade. Principalmente pela implantação dos primeiros bondes da infra-estrutura, que representam geralmente altos custos para escritórios. Além disso, o urbanismo adotado, influenciado pelo esquema de bairros-jardins, foi uma novidade para época que a *Empreza* soube muito bem implantar. Hoje esses loteamentos encontram-se consolidados na mancha urbana da cidade.

E os bondinhos, mesmo tendo sido implantados para facilitar a venda dos lotes, permitiram a expansão da cidade e ligaram as áreas em desenvolvi-

mento de São Bernardo, foram também um fator de progresso e de transformação da paisagem. Estes fatos mostram o quanto a *Empreza* foi importante para o desenvolvimento urbano de áreas de São Caetano, Santo André e São Bernardo. Outras empresas que surgiram depois dela não tiveram o mesmo grau de investimentos e o ideal dos primeiros investidores, mas também são frutos da história do passado, da história do tempo dos bondes e também devem ser pesquisadas, pois foram agentes do processo de formação da história da cidade.

NOTAS

- [1] Nestor Goulart Reis Filho. 1997. Op. Cit., p. 19.
- [2] Marly Rodrigues. 2001: Op. Cit., p. 16.
- [3] Maurice Dobb. Apud Dácio Ottoni. p. 66.
- [4] Marly Rodrigues. 2001: Op. Cit., p. 21.
- [5] Nestor Goulart Reis Filho. 1997: Op. Cit., p. 8-9.
- [6] E.I.S.B. 1926. Op. Cit., p. 7.
- [7] Idem. Op. Cit., p. 3.
- [8] Dácio Ottoni. 1996. Op. Cit., p. 42.
- [9] Idem. Op. Cit., p. 71.
- [10] E.I.S.B. 1926. Op. Cit., p. 8-9.
- [11] E.I.S.B. 1926. Op. Cit., p.9.
- [12] Idem. Op. Cit., p. 15.
- [13] João Caldeira Neto. 1937. Op. Cit., s.p.
- [14] RODRIGUES. 2000: 14
- [15] Marly Rodrigues. Op. Cit., p. 15.
- [16] Apud. Henry Vernosi. 1999. p.6.
- [17] Jayme da Costa Patrão. Op. Cit., p. 21.
- [18] Ademir Medici. Op. Cit., p. 426.

BIBLIOGRAFIA

CALDEIRA NETO, João. *Álbum de São Bernardo*. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul, 1937.
CARAM, André Luis Balsante. *Pujol: arte e concreto*. São Paulo: Banco do Brasil, 2001.

EMPRESA IMMOBILIARIA DE SÃO

BERNARDO. *Memorial sobre sua organização e o desenvolvimento das suas operações, consoante os dados estatísticos colhidos até o dia 31 de dezembro de 1925*. São Paulo: Secção de Obras d' O Estado de São Paulo, 1926.

GUNN, Philip. O paradigma de cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana. *Espaço & Debates*. São Paulo; n. 40, 1997.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. Tradução de Marco Aurélio Lagonegro. Introdução de Dácio Ottoni. Apresentação de Maria Irene Szmrecsanyi. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo – São Caetano do Sul: Hucitec, Prefeitura de São Caetano do Sul: 1993.

O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. São Carlos: [s.c.p]. (Catalogo de exposição)

PATRÃO, Jayme da Costa. O bondinho das professoras. *Raízes*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória SCS, n. 3, Ano II, Julho, 1990.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Memória do transporte rodoviário*. São Paulo: Editora CPA, 1997.

RODRIGUES, Marly. *Linhas e trajetos: história do serviço de transporte coletivo em Santo André*. São Paulo: 2. ed. rev., Memórias Assessoria e Projetos, 2001.

_____. *Tradição e qualidade: a história da Auto Viação ABC*. São Paulo: K&R Historiadores Associados, 1999.
STIEL, Waldemar Corrêa. *História do transporte urbano no Brasil: bondes e trólebus: summa tranviariae brasiliensis*. Brasília: Pini; Brasília; EBTU, 1984.

SZMRECSANYI, Maria Irene. O modelo das cidades-jardins no norte do Novo Paraná. *Pós*. São Paulo: FAUUSP, n.8, Dezembro, 2000.

VERONESI, Henry. Há 76 anos foram inauguradas as primeiras linhas do tramway municipal. *Raízes*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória SCS, Ano X, n.19, p.5-10, Julho, 1999.

(*) André Luis Balsante Caram é arquiteto formado pela FAUUSP e pesquisador da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

O ABC Paulista. Da vila de João Ramalho até meados do século XVIII

Arlete Assumpção MONTEIRO (*)



Transferida a Vila de Santo André da Borda do Campo e sua população para São Paulo de Piratininga, em 1560,

passaram as terras da extinta vila ramalhense a ser um bairro paulistano: o bairro rural da Borda do Campo.

No decorrer do final do Quinhentismo, a Vila de Santo André da Borda do Campo não foi reerguida. Pero de Magalhães Gandavo, descrevendo a terra brasileira em *História da Província de Santa Cruz*, possivelmente escrita na década de 1570, porque foi editada pela primeira vez em Lisboa, em 1576, refere-se à Capitania de São Vicente como sendo a última capitania da costa marítima brasileira. Comenta que nessa capitania existiam quatro povoações: São Vicente, Santos, Itanhaém e São Paulo. Não menciona Santo André da Borda do Campo, o que reforça a idéia de que, durante o século XVI, não houve ressurreição da vila de João Ramalho, a primeira vila serra acima, após sua destruição, em 1560.

Outra que está a doze léguas pela terra dentro chamada Sam Paulo, que edificaram os Padres da Companhia, onde há muitos vizinhos, e a maior parte delles, são nascidos das Indias naturaes da terra, e filhos de Portugueses^[1].

Apesar do esforço e empenho dos jesuítas, o povoamento de São Paulo era lento.

O povoamento do território



João Ramalho – Óleo de J. Washt Rodrigues – Museu Paulista

fazia-se devagar e cautelosamente por entre peripecias, sustos e pezares^[2].



Os Bandeirantes – Óleo de H. Bernardelli (reproduzido por F. Aquarone) – Biblioteca Municipal de São Paulo

No Planalto de Piratininga os jesuítas iam estabelecendo missões; os portugueses e mamelucos instalavam fazendas em locais distantes da vila, formando novos núcleos.

Os paulistas, assim isolados, foram adquirindo autonomia e cada vez mais se tornavam ansiosos por desbravar o vasto interior do continente que os rodeava. Queriam se firmar, tentar a sorte, ver as riquezas contadas em histórias e lendas. O interior os fascinava. Foi se desenvolvendo o orgulho de ser paulista, que os transformou em confiantes e desconfiados. Passaram a duvidar dos agentes reais de São Vicente e Santos. Segundo Theodoro Sampaio, no decorrer da segunda metade do século XVI, a população de São Paulo de Piratininga contava com 1.500 almas e aproximadamente 190 fogos^[3].

A distância dos órgãos reais e dos donatários e seus representantes pode ter sido um empecilho para o crescimento de São Paulo nos seus primórdios. A autoridade do governo português – o capitão loco-tenente do donatário – ficava em São Vicente, tendo a barreira natural da serra. O governo maior ficava na Bahia, inacessível por terra e difícil por mar.

Isto explica o pouco desenvolvimento de Piratininga e seus contornos (...)

Crescia o collegio dos padres, reformando os seus muros, reedificando ou retocando a sua igreja^[4].

Da pequena povoação de São Paulo saíam caminhos e estradas para as aldeias e litoral. No decorrer do Quinhentismo e do Seiscentismo, partindo-se de São Paulo, com destino ao litoral, existiam

dois caminhos para se chegar à serra: o Caminho Velho do Mar e o Caminho Novo.

A Câmara dizia, em 1620, que era caminho real (isto é, o principal) muito antigo. Fora o caminho que, vindo do mar, passava pela antiga vila de Santo André da Borda do Campo, em território do atual município de São Bernardo, e ia dar onde os jesuítas construíram sua capela, em 1554, em São Paulo. Era, na verdade, o que já no século XVI se chamava de Caminho Velho do Mar, para diferenciá-lo do Caminho Novo, que vinha da vila pelo Ipiranga e com o qual se encontrava, em algum ponto, entre o que é atualmente Rudge Ramos e o centro de São Bernardo. Ou, mais provavelmente, em São Caetano atual (...)^[5].

No final do século XVI, o Caminho Velho do Mar principiava na atual Rua do Carmo e descia a várzea para atravessar os lados da Borda do Campo. No percurso, passava-se por um grupo de moradias que existiam à beira de um riacho: o Ipiranga. De acordo com Sampaio, por esses lados Braz Cubas possuía terras. Parte delas foi doada para os religiosos do Carmo, em 1594, para construírem um convento.

Do pateo do Collegio partia na direcção do sul o caminho velho do mar pela actual rua do Carmo, descendo para a varzea, contornando-a (...) e antes de se perder no horizonte para os lados da Borda do Campo onde existiu Santo André (...)^[6].

Além do Anhangabaú saía o Caminho Novo do Mar, que cruzava a Mata do Caaguaçu (Mapa 10) e ia pela Várzea do Geribativa.

Ao término do Quinhentismo, ao redor de Piratininga cultivavam-se mandioca, milho, feijão e criava-se gado, inclusive para exportação. O gado descia a serra, passando pela Borda do Campo, para abastecer

São Vicente e seu comércio intensificado pela união de Portugal com a Coroa espanhola.

Relata Theodoro Sampaio que a armada de Diogo Flores Valdez, por volta de 1582, vinha abastecer-se em São Vicente^[7]. À medida que o comércio no porto vicentino se firmava com as colônias do Prata, a rota de Piratininga para o litoral e deste para o planalto continuava passando pelo Caminho da Borda do Campo.



O gado descia para o litoral para abastecer a marinha (...) O assucar, o algodão, as caixas de marmeladas, e até escravos eram artigos de commercio com Buenos-Ayres, de onde vinham também as pelles, a lan e as rendas^[8].

Desse modo, as terras da extinta vila de João Ramalho, atravessada pelo Caminho do Mar, logo se transformaram em terras de passagem.

Na época de João Ramalho, para se chegar do litoral ao planalto existia uma trilha de índios muito frequentada pelos tamoios.

Era a antiga trilha que descia pelo vale do Rio Grande até o vale do Ururai (Mogi), ligando-se também com o vale do Paraíba^[9].

A partir de 1560, os viajantes passaram a utilizar outro caminho, o Caminho do Padre José, difícil e perigoso devido às escarpas da serra. A utilização desse novo traçado foi determinada pelo Governador-geral em razão da ameaça representada pelos índios inimigos, que povoavam as terras da antiga trilha indígena.

Vários viajantes que percorreram o caminho da serra do final dos Quinhentos até os Oitocentos deixaram anotações que se transformaram em valiosas informações para estudos e pesquisas.

O visitador da Companhia de Jesus, padre Cristóvão de Gouvêa, acompanhado de Fernão Cardim, empreendeu, em 1585, viagem por esse caminho. Capistrano de Abreu aponta o relato que Fernão Cardim deixou sobre tal viagem: *O caminho é tão ingreme que às vezes íamos pegando com as mãos (...) o pior que nunca vi (...)*^[10]. A viagem demorou quatro dias.

Partindo de Santos, os viajantes utilizavam canoas para chegar a Cubatão, passagem obrigatória no sopé da serra. Geralmente ali pernoitavam para iniciar a subida da serra pela manhã.

Foi o porto de Cubatão passagem obrigatória de todos que demandavam o planalto ou ultramar até o primeiro quartel do século XIX (...) Piaçaguera no rio Mogi; pôrto das Almadias ou Santa Cruz no rio Perequê; pôrto Geral de Cubatão; foram portanto todos portos de sopé da serra, pontos de baldeação, um substituindo o outro, na medida em que se optava por um caminho melhor para iniciar a penetração por terra, para o planalto^[11].

Em Cubatão, nos meados do sé-

culo XVI, os jesuítas construíram um sobrado. Com o passar do tempo, a propriedade transformou-se em fazenda de pouca produção – a Fazenda Geral do Cubatão –, mas, em compensação, os jesuítas obtiveram da Coroa portuguesa a concessão para explorar o transporte fluvial no Rio Cubatão^[12]. A Fazenda dos jesuítas, até 1759, foi a propriedade de maior relevância de Cubatão.

Com destino a São Paulo, após galgar a serra o viajante chegava à Borda do Campo.

Nos meados do século XVII, a Borda do Campo era um bairro de São Paulo. Pouquíssimos e dispersos moradores habitavam essa região. Em 1656, registros apontam que foi nomeado um capitão de Ordenanças para o Bairro da Borda do Campo^[13], o qual abrangia as terras que vieram a formar a Freguesia de São Bernardo, atual Grande ABC Paulista^[14].

Portanto, se considerarmos o bairro da Borda do Campo do século XVI, este confrontava-se com as paragens do Ipiranga, Ibirapuera (depois Santo Amaro), Tijuçuçu (depois São Caetano do Sul) e Caguaçu, também conhecido como Mata Grande (depois São Miguel e Pilar Velho)^[15].

No decorrer dos Seiscentos e Setecentos, mesmo tendo os viajantes que vencer a serra à maneira de equilibristas, a rota Litoral-Planalto-Litoral continuou sendo feita pelo Caminho do Mar, portanto, serpenteando através da Borda do Campo.

Por volta de 1717, já se podia realizar o percurso da serra a cavalo, porém, apeando umas três vezes. Depois de três horas, vencia-se a subida da Serra de Parapiacaba. Seguindo a trilha, o pernoite geralmente era feito no Rio dos Couros. No dia seguinte, prosseguiram a jornada pela Borda do Campo para entrar em Pirati-

ninga em torno de meio-dia.

Orville A. Derby descobriu mapa antigo da Capitania de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na Biblioteca de Évora^[16], com data anterior a 1718. Nele há uma descrição de como se processava a viagem de Santos a Piratininga.

Embarcasse em canoas, e se vay ao pe da serra do cubatam pella menhã, se sobe a serra, a qual hoje esta capaz de se sobir a cavallo excepto em dous ou tres passos donde se apeyão os que não querem ver em perigo; porque pa qualquer parte onde escorregue se percepta infivelmente^[17].

A descoberta do ouro nas Minas Gerais resultou no despovoamento de São Paulo, acentuado pela utilização da rota do Vale do Paraíba para escoamento da produção através do Porto do Rio de Janeiro. A Capitania de São Paulo estagnou. São Paulo despovoou-se de tal maneira que, em 1748, passou a ser uma comarca do Rio de Janeiro. A restauração se deu em 1765.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- DERBY, Orville A. *Um Mappa Antigo de Partes da Capitania de São Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro*, vol. II, Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo (1789/1897), S.P., Typ. Aurora, 1898.
- GANDAVO, Magalhães Pero de. *Tratado da Terra do Brasil, História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *O bairro de São Caetano no censo de 1765*. Revista Raízes, Ano II, nº 3, São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, Julho de 1990.
- PERALTA, Inez G. *O Caminho do Mar como fator de localização, progresso e decadência de Cubatão – subsídios para a História de São Paulo*, São Paulo: USP, FFLCH., História, 1971, Dissertação de Mestrado.
- SAMPAIO, Theodoro. *São Paulo de Piratininga no Fim do Século XVI*. Revista

do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, vol. IV (1898-1899), S.P., Typographia Andrade, Mello e Comp., s/d.

NOTAS

- [1] GANDAVO, Magalhães Pero de. *Tratado da Terra do Brasil, História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 91.
- [2] SAMPAIO, Theodoro. *São Paulo de Piratininga no Fim do Século XVI*. Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo, vol. IV, (1898-1899), S.P., Typographia Andrade, Mello e Comp., s/d., p. 259.
- [3] SAMPAIO, Theodoro, op. cit., p. 259.
- [4] Id. ib., p. 259.
- [5] MARTINS, José de Souza. *O bairro de São Caetano no censo de 1765*. Revista Raízes, Ano II, nº 3, São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, Julho de 1990, p. 12.
- [6] SAMPAIO, Theodoro, op. cit., p. 259.
- [7] SAMPAIO, Theodoro, op. cit., p. 276.
- [8] Id. ib., p. 276.
- [9] PERALTA, Inez G. *O Caminho do Mar como fator de localização, progresso e decadência de Cubatão – subsídios para a História de São Paulo*, São Paulo: USP, FFLCH., História, 1971, Dissertação de Mestrado, p. 8.
- [10] ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 43.
- [11] PERALTA, Inez G. op. cit. pp. 8 e 12.
- [12] "Os jesuítas alugavam canoas e botes para o transporte fluvial entre Santos e Cubatão e conseguiam ao menos manter-se graças aos lucros dessa operação". PERALTA, Inez G. op. cit., p. 17.
- [13] Atas da Câmara Municipal de São Paulo. vol. 2, 1637-1660, pp. 465-467, apud SANTOS, Wanderley. Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892, **** op. cit., p. 47.
- [14] SANTOS, Wanderley, op. cit., pp. 120/123.
- [15] SANTOS, Wanderley. Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892, op. cit., 1992, p. 47.
- [16] DERBY, Orville A. *Um Mappa Antigo de Partes da Capitania de São Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro*, vol. II, Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo (1789/1897), S.P., Typ. Aurora, 1898, pp. 197 a 219.
- [17] DERBY, Orville A., op. cit. p. 201.

(*) Profa. dra. Arlete Assumpção Monteiro é diretora-segunda-secretária do CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos – USP, docente na Faculdade de Educação da PUC/SP, pesquisadora-colaboradora do Centro de Memória Unicamp/SP e membro do Gipem

Fazenda do Capitão João em Mauá

Silvia AHLERS (*)

Quatro de Junho de 1861. Nesse dia, em Pilar, na Freguesia de São Bernardo, em casa de morada do capitão João José Barboza Ortiz, estavam reunidos ele, seu vizinho e primo Antonio Franco da Rocha, Joaquim Lopez da Silva, Antonio Mauris Cavaleiros e as irmãs do capitão, dona Escolástica Joaquina Ortiz e dona Catharina Maria Ortiz. Estas últimas passaram procuração para o irmão vender suas terras. Por não sabermos escrever, assina por elas, ao rogo, Antonio Franco da Rocha.

No dia seguinte, o Barão de Mauá, representado por seu procurador José Ricardo Wright, iria concretizar mais um de seus negócios, isto é, a compra de duas grandes fazendas: Cagassu, do capitão e de suas irmãs, e Capuava, de propriedade do capitão João.

A FERROVIA SANTOS – Jundiaí avançava serra acima. O Barão havia previsto terríveis desmoronamentos, mas os engenheiros ingleses iam subindo com ajuda dos patamares e, em breve, iriam atingir o planalto. As duas grandes fazendas ocupavam extenso território, correspondendo hoje ao que vai de Santo André a Rio Grande da Serra. A sede era bem próxima do Km 54, em Pilar, em frente à linha férrea, uma casa importante, do alto de seu terraplano, com



Sede da Fazenda Capitão João, depois Fazenda Barão de Mauá, em taipa de pilão, alpendre e sótão. Demolido para a construção do viaduto Juscelino Kubitschek de Oliveira – 1974, Mauá, São Paulo

Casa da Cultura e Museu Barão de Mauá

grossas paredes em taipa de pilão, alpendre e sótão.

O capitão João era homem influente no lugar. Nascido em 1797, filho do tenente Francisco Barboza Ortiz e de dona Joaquina Conceição Ortiz, foi cinco vezes juiz de paz a partir de 1846. Dono de outros imóveis em São Paulo, resolve vender suas terras e as de suas irmãs, herdadas da mãe. Os terrenos iriam fazer parte de outros planos e do recente progresso que São Paulo conhecia; entre eles, a construção da ferrovia.

Joaquim Florindo de Castro, tabelião, depois de anotar as palavras de praxe e receber as procurações das Irmãs Escolásticas Joaquina e Catharina e também do Barão de Mauá, sela o compromisso de compra e venda entre as partes. O preço? A primeira, Ca-

guassu, por quatorze contos e quinhentos mil réis, a segunda, Capuava, por oito contos de réis. A soma totalizou vinte e dois contos e quinhentos mil réis. O superintendente da Companhia da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, sr. João James Aulistin, assinou muitas escrituras de compra de terras para a passagem do leito da ferrovia.

Por que haveria o Barão de comprar duas fazendas tão grandes?

O fato é que, em 1863, o Barão vendeu suas ações da ferrovia e logo iria se desencantar com o lugar. Quem havia previsto uma *mina de prosperidade* na região, ao apreciar o algodão nascendo espontaneamente às margens do Rio Tietê, depois de percorrer algumas vezes a estrada e acompanhar pessoalmente



Festa no alpendre da casa da Fazenda Capitão João, pouco antes da demolição, em 1974. Mauá, São Paulo

um pouco do trabalho, passou a ter dificuldades no empreendimento e acabou falindo.

Em 1867, a ferrovia é inaugurada. Dentro de mais alguns anos as duas enormes fazendas, com mata virgem, boa madeira e solo superior para a cultura de cereais, juntamente com outras propriedades menores, situadas hoje em território da cidade de Santo André, compradas de Manoel Leandro Soares, capitão Antonio Mariano, Maria das Dores, Antonio José de Siqueira, Feliciano Antonio Mariano Fagundes, José de Barros e Jesuíno José Soares, entre outros, passam a fazer parte da massa falida de Mauá & Cia e são arrematadas por Antonio Queiroz dos Santos em primeiro de Julho de 1892. Ninguém mais iria lembrar-se do Barão. Bem, quase ninguém. Na Pilar de então sua fama iria continuar por muitos anos mais.

Em primeiro de Abril de

1883 é inaugurada a Estação Ferroviária Pilar, bem no centro, entre as sedes de duas grandes fazendas: do capitão João e do Sítio Bocaina. Em 1926, o nome da vila, agora promovida a distrito de paz, muda para Mauá, em homenagem ao pioneiro das ferrovias, e as terras da massa falida são divididas e loteadas progressivamente, formando uma parte do Grande ABC, na região metropolitana de São Paulo.

A sede dessa importante localidade, depois de servir a outras famílias, passa a fazer parte dos sonhos e pesadelos da infância de Ivone Noim. Seu pai, Roberto Noim, empregado da ferrovia por muitos anos, tomou conta das terras que já haviam pertencido ao capitão João, no Km 54.

A ferrovia corta cinco das sete cidades do Grande ABC, com viadutos passando de um lado para o outro, mas sem a mínima preocupação com nosso patrimônio cultural. No dia

dois de Abril de 1974, os tratores iniciam a demolição das casas vizinhas ao do senhor Roberto Noim. A construção de taipa fica *cai-não-cai*, na beira de um barranco, até que seus moradores se rendem. Em 15 dias constróem uma casa no terreno em frente e a sede é demolida.

Hoje, nesse local, quem entra na cidade de Mauá vê os símbolos do Lions e do Rotary Club. Os carros passam rápido na avenida que recebe os nomes de João Ramalho e, logo em seguida, capitão João, atravessando a cidade de Mauá. Acompanhando o leito ferroviário pelo lado esquerdo, segue para Ribeirão Pires, quando muda de nome para Humberto de Campos. Do capitão João e sua fazenda? Restaram as placas indicativas ao longo da avenida (*Agradecimento ao professor Carlos Alberto Cerqueira Lemos, que nos conduziu pelos caminhos da pesquisa*).

Documentos Primários:

- 1º Tabelião de Notas da Capital de São Paulo – Livros de Escrituras – 1860 até 1867.
- Planta da Fazenda denominada Barão de Mauá – Terras Colonização e Migração – São Paulo – Nove de Agosto de 1867 – escala 1:5000 – Acervo: Ladir Thon
- Planta do lugar denominado Fazenda do Barão de Mauá – engenheiro João Borges Ferraz – 1887 – escala 1:10.000 – Acervo: Ladir Thon
- Transcrições das cartas do Barão de Mauá – Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 1860/1861/1862

(*) *Silvia Ahlers é professora e diretora da Casa de Cultura de Mauá*

O patrimônio cultural de Paranapiacaba

Wilson Roberto Stanziani de SOUZA (*)

A Vila de Paranapiacaba, localizada no Município de Santo André, possui, em seu patrimônio construído, exemplares do final do século XIX que, reunidos, formam variado caldeirão de arquitetura, equipamentos ferroviários e soluções urbanas de grande relevância histórico-tecnológica. A vila, reconhecida estadualmente, encontra-se em processo de reconhecimento nacional e municipal como patrimônio cultural.

A Vila de Paranapiacaba está dividida em Parte Alta ou Morro, Pátio Ferroviário, Vila Velha e Vila Martin Smith ou Vila Nova. Parte Alta ou Morro é uma área edificada em elevação natural, habitada por antigos moradores de origem portu-

guesa, italiana e espanhola e forma núcleo construído em

terras devolutas, onde os habitantes negociam compra e venda de casas há muitos anos. Desse modo, o local desenvolveu-se de forma espontânea, com ruas estreitas e sinuosas. O Pátio Ferroviário reúne a linha do trem, as edificações de manutenção e guarda dos veículos ferroviários e também a Máquina-Fixa. A Vila Velha, por sua vez, é o local onde se iniciou implantação irregular desenvolvida pelos ingleses. Nessa região, podemos destacar o conjunto de edificações do Hospital do Alto da Serra. Por fim, a Vila Martin Smith é o núcleo de moradia hierarquizada, com quadras disciplinadas e casas construídas em lotes definidos, toda planejada pelos engenheiros da São Paulo Railway.

Estação Ferroviária de Paranapiacaba – Ano 1967



José de Souza – Acervo: Revista O Cruzeiro de 26 de Agosto de 1967



Vista geral da Vila de Paranapiacaba – Ano 1967

José de Souza – Acervo: Revista O Cruzeiro de 26 de Agosto de 1967

Cada vez mais estudada por pesquisadores, professores universitários e estudantes, *Paranapiacaba* tem a vocação de ser um modelo de preservação, justamente pela sua variedade de situações, dando um tom de valorização que vem sendo trazido à tona cada vez mais como forma de conservar e reconhecer todo esse bem. Toda a peculiaridade urbana da vila deve ser vista com olhos cada vez mais esclarecidos e como sendo parte do processo de solução que o homem criou para facilitar e confortar sua vida dentro de um espaço desvendado para abrir caminho ao transporte ferroviário e desenvolver implantações de núcleos de moradia e serviços. Isso fez com que a Vila de Paranapiacaba se tornasse símbolo de desenvolvimento da indústria cafeeira, uma vez que o café ia do interior à baixada santista via trem, e de lá, por meio de navios, cruzava o mar rumo à Europa. Os empresários ingleses encontraram, no Alto da Serra - atual Paranapiacaba -, o local ideal para o abastecimento dos trens que deveriam subir a serra através do Sistema Funicular (a chamada Serra Velha, inaugurada em 1867, foi o primeiro Sistema Funicular empregado para transpor a Serra do Mar).

PÁTIO - Dentro do conjunto ferroviário da antiga São Paulo Railway Co., os edifícios e equipamentos férreos existentes em Paranapiacaba são: relógio da estação; galpões; depósitos e demais instalações ferroviárias, que compõem conjunto representativo da arquitetura ferroviária e dos equipamentos ferroviários em São Paulo, incluindo o edifício e os equipa-

mentos remanescentes dos Planos Inclinados.

Desse equipamento férreo existente, temos a 4ª Máquina-Fixa, fabricada pela William Fairbairn & Sons, de Manchester; e o Serra-Breque ou Carro-Freio, estacionado sobre trilhos assentados em dormentes do tipo *panela de ferro fundido* ou Sistema Greave. Todos localizados no 4º Patamar.



Torre do Relógio Big-Ben, reconstruída após o incêndio da Estação de Paranapiacaba em 1967 – Ano de 1999

A Serra Nova, também chamada de Segundo Sistema Funicular, foi inaugurada em 1901 e possui conjunto de equipamentos que fazem parte desse patrimônio. Por isso temos o trecho correspondente ao último Plano Inclinado, entre o 4º e o 5º Patamares; a 4ª e a 5ª Máquinas-Fixas e respectivos edifícios; a Casa de Caldeiras e seus equipamentos; o trecho da Via Permanente, incluindo o Sistema de Cabos e Polias; o Sistema de Comunicação e Sinalização, Iluminação e Força. Todos esses equipa-

mentos estão localizados entre o 4º e o 5º Patamares e estão preservados como patrimônio cultural-tecnológico. São complexos e raros exemplares de mecanismos utilizados em regiões serranas.

No tocante aos veículos ferroviários, temos três locobreques fabricados pela Kerr-Stuart Ltd., de 1900, identificados pelos números 02, 04, e 11 (na verdade, trata-se, respectivamente, dos números 662, 664 e 671); quatro locobreques fabricados pela Robert Stephenson & Co., de 1901, identificados pelos números 14 e 15, mas saídos da fábrica com os números 3066 e 3068; o locobreque identificado pelo número 17, do ano de 1903, cujo número de fabricação é 3112; e o locobreque número 20, de 1921, fabricado com o número 4035.

Os equipamentos rodantes utilizados pela SPR Co. constituem acervo significativo para a memória ferroviária. Destacamos a locomotiva a vapor número 15, bitola 1,60m, fabricada pela Sharp, Stewart & Co. Ltd, em 1862; a locomotiva a vapor tipo Decauville, bitola 0,60, número de fabricação 1015, produzida pela Kerr & Stuart Co., de London/Stoke, em 1907; o carro de Pedro II, fabricado pela São Paulo Railway Co. em 1879; o vagão fúnebre número 16, bitola 1,60, fabricado pela São Paulo Railway Co. em 1907; dois vagões - números 111 e 112 - para passageiros de primeira classe. Ambos fabricados pela São Paulo Railway Co; e dois vagões para passageiros de segunda classe, números 188 e 451, também fabricados pela São Paulo Railway Co. Todos esses

bens estão incluídos na Resolução n-º 37, de 30 de Setembro de 1987, que tomba o patrimônio cultural de interesse histórico, arquitetônico-urbanístico, ambiental e tecnológico através da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

SMITH – A Vila Martin Smith, também conhecida como Vila Nova, é parte de conjunto urbanístico planejado para uso especializado, isto é, trata-se de uma vila ferroviária. No intuito de manter os empregados por perto e facilitar a fiscalização do trabalho, os empresários ingleses criaram moradias próximas à empresa. Isso, em realidade, espelhava divisão hierárquica resultante da Revolução Industrial. Com efeito, a hierarquização subdividiu a implantação da Vila Martin Smith em diversas escalas arquitetônicas e criou várias tipologias utilizadas pelos funcionários de acordo com a situação trabalhista dentro da empresa. O chamado *Castelinho*, residência construída sobre uma elevação natural, em ponto estratégico de onde se visualiza toda a Vila, representava a escala maior desse conceito e isolava o engenheiro-residente do restante dos moradores, criando melhores possibilidades de fiscalização.

Entre as tipologias existentes, temos as Casas Isoladas de Alto Padrão, as Geminadas de Duas, as Geminadas de Três, de Quatro e de Cinco. Incluem-se, ainda, as Casas de Solteiros, que recebiam os ferroviários recém-chegados e solitários. Todas essas residências são resultados de projetos bem-elaborados e construídos principalmente à base de madeira, geralmente pinho de riga, e telha

francesa (além do ferro dos trilhos utilizados como vigas). Dentro do conjunto de edificações, temos ainda exemplares de construções comerciais, como o Antigo Mercado, que possui sistema cruzado de ventilação através de óculos em suas entradas e venezianas em suas laterais.

Há ainda as edificações destinadas ao convívio social. Exemplo disso é o Velho Lira, agremiação que reuniu apreciadores de música e que, posteriormente, uniu-se ao Clube de Futebol. Funcionaram juntos, na década de 30, nas dependências do edifício do União Lira Serrano, projetado e construído especialmente para ser um clube.

O grande edifício do União Lira Serrano também é bastante peculiar, pois, mesmo mantendo, em relação ao conjunto da vila, as mesmas características originais das outras edificações, apresenta soluções espaciais bastante diversificadas. Exemplo disso é o salão principal -

ao mesmo tempo quadra poliesportiva e salão de bailes, com camarotes apropriados aos altos funcionários da empresa -, transformado em sala de cinema. Possui, também, outras dependências, como é o caso da sala de sinuca.

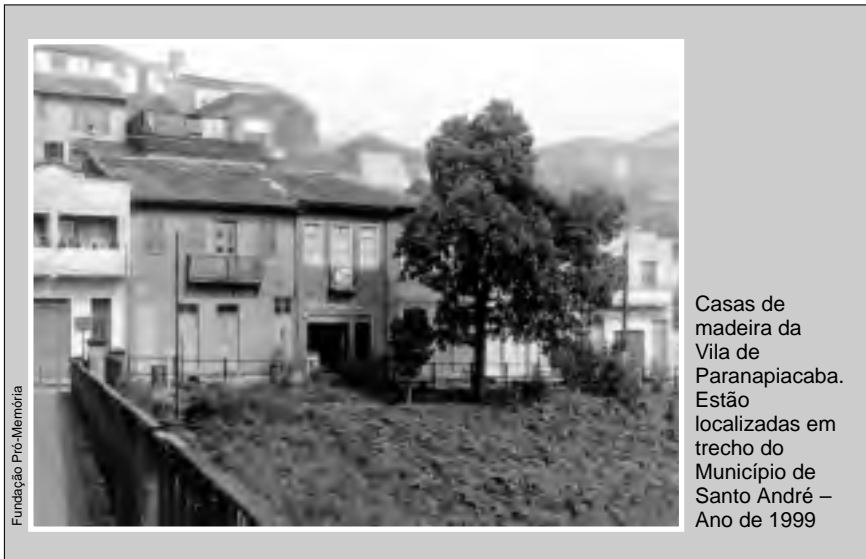
A Vila Martin Smith, construída juntamente com a nova linha da estrada, é resultado de um planejamento urbano que incluiu ruas principais, ruas secundárias e vielas sanitárias, formando quadras em que as moradias praticamente se postavam encostadas umas das outras. Esse grande tabuleiro de xadrez facilitava a fiscalização dos ferroviários e de seus familiares.

VILA VELHA - É um conjunto que apresenta as edificações mais antigas. É a base da infraestrutura da ferrovia, principalmente em relação à assistência médica, devido ao Hospital do Alto da Serra, constituído de farmácia, salas de cirurgia, necrotério e salas de consulta.



Vista geral da Vila de Paranapiacaba. A Torre do Relógio Big-Bem está no centro

Fundação Pro-Memória



Fundação Pró-Memória

Casas de madeira da Vila de Paranapiacaba. Estão localizadas em trecho do Município de Santo André – Ano de 1999

tecimento, parte integrante do universo urbano instalado no Alto da Serra do Mar. Funcionavam aí os estabelecimentos comerciais, hotéis e pensões que recebiam aqueles que vinham buscar emprego na São Paulo Railway.

No cume do Morro foi construída a Igreja Bom Jesus de Paranapiacaba. Esse procedimento, também verificado em outras cidades brasileiras, representa o domínio do catolicismo como principal expressão religiosa do povo.

MEMÓRIA - A localização da Vila de Paranapiacaba sempre criou certo isolamento geográfico, o que ajudou a limitar o empreendimento de novas construções na Mata Atlântica (hoje área de mananciais). Talvez por isso a memória dos moradores tenha se conservado cheia de histórias e lembranças. Daí, portanto, a necessidade de desenvolver e manter projeto com vistas a registrar a memória oral, o que viabilizaria o resgate de lembranças relativas à construção da estrada de ferro, a acidentes, a momentos de alegria e à curiosidade despertados pelos bailes de carnaval nos clubes, ao futebol...

Sobre a São Paulo Railway, sobre a Estrada de Ferro Santos-Judai e, por fim, sobre a Rede Ferroviária Federal, possuímos preciosos relatos feitos por ex-ferroviários e familiares, muitos dos quais hoje moram em outras cidades do ABC.

(*) Wilson Roberto Stanziani de Souza é arquiteto, museólogo e gerente de projetos e assuntos patrimoniais da subprefeitura de Paranapiacaba e do Parque Andreense

Além disso, há salas de internação (antes destinadas ao alto escalão da empresa), casa infecto-contagiosa (espaço de isolamento), dependências de funcionários e lavanderia.

A implantação da Vila Velha é totalmente irregular quanto a lotes e ruas, tendo sido todas as edificações construídas em torno do chamado Caminho do Hospital Velho. É o conjunto de edificações mais antigo de toda a Vila de Paranapiacaba. Nessa área existe também a Rua Direita, considerada a primeira rua construída na vila e onde se estabeleceram farmácias, cooperativas, padarias etc. No fim dessa rua temos exemplares das primeiras moradias geminadas.

Como era comum a todas as edificações, as instalações sanitárias eram externas e possuíam sistema de esgoto, construído por canelados em pedra, que recebia águas - vindas do sistema de águas do que se denomina hoje Parque das Águas - por meio de canaletas que passavam por baixo das pequenas edificações dos sanitários. Funcionava como uma espécie de descarga: havia uma peque-

na caixa triangular, de ferro, acionada por uma torneira que a enchia de água. Quando cheia, derramava toda a água, como uma descarga, o que aumentava o volume da corrente e carregava os dejetos.

MORRO - No Morro ou Parte Alta ocorreu ocupação espontânea, desenvolvida em encosta natural voltada para o pátio ferroviário (é comum, aliás, em cidades européias, encontrar-mos implantações em elevações voltadas para o mar). As edificações encontradas nesse núcleo são (algumas) térreas e (outras) assobradadas, com sacadas, mostrando assim influências portuguesas, italianas e até espanholas. As ruas são estreitas e sinuosas e, como que para proteger e aproximar (o que de fato aumenta a segurança), as edificações em alvenaria (ou madeira) e telhas de cerâmica expressam a tradição do sul da Europa e estão associadas ao emprego do material técnico-construtivo adotado pelos ingleses em Paranapiacaba. Na Parte Alta concentraram-se as atividades comerciais de abas-

Paranapiacaba e Educação Patrimonial

O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo (...) Mas para dar é preciso ter e não temos outra seiva senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós.

Simone Weil

Suzana Cecília KLEEB (*)

Paranapiacaba, vila ferroviária de origem inglesa construída na segunda metade do século XIX, é um tema desafiador. Memorialistas, estudantes, professores, artistas, pesquisadores já se dedicaram ou se dedicam à sua compreensão sob os mais diversos ângulos e à luz de diferentes metodologias e visões de mundo.

Mas qual o fascínio que a Vila de Paranapiacaba exerce, a ponto de estimular a constante produção de novos trabalhos e de novas abordagens? Será a neblina que, em muitos momentos, encobre e, subitamente, nos deixa ver fragmentos de suas casas? Será a história de luta que insiste em se fazer presente, seja aquela, anterior, de vencer a subida íngreme da Serra do Mar ou, a atual, pela manutenção do espaço-símbolo dessa conquista? Será a condição peculiar de sua arquitetura organizada cuidadosamente para produzir um meio de transporte eficaz e rentável aos propósitos da exportação cafeeira e aos interesses do capital inglês? Ou, ainda, seriam as fascinantes memórias de operários ferroviários e de suas famílias que conviveram com a diversidade cultural e peculiaridades daquele espaço na Serra do Mar que, simultaneamente, simbolizava local de trabalho, de moradia e de lazer? Várias suposições poderiam ser enumeradas, mas talvez não en-

contraríamos uma resposta completa.

A riqueza peculiar dessa Vila faz dela um exemplo de patrimônio cultural como poucos. Paranapiacaba é sobrevivente de um momento histórico que lançou as bases do desenvolvimento da região e do Estado de São Paulo. Apesar da precariedade de sua condição atual, encontramos elementos que respaldam aquele período. Ali também estão presentes marcas da coletividade ferroviária, com suas desigualdades e conflitos, vivenciados durante mais de um século. E, se isso não bastasse, Paranapiacaba está envolta pela Serra do Mar que, além da importância histórica, é uma das poucas áreas remanescentes da Mata Atlântica, caracterizada como uma das mais diversas do mundo. Junto à Vila localizam-se o Parque Estadual da Serra do Mar e a Reserva Biológica de Paranapiacaba.

A manutenção e a valorização da condição de patrimônio cultural de Paranapiacaba dependem de ações múltiplas que envolvam planejamento e implantação de projetos de impacto ambiental e turístico, obras de recuperação e restauração de bens imóveis e móveis, obras de infra-estrutura e projetos de caráter social, cultural e educativo, entre outras. São ações de médio e longo prazo com as quais será possível reerguer a estima e identidade de moradores e visitantes.

EDUCAÇÃO - Uma forma interessante e estimuladora para a promoção do reconhecimento desse patrimônio cultural é o uso da metodologia de Educação Patrimonial. Aplicada no Brasil em museus e sítios históricos desde a década de 1980, essa metodologia visa à construção da cidadania através de uma relação direta com o público.

Em linhas gerais, Educação Patrimonial é entendida como *...um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural*^[1].

Existem várias formas de abordagem que podem ser utilizadas em uma proposta de Educação Patrimonial para um sítio histórico como Paranapiacaba. Diversos materiais de apoio também podem ser adotados. Mas, sejam quais

forem a forma e os materiais utilizados, deve-se estar atento para que o grupo que irá participar do trabalho educacional seja de faixa etária e maturidade semelhantes e que receba informações prévias sobre o local. O que se pretende é que os participantes possam: *observar o espaço*, tanto o todo como os detalhes que o compõe; *registrar suas observações* através de fotografias, desenhos, descrições orais ou verbais; *explorar e analisar as informações disponíveis*, tanto na visita ao local como em outras fontes (bibliotecas, jornais etc.); e, após a discussão dos problemas levantados, realizar atividades de apropriação que envolvam o grupo na recriação e interpretação das propostas apresentadas (através de textos coletivos, peças de teatro, pinturas, esculturas, poesias etc.).

Os resultados de trabalhos desenvolvidos a partir da metodologia de Educação Patrimonial podem ser vistos em vários pontos do país. A resposta é positiva tanto em comunidades que resguardam o seu patrimônio e suas relíquias culturais como naquelas em que esta ação ainda não é feita de maneira consciente e sistemática.

EXPERIÊNCIA - Com o intuito de contribuir para o processo de valorização da herança cultural representada pela Vila de Paranapiacaba, o Museu de Santo André, da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Santo André, vem desenvolvendo proposta de ação denominada *Paranapiacaba, valorização do patrimônio cultural começa na infância*. Estão envolvidas escolas municipais, estaduais e particulares de ensino fundamental, para alunos de 1.^a a 4.^a séries, grupos do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e

Adultos) e agentes ambientais da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, da Prefeitura de Santo André.

A partir de nossa experiência na orientação dada ao segmento educacional descrito no parágrafo anterior, pudemos detectar que havia carência de conhecimentos e de estratégias de atuação quando o assunto se relacionava a patrimônio cultural e, em especial, a Paranapiacaba.

Além disso, acreditávamos que os professores poderiam, desde os primeiros anos escolares da criança, estimular a compreensão e o exercício do conceito de conservação, seja do meio ambiente, dos bens culturais ou das memórias individual e coletiva.

Queríamos, também, propor mudança na forma como, na maioria dos casos, as visitas a Paranapiacaba eram feitas: uma excursão para um lugar desconhecido e que despertava o interesse apenas por ser diferente. Estávamos indo uma vez na vida e, provavelmente, não voltaríamos mais. Assim, gostaríamos que a Vila fosse apreciada em todos os seus contornos – cultural, ambiental, turístico, de lazer –, mas de maneira mais consciente quanto ao valor que ela representa para a coletividade.

Foi realizado, inicialmente, um curso de formação dedicado a professores e agentes ambientais, evidenciando-se aspectos históricos, ambientais, arquitetônicos da Vila e aspectos teóricos referentes ao conceito de Patrimônio Cultural e de Educação Patrimonial. As atividades práticas do curso levaram ao reconhecimento de patrimônios culturais existentes no centro de Santo André e na própria Vila de Paranapiacaba. Depois do curso, professores e agentes ambientais passaram a ser, em seus locais de trabalho, multiplicadores do co-

nhecimento adquirido.

Cada instituição envolvida no projeto recebeu um *kit* de apoio a visitas a Paranapiacaba. Criado como um elemento facilitador na relação da criança com o conceito abstrato de Patrimônio Cultural, o *kit* procura instigar a atenção, a observação, a memória e a criatividade do grupo. Ele é formado por sete jogos interativos que enfocam imagens e conteúdos relacionados a Paranapiacaba e que podem ser utilizados em vários momentos: antes da visita, como forma de conhecimento do que poderá ser visto na Vila; durante a visita, como um fator de observação da realidade; e depois da visita, como um elemento de avaliação. Os jogos não possuem regras rígidas, sendo que estas podem ser criadas pelos próprios jogadores de acordo com os seus interesses.

Além da atividade lúdica e prazerosa do jogo, o *Kit* de Apoio às Visitas permite ainda que outros campos de conhecimento, como Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Matemática etc, possam ser aguçados. A produção desse material contou com apoio e recursos financeiros da Fundação Vitae e auxílio da Amusa – Associação Amigos do Museu de Santo André.

Após quase um ano e meio de trabalho, pudemos observar os primeiros resultados. Os alunos mostraram-se motivados a realizar as atividades, permitindo, assim, que os objetivos propostos fossem atingidos. No tocante à *observação do espaço*, valorizou-se a percepção da riqueza de detalhes que compõem a Vila, e não apenas o conjunto urbano e natural. Os jogos do *kit* foram reforço importante para a observação minuciosa de detalhes que, no conjunto, teriam talvez passado despercebidos. Em alguns casos, não houve

a ida a Paranapiacaba, tendo sido o kit utilizado em sala de aula. No que diz respeito ao *registro da observação*, alguns elementos marcaram bastante as visitas (como é o caso do relógio, da passarela e do Castelinho, que foram desenhados de diferentes ângulos). Quanto à *exploração e análise do material*, em várias escolas criou-se espaço destinado a Paranapiacaba, composto de livros, revistas, artigos de jornais, fotografias etc e que cresce a cada dia com novas contribuições de alunos e da comunidade. Em relação à *apropriação*, a releitura da Vila foi feita através de acrósticos (composições em que as letras iniciais de cada verso, lidas no sentido vertical, formam uma palavra ou frase), poesias, novos jogos, teatrinhos, exposições, maquetes e abaixo-assinados solicitando a conservação de Paranapiacaba.

Os professores e agentes ambientais consideram-se, hoje, mais críticos e atentos à cidade. Muitos, inclusive, tiveram o primeiro contato com o conceito de Patrimônio Cultural e a história de Paranapiacaba no curso de formação. As crianças, por sua vez, têm realizado ações que visam desenvolver postura conservativa frente ao patrimônio cultural e natural, além de levar pais e comunidade a refletir sobre o destino da Vila, enxergada e assumida como herança cultural de todos.

A título de informação, os frutos iniciais desse trabalho foram apresentados no *1.º Seminário de Idéias sobre Educação Patrimonial em Santo André*, realizado em Dezembro de 2001. Estamos, agora, aguardando o tempo de colher o resultado da semente que lançamos, isto é, esperamos ver brotar indivíduo com atitude mais ativa frente ao meio em que vive e, justamente por isso, capaz

de fazer *uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural*^[2].

NOTAS

[1] HORTA, Maria de Lourdes Parreira, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO,

Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial, Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999, p.6.

[2] HORTA, Maria de Lourdes Parreira et alii, op. cit. p.6.

[3] O projeto Paranapiacaba, valorização do patrimônio cultural começa na infância teve coordenação compartilhada com Eliana Marcon Tramontina até Dezembro de 2000.

(*) Suzana Cecília Kleeb, historiadora do Museu de Santo André e coordenadora do projeto Paranapiacaba, valorização do patrimônio cultural começa na infância^[3]

Trilhas de Paranapiacaba: uma história no caminho da Mata Atlântica

Valdemar Campião JÚNIOR (*)

Após o descobrimento do Brasil, em 1500, os portugueses começaram a ocupar toda a costa litorânea do país e impulsionaram o desenvolvimento do litoral sudeste paulista. Com a saturação da ocupação da faixa litorânea paulista com a agricultura (hoje a região de Santos), fez-se necessária a ocupação do planalto para a expansão das áreas férteis.

Em torno de 1504, iniciam-se expedições para o planalto paulista através da Trilha dos Tupiniquins - hoje chamada de Trilha do Vale do Rio Mogi -, que passava por onde atualmente se encontra Paranapiacaba. Essa trilha foi usada até aproximadamente 1560, quando houve uma revolta dos índios Tupiniquins no intuito de proibir a passagem do homem branco por essa trilha. Paranapiacaba, aliás, surgiu, por volta de 1861, como canteiro de obras da primeira ferrovia do Brasil.

Outro caminho histórico é a Trilha da Pontinha, utilizada para a manutenção do reservatório de água destinado ao abastecimento

das locomotivas a vapor. Trata-se de uma trilha de 1050 metros, com início na Estrada Velha de Paranapiacaba e término na barragem d'água do Núcleo Tanque do Gustavo, onde podemos encontrar rios e uma piscina natural.

Há também a Trilha da Comunidade, outrora utilizada por sociedade alternativa que pregava a profecia apocalíptica (era liderada pelo sr. Ventura, refugiado político da época da ditadura). Nesta trilha podemos encontrar um caminho de mata densa e, no topo, exatamente onde ficava a comunidade, encontramos pedras empilhadas.

Patamar é outra trilha que remonta à época da ferrovia. Pelo caminho vemos o mecanismo que os trens usavam para subir e descer a serra no começo do século. As pontes que permitiam a ligação planalto-litoral localizavam-se em lugares muito elevados. A vista é magnífica, podendo-se mesmo enxergar o mar.

(*) Valdemar Campião Júnior é engenheiro agrônomo e gerente de recursos naturais

No alto da serra se avista Paranapiacaba

Carlos da COSTA (*)

Localizada em plena Mata Atlântica, patrimônio natural de grande importância no mundo, tombada pela Unesco, a Vila de Paranapiacaba tem, nos aspectos histórico, humano, arquitetônico e natural, a base para a transformação em pólo de turismo sustentável. Quando os ingleses trouxeram a ferrovia para o Alto da Serra, em 1860, em meio a neblina tão peculiar, não imaginavam que, em pleno novo milênio, a torre do relógio da estação, o *Castelinho* (Centro de Preservação da Memória), o Funicular, o União Lira Serrana (Clube), as residências com arquitetura portuguesa da Parte Alta, a Capela de



Parte alta de Paranapiacaba, onde aparecem as casas de madeira, algumas com balcões. Ano de 1999

São José da Boa Viagem e tudo mais que cercava aquela

comunidade, tão importante para o desenvolvimento do país, seria resgatado para que as pessoas pudessem apreciar turismo de alta diversificação.

Para que isso seja total e realmente viável, algumas obras estão sendo executadas: capacitação da própria comunidade para entendimento maior sobre o Turismo (PNMT), (Sebraetec etc.); programas de geração de renda (Entrepósito de Artesanato, Monitoria do Parque das Águas etc.); elaboração de calendário de eventos (Festival de Inverno, resgate de festas tradicionais etc.); criação do Conselho Municipal de Turismo e seu Fundo; Plano de Desenvolvimento para a Vila e Arredores.

Claro que não podemos deixar de lembrar a grande vocação para o Ecoturismo. Nesse



Torre do relógio conhecido como Big-Bem e a antiga sala de manobras. Ao fundo a Capela de Paranapiacaba. Ano de 1999



Parte baixa de Paranapiacaba, onde se localiza as antigas residências dos ferroviários. Ano de 1999

Antigos trens tipo Cometa ainda são guardadas no pátio ferroviário de Paranapiacaba. Ano de 1999



Instalações ferroviários junto ao início da descida da serra em Paranapiacaba. Ano de 1999

ponto, tomando todas as precauções para que não haja excessos, nossa mata, que abraça toda a Vila, vem sendo palco de alguns esportes de ação. Assim, o chamado Turismo de Aventura vem servindo de instrumento de conscientização aos menos avisados e preocupados com a preservação do Parque Estadual (que, infelizmente, vem sofrendo as consequências de anos e anos de

abandono e deficiência estrutural em relação à recepção dos visitantes na Vila).

O charme de se chegar a Paranapiacaba de trem, comum até meados dos anos 90, hoje só é possível nos finais de semana. Os horários são restritos, mas vale a pena sair da Estação de Rio Grande da Serra e sentir o gostinho do principal meio de transporte do século passado. Enfim, o

ambiente inglês, as trilhas, os trilhos, cachoeiras, a mata, os casarões, o artesanato, a pinga de Cambuci e muito mais fazem com que Paranapiacaba (*de onde se avista o mar*, em tupi-guarani) entre na lista de passeios imperdíveis desse imenso Brasil.

(*) Carlos da Costa, gerente de turismo – SPPPA/PMSA

Entre os filhos espanhóis de Santa Paula, Rodrigo Marques



Personagens

Rodrigo Marques, filho de Francisco e Francisca Marques, nasceu em 1921, no Brás, e, com menos de um ano de idade, mudou-se para São Caetano. Dos quatro irmãos, Francisco, Martin e José haviam nascido na Espanha. A caçula, Ana, assim como Rodrigo, é brasileira. Durante boa parte da vida morou no Bairro Santa Paula, reduto de espanhóis em São Caetano. A trajetória, da infância à aposentadoria, a história dos pais e a vida dos filhos que teve com Matilde Marques são a base de seu relato.

Francisco Marques, o pai, chegou em São Paulo, com esposa e três filhos, em 1911. De início, trabalhou na Companhia de Gás de São Paulo, firma inglesa responsável pelo abastecimento da cidade. *É (...) ele trabalhou primeiro lá na Rua do Gasômetro, na Companhia de Gás (...) Eles traziam o carvão da Inglaterra, queimavam e tiravam o enxofre (...) O gás enchia lá e, então, distribuía para São Paulo inteira. Antigamente, quando não tinha eletricidade, usavam lampião a gás (...) Nas casas era sempre fogão de gás, mas gás de rua (...) Tinha um relógio como o relógio de água. O gás passava e marcava os metros cúbicos que você gastava (...) Então meu pai trabalhou dez anos na Companhia de Gás (...) Depois começou a modernidade, veio a eletricidade (...) Bom, mas ele tava lá mais para construir, fazer a fábrica (...) Saiu de lá e foi trabalhar no Viaduto Santa Ifigênia.*

Rodrigo Marques possui foto em que o pai aparece, junto com outros



Divisão PVC/TR – Injetoras Monocolor da Fábrica Sicemar

Família Rodrigo Marques

imigrantes espanhóis, na construção do Viaduto Santa Ifigênia. *É (...) a maioria era espanhóis (...) trabalhando naquela região (...) Meu pai trabalhou parece que cinco anos no Viaduto Santa Ifigênia (...) Era tudo em ferro (...) forjado lá mesmo (...) E você pode ver que não tem nenhum pingo de solda (...) Quando a obra foi concluída, Francisco Marques empregou-se em outra construção. Ele foi trabalhar em outro edifício (...), em São Paulo também (...) Os edifícios não usavam muito concreto, era tudo ferro (...) Aquelas colunas (...) Na hora em que estavam colocando uma dessas colunas, ele e um outro caíram do quarto andar (...) Foi em 1924 (...) Então, eu praticamente me criei sem pai.*

A Rua São Paulo, local em que Rodrigo Marques, a mãe e os irmãos moravam, era reduto de espanhóis em São Caetano. *Na frente da minha casa (...) tinha o Manoel Padeiro, que era espanhol (...) Era padeiro (...) Inclusive ele foi padeiro num navio e tal (...) Aí veio com a família e montaram uma padaria (...) Na esquina tinha o Caparrós, outro espanhol. Todo mundo que é do ramo de calçados*

por aqui se baseou no Antônio Caparrós. Ele que começou. É o mais antigo fabricante de calçados de São Caetano. Toda aquela esquina da Rua São Paulo até a Rua Maranhão, aquele pedaço de quem vai do bairro para o centro, do lado direito, era tudo dele. Ele tinha a fábrica, tinha depósito de material, tinha tudo lá.

Francisca Marques e os filhos costumavam falar espanhol em casa. A lembrança da terra natal, em realidade, era mantida não só pela língua, mas também por hábitos compartilhados por toda a comunidade espanhola. *As pessoas freqüentavam as casas umas das outras (...) No Natal, os espanhóis tinham o costume de sair cantando e pedindo: "Me dá uma graça!" Então o pessoal preparava a mesa com rosquinhas (...) Dentro de casa (...) De todas as casas (...) Eu, como era pequeno, ia atrás da tropa. Sobre as rosquinhas, acrescentou: Faziam uma rosquinha e punham anis. Delicioso aquilo!*

Dois aspectos da personalidade dos imigrantes espanhóis ficaram gravados na memória de Rodrigo Marques: alegria e ironia. *Antiga-*

mente, os postes, na Rua São Paulo, na Rua Maranhão, na Rua Amazonas, eram de ferro. Então, no fim do ano, faziam uma festa e a molecada saía batendo com o martelo nos postes. Além disso, na época do carnaval, um grupo de músicos, entre eles Antônio Caparrós, vestia-se com roupas extravagantes e animava a região. Chamava Murga (...) Era um conjunto de músicos (...) Chegavam a ir até Piracicaba se apresentar(...) Foram em Jundiá (...) Os caras todos vestidos de saco. Era o carnaval deles. No tempo do carnaval eles faziam isso.

A ironia ficava por conta dos ditos espirituosos proferidos no intuito de pôr fim a situações incômodas. Era muito engraçado (...) Os espanhóis têm queda por, vamos dizer, “dar espetadas” nos outros. Então, por exemplo, vinha visita em casa. O sujeito ficava demorando para ir embora. Já tinha tomado café, outras coisas ... e tava fazendo hora. Então a mulher dizia para o marido: “José, vamos nos deitar porque essa gente quer ir embora!”.

Tendo passado toda a infância na cidade, Rodrigo Marques recorda-se de vários locais e diversas situações que marcaram a evolução de São Caetano. O Segundo Grupo Escolar, na Rua Monte Alegre, a precariedade da infra-estrutura nos anos que antecederam a primeira administração, os cinemas e os rios em que se era possível nadar foram alguns dos temas abordados.

Tinha o grupo escolar na Rua Monte Alegre. Eu ia de manhã. Fiz o primário lá (...) A gente ia na escola e levava lanche. Era pão e manteiga (...) Para todas as crianças era pão e manteiga (...) ou então mortadela (...) O pão era feito em casa e a mortadela comprada nas vendas. Em realidade, as pessoas, em geral, procuravam aproveitar tudo o que pudesse ser cultivado em suas propriedades. Antes de 1950 – e até mesmo depois – boa parte das casas possuía hortas e mes-



mo animais criados para servir de alimento. São Caetano ainda mantinha muitas das características da antiga fazenda dos monges beneditinos.

Mas aqui era tudo brejo, tanto é que o pessoal, na Rua São Paulo, ia pescar, nadar. Naquele brejo a gente nadava (...) Também me lembro que, quando eu era pequenininho, meu pai usava, todos usavam, aqueles lampiões com querosene, com aquele pavio (...) E de manhã cedo a gente levantava e tinha o nariz preto (...) Depois, em 1930, aí que ligaram a luz. Lá no centro já tinha luz (...), agora aqui na parte da Vila Barcelona, Monte Alegre, Cerâmica não existia luz elétrica (...) Aí foram pondo (...) e a água só veio no tempo do Pellegrino.

A diversão, nessa época, era o cinema. Rodrigo Marques, lembrando o entretenimento de crianças e jovens nas décadas de 30 e 40, explicou como a garotada fazia para conseguir entradas gratuitas. Naquele tempo tinha o Cine Park (...) Era do Lorenzini (...) Então, sabe o que eu fazia pra entrar no cinema? Eu pegava filmes aqui do Cine Park, na Rua Maranhão (...), e ia correndo até a estação pra levar o filme lá no Cine Central (...)

O pagamento que a gente ganhava era poder entrar de graça (...) O filme tinha quatro ou cinco rolos, então era quatro ou cinco moleques que corriam de lá para cá (...) Porque era o mesmo filme: passava lá e passava aqui (...) Então nosso divertimento era ir no cinema sábado e domingo (...) Passava aquelas fitas (...) Ben-Hur; A deusa de jade...

Certa vez, um comerciante local resolveu vender sorvetes no cinema. Obtida a permissão, colocou os picolés no carrinho e dirigiu-se a uma das salas da família Lorenzini. Era o Manuel Padeiro (...) Ele vendia doces que ele mesmo fabricava. Então um dia ele resolveu levar o sorvete e pediu lá pro Lorenzini (...) Ele tava levando o carrinho, a rua não era asfaltada (...) A molecada toda atrás (...) O carrinho tombou (...) Caíram todos os sorvetes (...) Não chegou um! Coitado ...

Se os finais de semana eram de descontração, os demais dias eram preenchidos com bastante trabalho. Assim que terminou o ginásio, Rodrigo Marques iniciou estudos na Escola Técnica Getúlio Vargas, o que o habilitou a trabalhar como torneiro mecânico nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

Depois, quando eu fiz o ginásio, fui estudar na Escola Técnica Getúlio Vargas (...) Então estudei mecânica, torneiro. Estudei lá quatro anos. Depois, quando me formei, fui trabalhar na Metalúrgica Matarazzo, na Rua Caetano Pinto (em São Paulo) (...) Eles fabricavam latas (...) Aquelas latas de embalagem, lata de 20 litros, lata de manteiga, latas de marmelada, aquelas redondas (...) Latas de sardinha (...) Então eu trabalhei lá cinco anos (...) Mas eu morava em São Caetano, ia de trem.

A Escola Técnica Getúlio Vargas era referência no campo de cursos profissionalizantes. Carpintaria, marcenaria e outras atividades faziam parte do elenco de opções da institui-

ção. *Pra você ter uma idéia, os tornos em que os meninos aprendiam eram fabricados lá na Getúlio Vargas (...)* Todos os professores de lá eram ou italianos ou alemães (...). Todos contratados pelo governo (...). A Getúlio Vargas foi quem produziu os primeiros tornos do país.

Mesmo trabalhando, Rodrigo Marques não abandonou os estudos. Buscando aperfeiçoamento, matriculou-se em curso de desenho e projeto oferecido pela Protec. Os conhecimentos adquiridos nessa época permitiram-lhe galgar posições nas empresas em que atuou posteriormente.

Depois saí da Matarazzo (...) O Matarazzo sempre foi de pagar pouco (...). Então eu pedia aumento pro chefe e o chefe falava: “Não, nós estamos em crise...” O Brasil sempre esteve em crise, 1930, 1932 (...). Foi na época da Revolução Constitucionalista, aliás, que Rodrigo Marques conheceu a esposa Matilde.

Na Revolução de 32 houve uma crise muito grande (...) Aí eu fui trabalhar numa fábrica de borracha lá na Vila Carrão. Eu ia de São Caetano na Vila Carrão! Eu pegava o trem até o Brás, do Brás pegava o bonde até a Rua Antônio de Barros, da Rua Antônio de Barros pegava o ônibus até a Vila Carrão (...). Trabalhei três anos lá (...). A firma chamava Ximenez (...). Fabricava borracha, galochas, fios (...). E a Matilde trabalhava lá.

Rodrigo e Matilde casaram-se em 1946. Imediatamente mudaram-se para a Rua São Paulo, onde moraram até a transferência para o Jardim São Caetano, no fim dos anos 70. O casal dividiu a casa com Francisca Marques, que faleceu em 1967. *Minha mãe morou conosco por 20 anos (...)* Eu fiz um quartinho pra ela, com banheiro (...). Vivemos felizes...

Já casado, Rodrigo Marques trabalhou na Ford e, em seguida, passou para a Volkswagen. *Trabalhei dez anos na Ford do Ipiranga. Saí de lá porque houve uma greve e eles man-*

daram muita gente embora (...) Também trabalhei um pouco na Companhia Fabril Brasileira de Lonas, mas aí já entrei na Volkswagen como ferramenteiro (...). Lá na Volkswagen adquiri muita prática e muita técnica, porque eles dão curso e você vai subindo (...). Eu cheguei, como ferramenteiro, no grupo máximo, isto é, o 15 (...). Começa no sete e vai até o 15 (...). Depois eu passei pro grupo especial, de planejamento. Nessa função, Rodrigo Marques estava incumbido de pensar em maneiras de melhorar o desempenho dos carros, ainda que se tratasse apenas de alterar um espelho retrovisor. Então, no planejamento, um lá cisma uma coisa: “Vamos mudar o tanque de gasolina!” (...). Então tem que pensar numa solução. E para modificar um parafuso no carro você não imagina o trabalho que dá. Por exemplo, antigamente, o espelho retrovisor do Fusca era o próprio pino da porta (...). Um dia os engenheiros alemães disseram: “Pô, já tá evoluído, vamos pôr uma outra porta!” (...). Bem, fazer o furo na porta tudo bem, é só mudar um estampo lá..., mas para adaptar aquela porca lá dentro, aí surgiu o problema (...). Teve que fazer uma porção de dispositivos, ir lá montar, e o pessoal usava a porca lá dentro, a outra entrava apertada (...). Quer dizer, qualquer mudança no carro é complicada (...). Por isso que existe o planejamento.

Rodrigo Marques não se queixava da remuneração na Volkswagen. Em realidade, foi com o dinheiro poupado nos anos de trabalho na firma alemã que pôde criar os filhos e arcar com as despesas da casa.

Quando eu entrei na Volkswagen eu ganhava seis salários mínimos. Depois foi subindo, subindo ... Cheguei a dez salários mínimos (...) Eu fazia muita hora extra (...). Além do salário extra, eu ganhava uma porcentagem por produção de dispositivo de usinagem, dispositivo de medição (...). Eu tenho isso aqui (a casa

no Jardim São Caetano) com o que eu juntei na Volkswagen (...). Juntei dinheiro e comprei o terreno (...). Você dava, vamos dizer, um tanto de entrada e pagava o resto parcelado (...). Isso foi mais ou menos em 1978.

Quanto aos filhos, Sidney, Luís Carlos e Marcos, todos trabalham na firma Sicemar, propriedade de Sidney e sócios. A fábrica é especializada em solas de sapato, ramo em que o filho mais velho de Rodrigo Marques obteve o primeiro emprego.

Em 1950, o meu filho maior, o Sidney, começou a trabalhar com o Caparrós ... com sapatos (...) Depois ele montou a fabriquinha dele lá na nossa casa, na Rua São Paulo (...). Aí fizemos um salão grande, porque era no fundo, um barracão (...). Então fizemos esse salão e ele trabalhou lá dez anos (...). Não fazia concorrência ao Caparrós, porque o Caparrós fazia aquelas sandálias pra ... almofadada ... pro tempo do frio, né!? Meu filho fazia aqueles sapatos para as crianças irem na escola (...). Depois ficou pequeno e ele comprou um terreno no fim da Rua Alegre. Aí também ficou pequeno e a fábrica mudou para Ribeirão Pires (...). Ele ficou sócio de uns portugueses e agora a firma se chama Sicemar.

Rodrigo Marques, após sair da Volkswagen, trabalhou na empresa do filho e, na seqüência, encerrou as atividades. Vivendo tranqüilo, com a esposa, na casa que construíram no Jardim São Caetano, o filho de espanhóis sentiu-se impulsionado a relatar as recordações devido a episódio recente:

O último meu irmão que faleceu, faz um pouco, é o que tinha todos esses documentos que eu mostrei para você... Então a nora dele falou: “Tio Rodrigo, vem buscar as coisas do teu irmão porque eu vou me mudar dessa casa” (...) Fui lá e peguei (...). E a gente se lembra de tanta coisa (Pesquisa realizada pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória).



Fundação Pró-Memória

Depoimento de Cesare Trentini à Fundação Pró-Memória em Março de 2002

Primeiro e segundo volumes da história da marca Trentini: Lucillo e Cesare

Alexandre Toler RUSSO (*)

A marca italiana de bebidas Trentini tem em São Caetano história protagonizada por dois personagens: Lucillo e Cesare Trentini, tio e sobrinho. Em 1924, depois de passagem pela Argentina, Lucillo Trentini deu início à produção do vermute Trento baseando-se em fórmulas que lhe haviam sido enviadas da Itália pelo irmão Giuseppe, pai de Cesare. Tratava-se de fórmulas antigas, tradição passada de pai para filho desde a Idade Média.

A família Trentini, proprietária de terras em Mezzolombardo, Itália, sempre esteve ligada à produção de vinho e outras bebidas. Os produtos elaborados na cantina dos Trentinis eram exportados para outros países da Europa. Giuseppe Trentini era quem mais diretamente cuidava da produção, uma vez que possuía grande conhecimento prático no que dizia respeito à preparação de bebidas. *Era um enólogo de fama mundial*, afirmou Cesare. De todo modo, o negócio pertencia à família, sendo que todos tinham participação nos lucros e nos prejuízos.

Nesse contexto nasce, no dia primeiro de Setembro de 1918, Cesare Trentini, filho de Giuseppe Trentini e Ida Casagranda (filha de um dos maiores construtores de ferrovias da Europa). *Eu nasci na época da derrocada dos exércitos austríacos (...) Meu nascimento foi um pouco teatral. Minha mãe, quando eu estava com seis meses, deslizou na esca-*



Lucillo Trentini e o violoncelo, instrumento musical que tocava com maestria. Ano de 1922

da e eu revirei dentro (...) Revirando dentro, fiquei pronto para sair com os pés em vez da cabeça. E, por causa disso, o doutor deveria intervir (...) Só que o médico lá de Mezzolombardo estava bêbado e foi preciso correr até outro médico lá por perto (...) Então veio um médico militar austríaco (...) Engraçado é que eu nasci pelas mãos do inimigo, porque nós éramos italianos da Áustria. Até o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a região do Trentino pertencia à Áustria. *Muitos italianos, como minha avó Emília Castellini - que eu chamo de "garibaldina" - e os seus filhos, exigiam a anexação do Trentino à Itália.*

Os primeiros anos da vida de Cesare Trentini foram passados em Mezzolombardo na companhia dos pais, dos irmãos Romano e Aleardo e do tio Lucillo. *Eu ficava escutando o tio Lucillo tocar violoncelo. Eu gostava muito. Lucillo, irmão de Giuseppe, era violoncelista respeitado em toda a Europa. Tendo estudado com os melhores músicos da época, era considerado um virtuose. Na verdade, ele estudou com o melhor*

músico da época, o professor Francisco Serato, em Bologna.

Artista renomado, Lucillo Trentini pouco ficava em Mezzolombardo. Em realidade, estava sempre viajando, tanto que, em 1923, dirigiu-se à América do Sul. De início, morou em Buenos Aires, Argentina. *O irmão dele, o meu tio Sanzio, tinha ido para a Argentina como veterinário. Chegou a dar aulas na Universidade de Buenos Aires e voltou a Mezzolombardo em 1919 (...) E dizia sempre que a Argentina era fantástica (...) Também nas artes, na música (...) Então meu tio Lucillo foi para lá.* Durante esse tempo relacionou-se amorosamente com uma mulher. *Ali entrou a história da mulher e acho que desabou tudo (...) Eu acho que eles tiveram alguma desavença na maneira de ver as coisas, no sistema de tratar (...) Aí ele veio para o Brasil.*

No fim de 1924, Lucillo Trentini chegou a São Paulo e, em seguida, transferiu-se para São Caetano. A princípio, buscou sustentar-se financeiramente por meio de sua arte, todavia, percebeu que não poderia sobreviver como músico. Assim, enviou cartas ao irmão Giuseppe, na Itália, pedindo ajuda para iniciar produção de bebidas em São Caetano do Sul.

Bom, então ele veio para cá, escreveu para meu pai e meu pai disse: “Eu sou um depositário de fórmulas da família (...) Aqui, nós temos a cantina, com 50 mil hectolitros, e não vamos fabricar licores agora porque estamos negociando vinho (...) Então eu mando as fórmulas (...) E será bom para ele, porque se a música não dá, isso vai dar” (...) Foi ali que ele mandou as fórmulas e o tio Lucillo começou o seu trabalho lá na esquina da Maranhão

com a José Benedetti (então Rua Minas Gerais).

Lucillo Trentini, segundo relato do sobrinho, era homem de hábitos simples e amante da tranqüilidade. Devido a isso, escolheu São Caetano para morar. *Ele tinha escolhido São Caetano porque queria um lugar tranqüilo, onde pudesse tocar música.* No local em que vivia, instalou os equipamentos necessário para o início da produção de bebidas. *Ele começou com vermute, porque também vermute era tradição de família (...) Eles trabalhavam o vermute no sistema antigo, com o amadurecimento e inclusão de ervas e raízes.* Contratou alguns auxiliares para agilizar os serviços.

O trabalho no laboratório recém-instalado mantinha-o ocupado durante a manhã. Depois do almoço, o violoncelista ia para São Paulo, onde podia cultivar a paixão pela vida artística. *Ele não tinha esquecido a música, mas tinha trabalhado nas misturas de ervas, raízes etc (...) Ao mesmo tempo amava a cultura musical e ia, quando era depois de uma, duas horas da tarde, para São Paulo viver sua vida (...) Tocava, tinha amizades (...) E acho que tinha também mulher (...).*

Os muitos contatos em São

Paulo facilitaram a divulgação das bebidas. Não demorou muito para serem inseridas, na programação de algumas rádios, propagandas dos produtos da marca Trentini. *Então meu tio desenvolveu muito e tinha muitas ligações por rádio (...) Naquele tempo televisão não tinha (...) Aí começaram as mensagens (...) Cada hora, hora e meia, era propaganda.* Além da divulgação via rádio, outdoors estavam espalhados por várias regiões de São Paulo (de 1941 a aproximadamente 1965). *Depois, quando a estrada de ferro ainda era Railway (...), aí tinha reclame em todas as estações (...) Tinha reclames por toda a linha, de Jundiaí até Santos (...) Tinha reclame na Anchieta, em São Vicente, no centro de Santos (...) Eu falo de 1940, 41.*

De 1924 a 1957, ano em que morreu, Lucillo Trentini ampliou a venda de bebidas graças ao tino comercial e à honestidade demonstrada junto ao público consumidor. Quando o sobrinho Cesare chegou a São Caetano, depois do enterro do tio, pôde perceber que *ele era quase um mito (...) Era o homem que tocava violino (...) Na verdade era violoncelo, mas o pessoal dizia violino (...) Era muito querido pelas pessoas.*

Pátio externo da Indústria Trentini na Rua Rio Grande do Sul, nº 963. Em frente ao caminhão da marca Bogward, à esquerda Keko Perim e à direita Lucillo Trentini. Ano de 1951



Cesare Trentini

No dia 15 de Agosto de 1957, Cesare Trentini recebeu a notícia da morte de Lucillo. *Eu e meu tio Quinzio tínhamos sido convidados para o casamento do filho da minha prima, em uma grande fazenda perto de Veneza (...) Nós ficamos hospedados na casa... No mesmo quarto (...) Quando fomos dormir, ele disse: “Devo comunicar-te uma coisa grave: morreu o tio Lucillo”. Então falei: “Madonna... mas eu tinha falado para ele voltar para cá...” Passaram-se algumas semanas e o tio Quinzio voltou a falar comigo: “Eu acho que o tio Lucillo achou um herdeiro lá no Brasil”(...) Então digo: “Não, olha, o tio Lucillo, em 1940, mandou uma carta para o meu pai (...) Ele fez um testamento em 1940 (...) Não sei onde está, mas sei que ele fez”.*

Lucillo Trentini havia nomeado Giuseppe Trentini e filhos como herdeiros. Giuseppe tinha morrido em 1943, de forma que cabia a Cesare e a Romano – Aleardo, que fazia parte do grupo de acrobatas *Diabos Vermelhos*, de Rimini, morrera em 1939 num acidente aéreo – o controle dos negócios no Brasil. No entanto, existia um empecilho: Cesare e Romano estavam

na Itália, ao passo que outro parente, interessado na herança, morava em São Paulo.

Este outro meu primo, Ítalo, filho do tio Sanzio, tinha já mandado publicar que ele era o herdeiro (...) Ele e um outro amigo sempre escreviam para Milão dizendo que tinham procurado o testamento e não tinham achado nada (...) Mas nem por isso ele deixou de dizer que era o herdeiro.

Segundo Cesare Trentini, o primo Ítalo já conhecia o conteúdo do testamento, isto é, a nomeação de Cesare e Romano como herdeiros, desde o dia 14 de Agosto de 1957, data da morte de Lucillo Trentini. Todavia, enviava cartas à Itália dizendo que não sabia onde estava o documento. Desconfiado, Cesare Trentini veio ao Brasil e procurou Aprígio Guimarães, responsável pelo cartório em que estava o testamento. Na oportunidade, Trentini soube que o desígnio de Lucillo fora lido na ocasião de sua morte. Desse modo, teve certeza de que o primo sabia da situação e estava tentando passá-lo para trás.

Quem ajudava o meu tio aqui era o André Zanetti. Foi ele que escondeu os documentos do tio Lucillo quando o meu primo e um outro entraram no escritório da

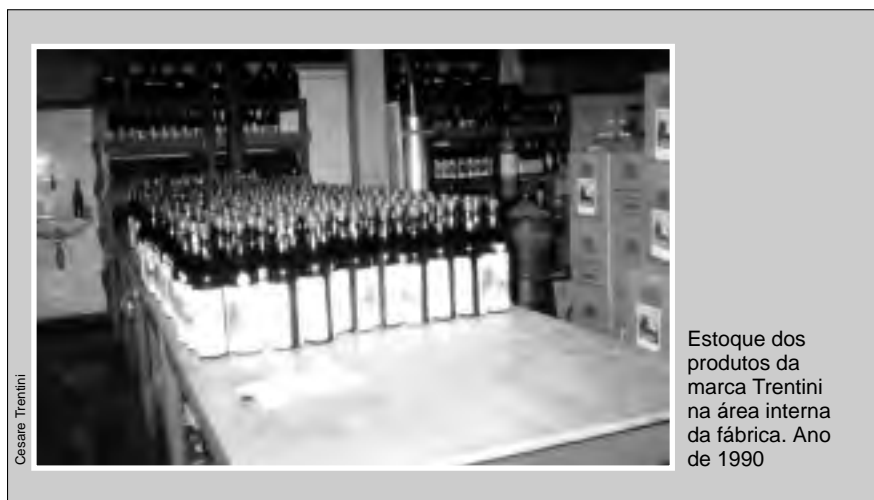
fábrica e arrombaram as gavetas (...) O André era homem de confiança, nomeado testamentário no próprio testamento de meu tio (...) Na verdade, o meu primo queria as fórmulas dos produtos e dinheiro. A situação, no entanto, foi contornada e Cesare Trentini, juntamente com o irmão, assumiu a empresa.

Cheguei aqui e fiquei dois meses, porque depois devia voltar (...) Tinha o escritório de advocacia (...) Tinha muita coisa para fazer na Itália (...) Processos internacionais etc (...) E então, nesses dois meses que estive por aqui, por carta recomendei a meu irmão de seguir uma linha de ética, porque também no comércio tem que ter ética.

Na Itália, Cesare Trentini exercia diversas atividades. Possuía escritório de advocacia em Via Fontana, 18, Milão, escrevia em revistas jurídicas e, além disso, colaborava, duas ou três vezes por semana, com o escritório de Mário Rotondi, célebre advogado italiano que também lidava com processos internacionais (em realidade, Cesare era assistente de Mário Rotondi na Universidade Bocconi, em Milão). Dessa forma, deixou que o irmão ficasse no Brasil e tocasse os negócios.

Romano Trentini, portanto, instalou-se na Rua Rio Grande do Sul, 963. Este era o novo endereço da fábrica. De fato, o próprio Lucillo Trentini, em 1948, percebendo que as instalações iniciais, na esquina das ruas Maranhão e Minas Gerais, haviam ficado pequenas para atender à crescente produção de bebidas, adquiriu propriedade na então Rua Bahia – depois denominada Rio Grande do Sul -, para onde transferiu a empresa.

Então ele mudou para lá. Ele arranjou tudo direitinho e, em



Estoque dos produtos da marca Trentini na área interna da fábrica. Ano de 1990

Cesare Trentini

1948, veio para a Rua Rio Grande do Sul (...) Em 1950, comprou um caminhãozinho, um Bogward, porque tinha dificuldades para levar toda a mercadoria a Santos (...) Se consumia muito em Santos e no interior (...) Então o caminhãozinho serviu para transporte e também para fazer propaganda (mensagens gravadas eram transmitidas por alto-falante instalado no automóvel).

Posteriormente, quando Cesare Trentini passou a dirigir sozinho a empresa, o local foi ampliado. *Aqui cresceu quando eu construí lá embaixo (...) Os pipões e as pipas passaram para lá (...) Não era um espaço muito grande, mas era suficiente.*

Cesare Trentini precisou tomar as rédeas da fábrica devido à incapacidade do irmão no trato com a freguesia. Intervenção imediata era necessária, caso contrário, a empresa corria o risco de quebrar. Sendo assim, transferiu-se, em 1962, para o Brasil. O escritório, em Milão, deixou aos cuidados de um amigo. Entretanto, sempre voltava à Itália, por alguns meses, para acompanhar o andamento dos negócios.

Eu com a Liliana (Liliana Pilati), minha convivente, chegamos aqui, mas fomos para o Othon Palace (hotel de São Paulo) (...) O Romano morava aqui na Rio Grande do Sul (...) Logo tomei conhecimento dos problemas (...) A clientela deve ser tratada com respeito, explicando, em caso de erro, recebendo reclamações etc. Aí eu decidi que era o momento de tomar conhecimento muito mais a fundo da firma e fazer a clientela (...) Recuperar a clientela (...) E recuperei. Tanto é verdade que saíram, também, entrevistas na televisão (...), minha presença nos recortes (isso foi na década de 60).



Salão de curtimento e engarrafamento dos produtos da marca Trentini.

Cesare Trentini

Um dos lugares em que as bebidas de Cesare Trentini tinham grande aceitação era a baixada santista. O motorista Francisco Perin (Keko Perin) descia a serra, com o caminhão cheio de produtos, de quatro a cinco vezes por semana. *E quando se descia era um contato atrás do outro. E até nas ilhas a gente entregava bebidas (...) Em 1963, começamos a usar a Kombi.*

Em Santos, contudo, Cesare Trentini enfrentou graves problemas. Ainda no tempo em que Romano participava do negócio (depois Cesare comprou a parte do irmão), a marca Trentini estava sendo pirateada

Era 1958. Um dia cheguei aqui às dez horas da noite e falei para o Romano: “Nós vamos sair e vamos em Santos, porque os bares e tudo quanto estão abertos (...) Estão pirateando até as garrafas” Pagavam pela garrafa gravada “Trentini” o dobro do preço de uma garrafa comum (...) Chegamos em um bar e eu disse: “Pode pegar uma garrafa de Trentini, de Ferro Cálcio Quina, por favor?” Eles chegaram com a garrafa ... Tinha um rótulo com a parte de trás muito parecida com a nossa. Também estava gravado o nome “Trentini” na parte de

trás da garrafa (...) Aí foi que implantei o processo e seqüestrei as bebidas.

Para não prejudicar os donos dos bares, que poderiam ter sido enganados pelos piratas, Cesare Trentini propôs acordo aos comerciantes: *“Eu não acho vocês responsáveis por isso, porque o pirata vem a vocês e fala: ‘Querem ganhar mais?’ (...) Quem não quer ganhar mais? Então vamos fazer assim: eu compro este produto pelo mesmo preço que você comprou. Te reembolso, mas você deve comprar duas caixas a mais”.* Dessa maneira, se os negociantes tivessem adquirido, por exemplo, duas caixas de produtos pirateados, Cesare Trentini comprava as caixas de bebidas falsas e vendia duas de artigos legítimos. Os falsificadores foram descobertos e processados.

A partir de 1962, Trentini deu início à tentativa de reerguer a fábrica. Os esforços estenderam-se até o final da década de 70. Nessa época, o advogado italiano foi surpreendido por modificações na legislação brasileira referente a bebidas. A gradação alcoólica dos aperitivos foi elevada e alguns produtos da marca Trentini, tradicionalmente de baixa grada-



Lucillo Trentini, na área interna da fábrica, junto aos produtos preparados para a expedição. Ano de 1954

ção, ficaram comprometidos. *Na Europa, a tradição é o produtor mandar no grau alcóolico do seu produto. No Brasil, são os usineiros a mandar e também aqueles fabricantes que querem não envelhecer o produto, mas vendê-lo de um dia para o outro (...)* *Que a saúde do consumidor se dane! (...)* *Aí era impossível que voltasse a baixa gradação (...)* *Eu parei porque falei: "Isto é contrário à nossa filosofia!" (...)* *Tentei até 1978, 1979, aí então eu praticamente parei (...)* *Voltei à Itália, mas conservei o direito de produção (...)* *Não produzia, mas direito de produção eu tinha. Os produtos já prontos estavam envelhecendo.*

Ao retornar para a Itália, Cesare Trentini deixou a cargo de alguns conhecidos o pagamento de impostos. Para sua surpresa, taxas não foram pagas, a fábrica sofreu três assaltos e um pedido de fechamento foi feito junto à Prefeitura.

Infelizmente, os amigos muitas vezes te chamam de amigo e te enterram (...) *Eu mandava dinheiro para esses amigos pagarem os impostos e até mesmo emprestava dinheiro a eles (...)* *De repente, recebi a notícia de que eu estava em dívida com a Prefeitura (...)*

Emprestei milhares de dólares, sem juros, e me devolveram cruzeiros (...) *Em 1983, aconteceu o primeiro furto (...)* *No segundo, os invasores destruíram algumas coisas, pegaram os seis volumes da "História do Brasil" que eu tinha, roubaram uma sanfona italiana de 120 baixos e também uma balança analítica que era do laboratório do meu pai e tinha vindo da Itália (...)* *Na terceira vez, colocaram pedaços de madeira em cima das janelas e portas, para todo mundo pensar que a fábrica estivesse abandonada (...)* *Chegaram até mesmo a pedir o fechamento da firma junto à Prefeitura.*

Cesare Trentini começou realmente a suspeitar de que estava sendo traído quando, em Milão, recebeu a visita de um padre brasileiro encarregado de fazer-lhe proposta para a compra da fábrica de bebidas em São Caetano.

Me mandaram na Itália também um padre (...) *Chegou lá no escritório falando: "O senhor tem lá um terreno?"* *Eu falei: "Tenho um terreno ... também no Paraná" (...)* *"Não", disse o padre, "eu falo daquele..."* *Digo eu: "Não é terreno, é fábrica!" (...)* *"Então, o senhor quer vendê-lo? Porque estou encarregado*

de receber sua autorização para a venda...". Depois que soube dos três roubos, Cesare Trentini teve a certeza de que estava sendo enganado pelas pessoas em que confiava.

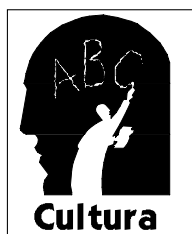
O retorno ao Brasil foi necessário. Em primeiro lugar, quitou as dívidas junto à Prefeitura e, em 1987, voltou a produzir.

Em 1989, eu comecei a aprontar a produção dos novos produtos (...) *Em 1990 eu recebi a permanência (...)* *Permanência..., quer dizer, para ter a possibilidade de pedir as análises (...)* *Para desenvolver a firma.*

No início da década de 90, a marca Trentini foi novamente pirateada. O processo, dessa vez, envolveu algumas firmas e demorou para chegar ao fim. Mesmo tendo obtido parecer favorável, Cesare Trentini teve problemas com um advogado que fazia parte do caso e novamente entrou na Justiça. *Confio que justiça será feita para o bem do Brasil, dos muitos enganados e ludibriados que nem possibilidade têm de defender-se, mas também no interesse dos consumidores enganados com as marcas piratas que com facilidade são deferidas, violando as leis nacionais e internacionais e marcando o Brasil como abrigo do marcotráfico das marcas mais famosas do mundo, prejudicando os consumidores.* O italiano, entretanto, continua fabricando e vendendo os produtos, ainda que em menor quantidade. *Ferro Cálcio Quina, Amargo de Ruibarbo e Fernet estão envelhecendo nas pipas da fábrica. Outros produtos estão amadurecendo.*

(*) Alexandre Toler Russo é jornalista

Aprendizado sem as formalidades da sala de aula



Em 1999, a professora Cibele Mendes organizou, na Escola Municipal de Ensino Infantil Inês dos Ramos, programa – Projeto Arte – cujo objetivo era aproveitar as artes plásticas para transmitir conteúdos didáticos aos alunos. A princípio, limitava-se ao ensino infantil, sendo que os participantes tinham idades variando entre três e seis anos. A iniciativa foi bem recebida por pais e professores, atraindo inclusive a atenção da mídia. No ano seguinte, o plano inicial foi ampliado, envolvendo não apenas as artes plásticas, mas também teatro, música e literatura. Além disso, estendeu-se o campo de atuação para os ensinos fundamental e médio.

Atualmente, oito pessoas integram o que se transformou no Projeto O Brasil e a Mídia. Cibele Mendes, as arte-educadoras Rosane Acedo e Cecília Aranha, o percussionista Jorge Marciano, o ator titeriteiro Celso Ohi, o coreógrafo Eduardo Caetano, o multiplicador (aluno selecionado por destacar-se nas atividades ministradas em sua escola. Faz parte do planejamento o aproveitamento desses jovens) e grafiteiro Mário de Oliveira Vargas Júnior e a multiplicadora Milena Marcolino realizam, em diferentes colégios, oficinas de história, teatro (fantoques), música (percussão), coreografia, grafite e artes plásticas com três horas de duração. O trabalho de crianças e jovens chegou



Equipe que foi a Berlim representando o Projeto O Brasil e a Mídia

a ser exposto na Galeria No.Tre, em Berlim.

- Tudo começou, de forma tímida, na EMEI (Escola Municipal de Ensino Infantil) Inês dos Ramos (...). A gente não tinha nenhuma pretensão de estar levando pra fora, só que percebemos o envolvimento das crianças e aprofundamos fazendo uma mostra (...). Chamou a atenção da mídia e aí a coisa foi tomando um outro volume, né!? (...). Quando surgiu tinha o nome de Projeto Arte. Foi feito com as crianças do ensino infantil, de três a seis anos. Levei alguns autores até lá e eles informaram o pessoal, participaram etc. No final, teve a mostra de arte, onde todos os alunos colocaram as suas obras (...). Aí foram os pais e outras escolas verificar o trabalho deles. Por causa disso, tive a idéia de também estar trabalhando com o ensino fundamental e o ensino mé-

dio. Foi daí que surgiu o Projeto O Brasil e a Mídia, relatou Cibele Mendes, mentora da iniciativa educacional.

Apesar da rapidez com que o Projeto Arte transformou-se no Projeto O Brasil e a Mídia, há duas etapas bem distintas, interligadas por um processo que marcou a ampliação da idéia inicial. No começo, apenas artistas plásticos de São Caetano – como Fabrizio Dell’Arno, Vera Cavalcanti e outros – cuidavam das atividades. Conforme o plano tomou fôlego, Cibele Mendes buscou, junto ao Ministério da Cultura, apoio para a continuidade do trabalho. A Lei Rouanet, que beneficia a Cultura, permitiu o patrocínio de O Brasil e a Mídia. O dinheiro provém de uma parcela dos impostos das empresas transferida à promoção cultural.

A gente começou trabalhando com artistas da cidade, artistas plásticos (...). Aos poucos é que os profissionais atuais foram chegando, através de contatos. Por exemplo, a Rosane Acedo foi convidada para a mostra de arte dos alunos do Inês dos Ramos e ficou apaixonada (...). Quando era Projeto Arte nós fizemos na raça mesmo. Cada artista doou seu tempo. Aí foi mandado para o Ministério da Cultura (...). Agora é um projeto beneficiado pela Lei Rouanet (...). Então a gente vai ver qual empresa vai nos subsidiar. Você recebe uma carta do Ministério e aí vai atrás da empresa, com essa carta, para que ela reverta uma parte do imposto de renda.

Entretanto, mesmo na época



Cibele Mendes

Vernissage – contou com a presença dos pais e de diversos convidados. Várias telas das crianças brasileiras foram vendidas nesta mostra

do Projeto Arte, o trabalho deixou de ser estritamente local. *Quando eu falo em como ele era, o Projeto Arte, ele logo deixou de ser só de São Caetano. Por exemplo, nós já estivemos em diversos lugares, Rio Grande da Serra, Rio de Janeiro etc.* Mesmo com a ampliação do programa original, Cibele Mendes afirmou que São Caetano continuará sendo prioridade. *Agora ... é óbvio que eu vou dar uma atenção maior para São Caetano do Sul. Inclusive porque as escolas que eu coloquei no projeto são escolas estaduais desta cidade.* Algumas ONGs (organizações não-governamentais) de São Paulo também fazem parte das metas. A professora demonstrou interesse em passar um dia na ONG *O Aprendiz do Futuro, do Gilberto Dimenstein. Eles fazem um trabalho muito interessante por lá.*

OFICINAS – As oficinas de arte são realizadas em diversas frentes – artes plásticas, música, teatro de bonecos e literatura -, sendo que os alunos executam trabalhos na área que mais lhes interessar. O resultado final é apresentado para todos os participantes.

- *A gente chega e não sabe o que vai encontrar. Temos um nú-*

mero limitado de vagas, por isso pedimos para que eles se inscrevam (...) Nunca sabemos qual será o comportamento dos alunos (...). Apesar disso, eles escolhem a área no momento da inscrição (...). Mas a primeira coisa feita com o grupo inteiro é a literatura. Então a gente diz: *“Olha, essa literatura é ligada à arte, essa é ligada ao Brasil etc. E nós vamos estar falando hoje sobre a Amazônia (por exemplo). O que é que acontece com a Amazônia? Então vocês vão encontrar diversas coisas. Depois, então, aquilo que chamar sua atenção vocês vêm falar com a gente”.* E eles dizem: *“Pô, isso é legal, não sei quê”* e, em cima disso, damos uma orientação. *“Em que área você vai atuar? Tá bom, agora eu já sei, você já escolheu uma determinada coisa que te “chamou a atenção”.* Então vamos lá para a música (supondo que a área musical tenha despertado maior interesse no aluno). *Aí o Jorge tá preparado para estar trabalhando determinadas músicas ou até compondo uma junto com eles (sempre sobre o tema) (...)* Bem, depois fazemos um piquenique. *Entre esse momento da produção do aluno e o momento da performance existe um*

piquenique. E não é à toa que fazemos isso. É para que haja um contato, uma coisa descontraída, que não fique muito formal. E aí a gente come, bate um papo e tal, até para estar preparando os alunos, porque eles são tímidos. Eles bagunçam, assim, em grupo, mas na hora que você diz: “Vamos lá, agora vamos dançar!”, aí a coisa pega.

No caso do teatro, os alunos vão estar trabalhando também com todas essas informações, terminando por criar marionetes. *Vamos dizer, por exemplo, que o tema seja a escravidão. Então eles vão fazer os personagens: o índio, o negro etc. Dentro disso, o aluno vai estar trabalhando a História do Brasil (...)* E é até legal que os personagens sejam bonecos, porque, assim, os alunos ficam menos intimidados. *Como eles ficam escondidos e os bonecos aparecem, eles curtem pra caramba. Tanto que normalmente pedem para estar vendo as filmagens.*

No tocante às artes plásticas, o procedimento é o mesmo. Uma vez informados sobre o tema, os participantes procuram desenvolver pinturas e trabalhos plásticos em geral. Atualmente, produções com grafite fazem parte das oficinas. *A gente está usando o aerógrafo (instrumento empregado na pintura ou envernizamento, que funciona mediante compressão do ar). As crianças são avisadas e levam camisetas. Em cima de uma produção que elas fazem em rascunho, chamada de máscara, passam, com a orientação do grafiteiro, que é o Mário Vargas Júnior, tudo pra camiseta (...)* Além disso, as arte-educadoras, *Rosana Acedo e Cecília Aranha, estão trabalhando, ao mesmo tempo, com quadros, telas etc.*

Finalmente, há o momento em

que tudo é exposto. *Então todas as camisetas vão estar expostas, as telas produzidas, o pessoal vai estar dançando, outros vão estar tocando. E esse é um momento bonito, porque é sempre uma surpresa. É surpreendente o que pode ser feito num único dia.*

DIVULGAÇÃO – Quando os primeiros passos foram dados, ainda na EMEI Inês dos Ramos, a atenção da mídia local foi despertada pela mostra dos trabalhos realizados nessa instituição de ensino. À medida que o projeto tomou maiores proporções, jornais como *Diário do Grande ABC* e *Folha de São Paulo* noticiaram o evento. Também foi feita uma *home-page* na internet.

- A divulgação do projeto se deu assim: primeiro foram feitos “releases” e a gente jogou pra mídia (...) Depois foi feita uma “home-page”. Através dela, acabamos em Berlim. Com efeito, foi mediante a web que uma brasileira, dona de galeria de arte em Berlim, entrou em contato com o Projeto O Brasil e a Mídia. Uma vez que desejava contar com exposições infantis em seu espaço, resolveu convidar os compatriotas para a realização de uma mostra. A galerista, a Sônia Ventura, nos recebeu lá no ano passado (...) O dinheiro das passagens e a quantia para a gente se manter vieram através de um patrocínio. Mas, na verdade, não foi muita coisa. Só a partir de agora, pela Lei Rouanet, que teremos à disposição um pouco mais de dinheiro (...) Bem, levamos para a Alemanha uma seleção de obras escolhidas pelo artista plástico Fabrizio Dell’Arno (as produções selecionadas corresponderam a uma atividade ocorrida na Escola Estadual Professor Alfredo Burkart).

Uma vez em território germânico, relatou Cibele Mendes, quiseram comprar o trabalho de um garoto brasileiro. *As obras das crianças não estavam à venda, ou melhor, estavam à venda apenas os quadros dos meninos que estavam lá (...) Mas uma determinada pessoa quis comprar a tela de um menino do Burkart que não estava lá. Fiquei pensando: “Meu Deus, o que é que eu faço!?! O menino não tá aqui pra dizer e eu não sei qual é o vínculo dele com a tela. Como é que eu vou vender uma coisa assim?”* Aí eu peguei e disse: “Não, por outro lado, o adolescente vai ficar superfeliz, pois, afinal de contas, é uma tela vendida em Berlim!” Então decidi: “Bom” - eu não tinha como telefonar para o Brasil naquela hora -, “tudo bem, pode vender a tela”. Vendemos e aí eu trouxe metade desse valor, entreguei, chamei os pais, fizemos todo um evento. É, o pessoal foi fotografado, saiu em jornais e tal (...) Metade do dinheiro foi para o garoto e a outra parte ficou com a galeria.



Workshop com as crianças berlinenses

Graças a Deus o menino adorou! A Galeria No.Tre avaliou a obra em 120 marcos.

Nova viagem à Europa deverá acontecer neste ano. A França é o destino, sendo que o objetivo é o aprendizado mútuo. Isso será possível através da Associação Jacarandá, grupo de franceses interessados na cultura brasileira, que convidou os membros do Projeto O Brasil e a Mídia para uma visita a Bordeaux. São franceses que gostam da nossa cultura, apreciam muito o samba e que fundaram essa associação para estar ajudando os brasileiros que chegam na França (...) Quando mandei meu projeto para lá, por “e-mail”, falei: “Vocês me dão um tempo que eu vou mandar passar para o Francês”. Responderam: “Não há necessidade. Pode mandar em Português porque temos diversos membros que compreendem o idioma”. Inclusive o presidente da Associação Jacarandá, o Patrick Mossambert, fala fluentemente a língua portuguesa. E também sabe muito da nossa cultura. A gente tem que tomar cuidado para não passar “carão”.

O contato com os franceses deu-se por meio do sambista da equipe. Em realidade, o músico pertencia à ONG Arte e Cidadania, sempre em comunicação com viajantes da França que vinham passar o carnaval no Brasil. Então ele falou: “Pô, seria superlegal, já que você vai trabalhar com samba, conversar com os franceses (...) Aí ele fez essa ponte, a gente se encontrou e eles toparam fazer esse intercâmbio. Dessa forma, os brasileiros estarão sendo recebidos na fazenda do presidente da Associação Jacarandá em Bordeaux (a viagem, contudo, ainda depende da regularização de alguns documen-

tos). Durante a estadia em terras francesas, estarão promovendo as oficinas de arte em escolas já contatadas pela Associação Jacarandá.

Os franceses adoram samba. O pessoal da Associação, inclusive, sai às ruas, na França, com fantasias e tal. Uma vez, até perguntamos para eles: “Que fantasias vocês utilizam?” Ficamos sabendo que eles tinham apenas uma fantasia. “Ô, gente, vamos mandar um monte pra vocês!”

Outro aspecto da ligação com os franceses é a viabilização da proposta das arte-educadoras Cecília Aranha e Rosane Acedo. Ambas escreveram, em parceria, um livro sobre intercâmbio entre países. Uma das idéias desenvolvidas pelas autoras é a troca de informações por meio de cartões-postais. Como a França está em pauta, a proposta poderia envolver jovens e crianças brasileiras e francesas.

- Seria interessante que as crianças falassem a respeito de seus países através dos cartões-postais, comentou Cibele Mendes. Por exemplo: aparece a Torre Eiffel e o menino vai estar passando para cá. Vai mandar um cartão-postal para uma criança que ele não conhece. O que ele vai dizer da torre? Como ele vai explicar e tal? (...) Do outro lado, o menino brasileiro pega Brasília. O que é que ele vai dizer? Qual é a história dessa cidade? (...) A única orientação que eles vão receber é uma indicação para as pesquisas. No mais, eles próprios terão que se virar (...) Cada um escreve na sua própria língua, porque a gente tem aqui as autoras, que falam fluentemente o Francês, e eles têm lá vários membros da Associação Jacarandá que conhecem a fundo o Português.



Galeria No.Tre, localizada em Berlim, Alemanha

Cibele Mendes

PERSPECTIVAS – O contato com a França acabou por abrir portas a novas perspectivas. Mesmo não tendo ainda sido concretizada a excursão a Bordeaux, a divulgação que a Associação Jacarandá fez do evento na Europa despertou a curiosidade de outras instituições. Desse modo, italianos de uma associação sediada em Roma demonstraram interesse em promover atividades conjuntas. *Disseram que seria ótimo um intercâmbio conosco. Como a gente só pode viajar uma vez por ano, de acordo com as normas do Ministério, se a gente for para a França agora, somente em 2003*

poderíamos ir à Itália. Mas, de qualquer forma, seja em 2003 ou 2004, provavelmente que iremos a Roma.

Além das realizações no exterior, algumas participações em iniciativas nacionais também serviram para divulgar o trabalho e torná-lo requisitado. Foi o caso do Projeto Arará, coordenado por Luís Carlos Arade, funcionário do jornal carioca *O Dia*. *Esse jornal, disse Cibele, tem um trabalho com a comunidade. Há profissionais que lidam com dança, ballet etc. E o professor Luís Carlos Arade, que é o diretor dessa parte cultural, nos convidou para estar trabalhando com as crianças da favela em que ele faz esse trabalho de dança. Então fomos até lá e fizemos as oficinas de arte, com música, artes plásticas, teatro, literatura e executamos a performance num segundo momento (...) E o que foi mais legal ainda é que essas crianças já estavam acostumadas a receber cultura (...) Eles foram super-receptivos, supercriativos, aliás, como é de se esperar do pessoal de favela (...) Fizemos um trabalho muito bonito. E está tudo registrado (Pesquisa e texto realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul).*



Piquenique realizado durante o workshop

Cibele Mendes

Retrospectiva: Onze Salões de Arte Contemporânea no município

Neusa Schilaro SCALÉA (*)

Os Salões de Arte de São Caetano do Sul ocorreram em um momento de grande efervescência no universo artístico de São Paulo e do Brasil. O primeiro Salão, em 1967, nasceu no fértil terreno preparado pelas Bienais Internacionais de SP (desde 1951) e por espaços como MAM-SP (1946), MAM-RJ (1949) e MASP (1954). Respirava-se nesse período uma *modernidade* cujo aroma lembrava a Semana de 1922.

Os salões surgiam quando ainda se discutia a autenticidade ou inautenticidade da produção artística - ou da própria cultura brasileira -, acusada de alienação e submissão *eurocentrada* (entre outras questões estéticas), e foram importantes justamente por abrir espaços e criar condições de responder positiva ou negativamente a essas e a outras inquietações. Os salões, em São Caetano do Sul - fora, portanto, do circuito cultural da capital paulistana -, possibilitaram o contato de público e artistas com os contemporâneos, suas propostas, técnicas e temas. A vanguarda abria caminhos, dentro da Arte Moderna, com rupturas que possibilitaram a chegada à pós-modernidade de forma menos traumática.

A produção que aqui podemos, hoje, com naturalidade, apreciar, deve-se não só à qualidade dos artistas e de suas obras, mas também aos críticos, curadores e produtores culturais dos Salões, que tiveram a felicidade de realizar escolhas em período altamente fértil da Arte brasileira e colocá-las ao alcance de nossas vistas, por vezes antes mesmo da participação dos artistas nas Bienais internacionais.

Aracy Amaral, no catálogo (e li-



Capa de catálogo e cartaz do 1º Salão de Arte Contemporânea de São Caetano do Sul, ano de 1967



Capa de catálogo e cartaz do 3º Salão de Arte Contemporânea de São Caetano do Sul, ano de 1969

vro) da Mostra de Arte Brasileira, realizada no *Musée d'Art Moderne de la Ville de Paris* (entre 10 de Dezembro de 1987 e 14 de Fevereiro de 1988), escreve:

A década mais vibrátil para o meio artístico brasileiro, depois do modernismo, foi por certo os anos 60. Vários fatores contribuíram para isso e a emergência do movimento "pop", com a liberação explosiva de quaisquer materiais e suportes para feitura de obras de arte, assim como os eventos sócio-políticos mundiais e nacionais contribuíram decididamente para essa vaga de criatividade. Período por excelência das vanguardas pontilhadas de "happenings", manifestações de rua e ambientais (...) No campo das artes visuais essas atuações se estendem de 1963 (data do primeiro "Happening" com Wesley Duke Lee, que depois fundaria o Grupo Rex com Resende, Fajardo, Nasser e Leiner) até 1971 (...)

Toda uma geração emerge dentro do clima dos anos 60 nos dois grandes centros do País, São Paulo e Rio de Janeiro: Antônio Dias com uma figuração agressiva e dramática atingindo a tridimensionalidade: Gerchman, Antônio Manuel, Vergara, Escotégui, no Rio de Janeiro. Em São Paulo essa geração estaria representada por Tozzi, Aguilar, Antônio Henrique Amaral, Nelson Leirner, Tomoshigue Husuno, Marcelo Nistsche (...) Sem se constituírem um grupo mas com uma figuração expressiva ou denunciadora de situações contemporâneas (...) Para esses artistas que se lançavam em experimentação em arte ambiental, pinturas, serigrafias, objetos, ou manifestações de rua o mercado de arte praticamente não existia.

O abstracionismo gestual, informal, aparece como uma alternativa ao rigor do geométrismo abstrato e se poderia mencionar, entre outros artistas, Maria Leontina, Ianelli, Di Prete

e Sheila Branigan. Esse é também um período (1960) de emergência de artistas nipo-brasileiros, de São Paulo, nascidos no Japão porém formados profissionalmente no Brasil (...) Data dessa época o surgimento da gravura abstrata brasileira (...) A implantação do abstracionismo no Brasil com seus marcos (...) Ateliê Abstração de Samsom Flexor nos fins dos anos 40, I Bienal em 1951 e Grupo Ruptura em 1952, em São Paulo, e no Rio de Janeiro a I Exposição Nacional de Arte Abstrata, em 1953, e o Grupo Frente em 1954-56 (...) A partir de então (surge) uma escola de gravadores de primeira linha como Edith Behring, Fayga Ostrower, Ana Bela Geiger, Ana Letycia, Rossini Peres, entre outros de São Paulo como Delamonica, Maria Bonomi e A H. Amaral - saída das escolas de Arte Moderna da capital paulista e partindo para centros diversos, como Nova Iorque ou Paris, para sua radicação.

Se alguém pretende afirmar que os artistas presentes nos salões de São Caetano do Sul, através de suas obras, no momento de sua participação não eram conhecidos ou reconhecidos, estará mal-informado e, talvez, mesmo sem intenção, irá desmerecer o valor desses salões e também o do acervo que deles resultou.

As técnicas, os temas e os materiais diversificados presentes nas obras expostas nos Salões talvez já prenunciassem, ao observador atento,



Capa de catálogo e cartaz do V Salão de Arte Contemporânea de São Caetano do Sul, ano de 1971

as características mais marcantes daquele momento artístico: atemporalidade; valorização das superfícies e conseqüente perda de conteúdos; descontinuidade, ou seja, fragmentação e, portanto, ausência da monotonia (embora as várias mídias empregadas pudessem levar a procedimentos contrários); e a intensa e constante preocupação com a instantaneidade. Esses pressupostos pós-modernos levam a uma situação paradoxal: haverá obrigatoriedade de repertório anterior para a leitura e fruição das obras? A frase *não há olhar inocente*, isto é, nada há sobre a terra que os olhos já não tenham visto, reafirma esse paradoxo: se já foi visto, há referência e ,se há

referência, haverá interpretação. Dessa forma, a instantaneidade e a superficialidade estarão atreladas ao elenco de conhecimentos.

Se esses pressupostos pós-modernos parecem estagnantes e efêmeros, há em sua defesa um princípio que não abandona o fazer artístico, o desamor à inovação e à premente necessidade, nada superficial, de criação.

Outro engano seria classificar estes trabalhos de *datados*. Pertencem, certamente, a um período - alguns trazem signos e símbolos -, mas emanam de vanguardas, são verdadeiros em sua experimentação e impregnados de soluções instintivas, permanecendo na emoção estética, social ou psicológica que os induz. Têm, portanto, inerentes a si, a atemporalidade.

Nada mais produtivo e arejado do que poder, dentro dos tempos pós-modernos (e alguns até já classificam esse nosso momento de *pós pós*), percorrer um caminho que, se foi árduo para os artistas, para nós é grato e bastante elucidativo.

Muito oportuna - e seguramente sólida em intenções -, esta retrospectiva, inaugurando um novo espaço expositivo, instigará o público a discussões e ampliará o repertório do visitante (fundamentos necessários à fruição artística).

Cumprem, assim, as instituições, sejam museus de arte, pinacotecas ou centros culturais, a nobre e necessária função de ampliar o ambiente didático e levar ao visitante não só respostas, mas também indagações.

Bibliografia

- AMARAL, Aracy. *Modernidade*. Musée d'Art Moderne de la Ville de Paris: Ed. Hamburgo, Paris, 1987.
 BARBOSA, Ana Mae, / SALES, Heloisa Margarido. *O ensino da Arte e sua História*. Museu de Arte Contemporânea da USP, SP, 1990.

(*) Neusa Schilaro Scaléa é museóloga especializada em Museus de Arte. Formada pelo MAC da Universidade de São Paulo



Capa de catálogo e cartaz do VI Salão de Arte Contemporânea de São Caetano do Sul, ano de 1973

São Caetano do Sul, cenário do primeiro filme brasileiro de bonecos animados

O artigo que se segue é uma adaptação das declarações do advogado e historiador Mário Del Rey acerca de sua experiência na criação de desenhos animados. O depoimento foi colhido no início do corrente ano.

Aos 12 anos ganhei um livro espanhol que explicava como se faziam desenhos animados. Neste livro havia uma página com todos os detalhes do gato Félix (de Max Fleisher) para fazer animação, com desenhos para colorir. Tais desenhos foram reproduzidos e coloridos pelo entrevistado. Nessa época, Mário já fazia curso de desenho e pintura com um professor que atendia na Rua Baraldi (ao lado do atual Bingo São Caetano). Só alguns anos depois frequentaria a Faculdade de Belas Artes de São Paulo.

Aos 15 anos, sua paixão pelos desenhos animados e história em



quadrinhos era total. Incentivado pelo pai, fez curso por correspondência junto a uma escola norte-americana, aprendendo desde a feitura dos personagens até técnicas de animação e filmagem dos desenhos nos acetatos. Nessa época, tinha um sonho: ser um Walt Disney brasileiro. Não parou de pesquisar o

assunto. Em 1963, o pai, Ignácio, e o tio, Felipe, apresentaram-lhe José Vedovato. O cenógrafo, famoso na Vera Cruz, era também cliente das lojas Irmãos Del Rey. Desse encontro nasceria o Del Rey Estúdios.

Mário Del Rey, além de se interessar pelos desenhos, apreciava também os filmes de bonecos animados. E, como nesse caso eram necessários cenários em miniatura, além de técnicas de iluminação de cenas, as amizades e o conhecimento do sr. José Vedovato foram fundamentais. Formou-se a parceria ideal. Felipe Del Rey também se associou ao empreendimento, emprestando aos bonecos sua habilidade em tornearia e modelagem.

Para o entendimento do processo de produção de um filme, primeiramente temos que explicar que um filme é feito de milhares de fotogramas. Cada fotograma é uma foto (por exemplo, de um braço). Na filmagem de uma pessoa levantando um braço, os



fotogramas passam numa velocidade de 24 quadros por segundo. Se, no exemplo do braço, para levantá-lo rapidamente gasta-se um segundo, teremos 24 imagens do braço nas variadas posições, do início ao final do movimento. O mesmo ocorre nos filmes de animação. Era assim que se fazia antigamente, principalmente nos estúdios de Walt Disney (...) *A Branca de Neve*, ao gastar dois segundos para levantar o braço, requeria que fossem feitos 48 desenhos do braço nas várias posições! (...) Mais tarde, com *Hanna & Barbera*, os desenhos foram reduzidos e, no caso de um braço levantando em dois segundos, eram feitos apenas 12 desenhos, sendo cada um filmado quatro vezes. Na velocidade que passam os fotogramas, a sensação de movimento é praticamente a mesma, só um pouco mais antinatural, o que inclusive fica melhor para os filmes de animação.

Basicamente essa foi a técnica utilizada por Mário Del Rey. Todavia, em vez de desenhos em acetatos e cartolinas, eram utilizados bonecos articulados, mudados de posição a cada quatro fotogramas, em cenários em miniatura, normalmente feitos de isopor e depois pintados pelas mãos habilidosas do cenógrafo José Vedovato.

O Del Rey Estúdios estabeleceu-se em casa de propriedade de Felipe Del Rey, no Bairro Santa Maria, em São Caetano. Nas dependências do imóvel, posteriormente ampliado com a construção de um galpão, foram feitas experiências que culminaram na produção do filme *Volta à Escola*.

No que tange a essa produção, tenho o orgulho de afirmar que esse filme, Volta à Escola,



foi o primeiro filme de bonecos animados brasileiros. (...) Foi feito em São Caetano do Sul, com exceção da montagem e sonorização, que foram feitas em São Paulo.

Em princípio foram feitas várias experiências de animação, especialidade de Mário, que havia feito curso e desenvolvido estudos e pesquisas sobre o assunto. Depois veio a idéia de fazer história sobre uma bruxa que gostava de assustar crianças. Aí começou a entrar a parte do José

Vedovato, isto é, os cenários em miniatura. Felipe Del Rey encarregou-se de fazer os bonecos articulados.

Construímos muitas rodagens de cenas que davam para constituir uma história. Aí, através das amizades de Vedovato, foram contatados Máximo de Barros, famoso editor de filmes que, com ajuda de Ana Maria Pimentel, deu uma melhor seqüência nas cenas, formando uma história educativa para crianças (...) A gente dizia que era muito importante se aplicar aos estudos e não faltar nas aulas. A duração do filme é de apenas oito minutos, mas levou dois meses para ser feito (...) Foi no ano de 1964.

Na verdade, tratava-se de um filme experimental oferecido à TV Excelsior (canal 9). A idéia era fazer um seriado semanal. A direção da emissora gostou do filme e se interessou em comprar uma série, no entanto, exigiam pelo menos 15 filmes já prontos. Isso foi desanimador, na ocasião, devido aos altos custos para a realização de cada filme.

A relação do mercado dos filmes naquela época... (...) Existia um seriado de aventuras espaciais norte-americano que pas-



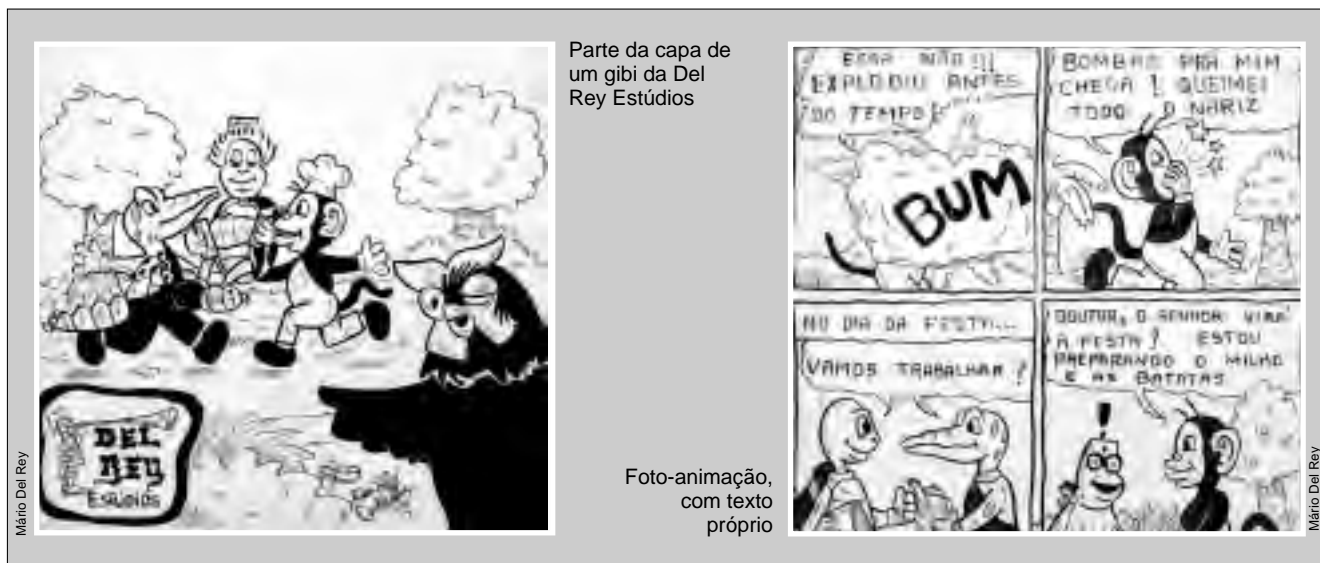
sava na TV brasileira (...) Já havia uma tradição sobre o assunto (...) No tocante à história das animações, tudo começou nos Estados Unidos, em 1907, com James Stuart Blackton, que fez o filme *Haunted Hotel*, em que objetos e móveis se mexiam através de animação. Em 1911, Ladislav Starevich, então diretor do Museu de História Natural de Kovno, na Rússia, fez animações tendo como modelos insetos. Animado com esse trabalho, foi para Moscou, na época o centro da produção russa de filmes. Lá realizou, em 1911, o filme *O gafanhoto e a formiga*, prestigiado pelo Czar Nicolau II, e depois exibido em Paris. Foi o primeiro filme russo exibido no exterior.

Os filmes de bonecos animados têm uma grande tradição na Europa Oriental, ali tendo se destacado especialmente na Polônia e na antiga Tchecoslováquia. Os nomes de Jirí Trnka, Hermína Týrlová, Teresa Badzian e Wasilewski são mundialmente famosos (...) Voltando a falar da Del Rey Estúdios, depois da dificuldade em fazer um seriado para a TV Excelsior,

promovemos um comercial de televisão e também a apresentação de um longa-metragem chamado *Deus e o Diabo de Vila Velha* (...) *O Vedovato* estava, na época, ocupado com uns cenários para o *Mojica Marins* (Zé do Caixão) (...) *Cenários que eram feitos dentro de um ex-templo* (...) *Eu comecei a fazer experiências com filmes de desenhos animados, no nosso estúdio, e a fazer histórias em quadrinhos na Rua Niterói, 20, Bairro Centro, São Caetano* (foram feitos dois gibis que não tiveram muito sucesso). Nessa época, os integrantes do estúdio conheceram o ator Carlos Miranda (que fazia o seriado e os filmes do *Vigilante Rodoviário*) e, em conjunto, trabalharam no projeto de um filme que deveria ser protagonizado por Miranda. Além do material cinematográfico que possuíam, compraram uma filmadora inglesa Sinclair, que havia sido trazida ao Brasil pelo cineasta Cavalcanti.

Nesse filme contamos com a ajuda das firmas Brasinca (o carro Uirapuru, dessa firma, ia ter destaque no filme) e Rhodia (a atriz iria usar produtos Vali-

sère). Infelizmente, na época de fechar o negócio houve uma crise automobilística e a idéia não foi para frente (...) Devido aos contratempos e também ao ingresso de Mário no curso de Direito, o estúdio foi desativado. Venderam tudo para a extinta TV Excelsior. *O Vedovato* continuou sua carreira e hoje consta de muitos dicionários de cineastas como diretor, produtor, cenógrafo etc. (...) *O Volta à Escola*, apesar de ter recebido elogios do presidente da Comissão Estadual de Cinema, em 1965, e de ter sido mencionado em vários jornais, nunca vi ser citado em qualquer livro sobre a história do Cinema nacional (...) Uma cópia parece que ficou com a *Folha* e não foi devolvida (...) Outra cópia parece que foi entregue à Cinemateca (...) Uma terceira cópia, com os negativos, foi entregue à Fundação das Artes de São Caetano do Sul, ainda no tempo em que Mário Del Rey era um dos curadores da instituição. Infelizmente, todo esse material foi extraviado (Pesquisa e texto realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória).



Parte da capa de um gibi da Del Rey Estúdios

Foto-animação, com texto próprio

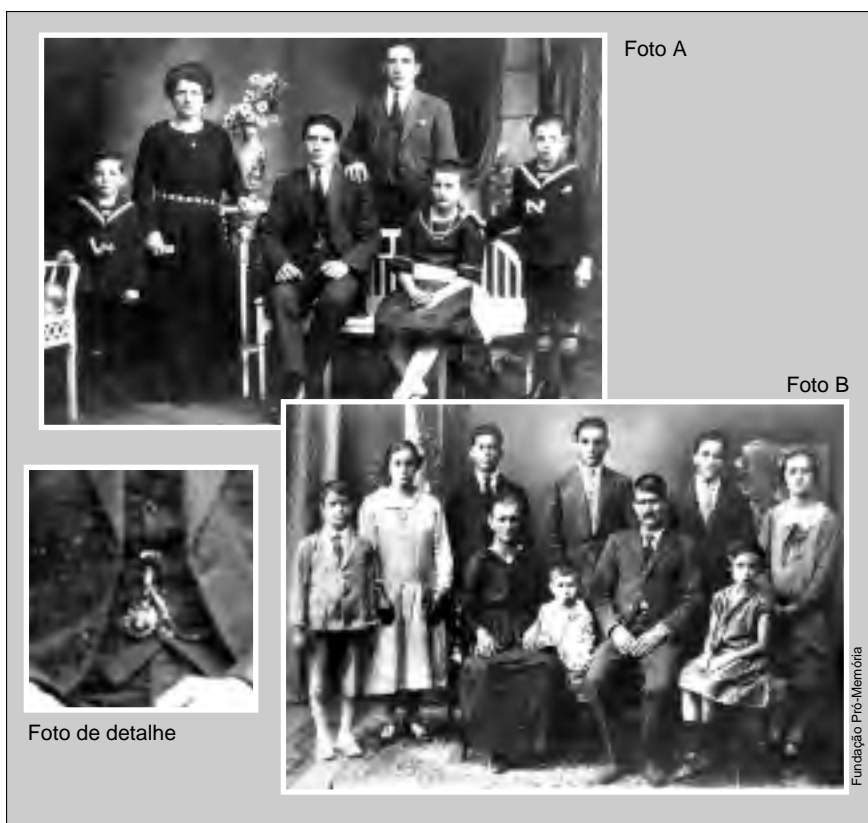
A Fotografia e a Cidade II

As duas fotografias que ilustram este artigo oferecem leitura que transcende a idade de ambas. Idade que pode ser imediatamente calculada não só pelos trajes, mas também pelas posturas, distribuição das pessoas nas cenas e, enfim, por toda uma atmosfera característica de certo momento da vida cotidiana da cidade.

Ambas foram realizadas por volta de 1890 e retratam famílias. Pode-se até arriscar um palpite: famílias de origem europeia. E há o cenário: simulação de janelas, cortinados, pinturas que dialogam intimamente com móveis e objetos.

A admirável qualidade da iluminação neutraliza sombras. Tecnicamente diríamos que as *luzes altas*, habilmente distribuídas, possibilitam clima uniformemente adequado. Atestados de sensibilidade e técnica de ótimos profissionais.

Fotos de família foram sempre muito importantes. Dia e hora eram marcados, preparavam-se as roupas, os homens compareciam ao barbeiro e as mulheres caprichavam no penteado (a maquiagem era proibida a senhoras e moças). A *sessão de fotos* dificilmente incluía mais de uma *chapa*. O preço de uma chapa fotográfica (filme) era bastante alto, a sensibilidade pequena e, portanto, todos deveriam ficar imóveis (fazendo poses) para não haver o risco de desvio no foco ou de foto tremida. A partir daí, o trabalho do fotógrafo seria na revelação e no retoque físico ou químico.



Notem que, na foto B, há uma senhora, presumivelmente a mãe, de pé, à esquerda, e, sentados, dois filhos, sendo que um deles ocupa a cadeira da direita e parece ser o primogênito.

Na foto A, pai e mãe estão sentados lado a lado, procedimento usual na maioria das fotos de família. Na foto B, a mãe não está no mesmo plano do filho mais velho, que estaria sentado no lugar destinado ao pai. E o pai? Não está presente na foto? Sim, está. Notem o detalhe da corrente – por certo de ouro – que o rapaz traz no coleto, sob o paletó. Dela pende a foto de um homem ausente fisicamente. Evidentemente, a mãe

não está sentada ao lado do filho mais velho (Freud teria explicações mais complexas...), mas o posto do patriarca está ocupado por aquele que carrega sua efígie.

Nossos registros, parcimoniosos neste caso, não esclarecem toda a história. Com efeito, talvez depoimentos de familiares possam vir a comprovar ou desmentir essa leitura. Mas são dados paralelos aos acontecimentos, implacáveis registros fotográficos que param o tempo e levam a devaneios nos mistérios da memória. (*Pesquisa e texto realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória*)

Força feminina

combate o câncer há 30 anos



Depoimentos

A história oficial da Rede Feminina Regional de São Caetano do Sul, parte da Associação Paulista de Combate ao Câncer, começou no dia 15 de Abril de 1971. Se bem que antes dessa data já existia um forte grupo de senhoras sancaetanenses que, de maneira anônima e, em muitos casos, individualmente, dedicavam tempo e esforços para arrecadar bens e objetos encaminhados ao Hospital do Câncer, em São Paulo.

Depoimentos diversos dão conta da existência de uma primeira tentativa de organização de uma entidade com essa finalidade. Tivemos a sugestão que foi passada pela sra. Dami, presidente de uma rede feminina que existia na cidade de Osasco, à sra. Tosca Moretti, de São Caetano do Sul. Até mesmo uma reunião na casa da sra. Edna Lorenzini, na Rua 28 de Julho, 208, no Bairro Fundação, chegou a acontecer mas, devido a diversas dificuldades, o projeto não foi em frente.

Anos mais tarde, o dr. Antônio Prudente - que havia fundado a Rede Feminina de Combate ao Câncer, em companhia da esposa, Carmem Prudente - veio até São Caetano, forte reduto de voluntárias, a fim de participar daquela que seria a reunião que concretizaria o antigo sonho. Essa reunião aconteceu no dia 15 de Abril de

1971, na residência da Rua Monte Alegre, 90, no centro de São Caetano. Ali, por aclamação, foi eleita para presidir a nova entidade a sra. Santina Giampietro Moretti. Na ocasião, recebeu de dona Carmem plenos poderes para representar o Hospital do Câncer na cidade.

DIRETORIA - A presidente Santina convidou todas as mulheres presentes à reunião para comporem a primeira diretoria, que ficou assim constituída: vice-presidente, Zuleika Barile; secretária, Nelly Vilela; vice-secretária, Solange Sígulo; tesoureira, Celestina Dal'Mas; vice-tesoureira, Ofélia Barile; diretora social, Olga Olson Meira; relações públicas, Vilma Silveira de Isais. Foram eleitas também as seguintes conselheiras: Cândida Fedato, Jandira Sotto Maior, Evani Cury Calil, Iracy Brisola Munhoz, Judith Pina Dal'Mas, Sílvia Arruda Santos, Maria de Lourdes Espósito,

Zilda S. Villas Boas, Lucy Puga Pinto, Guiomar Lorenzini Luiz, Hilda Ghioto, Jandira Mancuso, Anésia Lorenzini Pucetti, Amália Barutti, Irene Munhoz Emiliani, Terezinha Pires, Flávia Ricci, Neusa Faria, Olga Pina, Maria Braido, Elvira Braido, Mirian Falchero, Ivete Kirche, Ivone Cristoffi, Iracema Vincenzi e Josefina.

As informações aqui apresentadas estão na Ata da Primeira Reunião da Rede Feminina Regional de São Caetano do Sul. Faz parte deste documento a informação de que cada associada contribuiria com cinco cruzeiros (dinheiro da época) por trimestre. Além disso, as mesmas deveriam realizar, mensalmente, uma atividade com objetivo de angariar verbas. A primeira promoção programada foi um chá, realizado no dia 14 de Maio daquele ano, nos salões do Edifício Di Thiene, localizado no mesmo endereço da primeira reunião: Rua Monte Alegre, 90.



Durante jantar festivo do Lions Club de SCS - Santa Paula, em 26 de Abril de 1989, Carmem Prudente recebe cheque das mãos da então presidente da entidade, Santina Moretti

Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul



XIV Simpósio da Rede Feminina Nacional, em Recife, Pernambuco, no período de 14 a 17 de Outubro de 1986. Na primeira fila a comitiva de São Caetano do Sul

Lendo a ata da segunda reunião, ficamos sabendo que o evento rendera a quantia de 607 cruzeiros. O montante, somado à venda dos livros (Culinária e Bebê), cuja arrecadação foi de mil cruzeiros, destinava-se à sra. Carmem Prudente.

Consta ainda nessa ata que na reunião do dia 27 de Maio de 1971 foram eleitas novas conselheiras: Noêmia Crepaldi, Dora Cipulo, Zuleika Pires, Maria Mirtes Berner, Isaura Rodrigues, Terezinha Pires, Odete F. Paes, Yolanda Buso,

Elvira Camargo Gonçalves, Maria Mechi, Verotti, Mafalda L. Cazella, Anastácia Gomes e Irene Buzon.

Esse encontro terminou com a presidente informando que a nova ação seria uma *chocolatada* nas dependências do Clube da General Motors, no dia 17 de Junho.

Do terceiro documento desta ata, destacamos a entrada de mais algumas conselheiras: Helena Kakumo, Alzira Pires, Leila Dario Foroni, Neusa Faria, Anália Barutti, Claire Netti

Cruz, Ivete Sperati, Jorema Pereira, Brasília B. de Petta e Bella Pena. Naquele dia, oito de Junho, anunciaram que saíam do conselho as senhoras: Iracy Munhoz, Terezinha Pires e Flávia Ricci.

A leitura das atas é um passeio por entre números e muitas realizações. A cada mês um novo chá, um novo evento, mais arrecadação e mais doações ao Hospital do Câncer. Todo esse esforço foi premiado. Graças a esse constante empenho, aconteceram vários reconhecimentos para o grupo. Suas integrantes receberam homenagens em forma de prêmios, como por exemplo no ano de 1997, quando, no Almoço Anual da Rede Feminina, que reuniu voluntárias de todo o Estado, São Caetano do Sul foi agraciado por ter sido a cidade que mais arrecadou bens em espécie. Esse prêmio foi conquistado pela administração da atual presidente: Neusa Lacava (*Pesquisa e texto realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória*).



Ao microfone, a atual presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul, Neusa Lacava, durante o 16º Simpósio Nacional da Rede que aconteceu em Blumenau, Santa Catarina, no final de Agosto de 1990



São Caetano participou do 9º Encontro da Rede Feminina de Combate ao Câncer, no Hotel Serra Azul, em Gramado, Rio Grande do Sul, período de 11 a 13 de Novembro de 1976

Relato sobre a família Capella na década de 30

Roberto CAPELLA (*)

Meus pais, João Roberto Capella e Adiléia Capella, vieram de Portugal para o Brasil em 1915. Foram morar em Osasco, depois no Brás e, em seguida, em Mogi das Cruzes. Vieram para São Caetano do Sul em 1931. Meu pai alugou uma chácara onde hoje é o pavilhão da Antiga Cerâmica Americana. Naquela época só havia a fábrica de curtume, que fazia divisa com o Rio dos Meninos. A nossa chácara fazia divisa com o curtume até a Rua Major Carlo Del Prete. De um lado era a Rua Conceição, do outro o terreno da fábrica do Dal'mas, ainda não construída. Nosso pomar era muito grande, com mais de 300 pés de frutas de várias qua-



lidades. Tínhamos também uma chácara com plantação de verduras.

Meu pai possuía umas 30 cabeças de gado e nós vendíamos leite pelas ruas da cidade. Éramos em oito pessoas na família: meus pais e os filhos Elias, Alberto, Mário, Lídia, Linda e eu, Roberto, o caçula.

Meu pai era leiteiro e percorria as ruas da cidade para a entrega do leite. Ele ia com a carroça entregar o leite, na parte da manhã, acompanhado de minha irmã Lídia. À tarde ia eu. Nossa chácara fazia divisa, na Rua Conceição, com o terreno da família Ferrari, que tirava areia e barro do local para a fabricação de tijolos em sua olaria.

Passei minha infância toda junto à família Ferrari. Brincávamos, jogávamos bola, nadávamos nas lagoas onde era tirado o barro. Praticamente crescemos juntos, eu e o Narciso Ferrari, o Toni, o Humberto, o Rubens. E somos amigos até hoje. Naquela época a vida era muito dura, pois todos tínhamos tarefas para ajudar no sustento da casa.

Meu pai cuidava da chácara, entregava o leite e ajudava a engarrafá-lo. Meus irmãos cortavam o capim para o gado e ajudavam a tirar o leite e engarrafá-lo. Nós tínhamos muito medo quando vinham os laçadores da Prefeitura para laçar o gado.

Ficamos mais ou menos 12 anos na chácara. Depois, meu pai vendeu tudo e comprou terreno na junção das ruas Conceição e Santo Antônio (hoje Avenida Senador Roberto Simonsen). Montou um bar e mercearia, onde trabalhei durante





Roberto Capella, à direita, e Hélio Noville. Time do Cruzeiro

Família Capella



Chácara do Fiorotti (Time de veteranos. Aproximadamente 1990). Da direita para a esquerda: Odilom Cotrim, Escovinha, Wilson, Melani, Plínio, Roberto Capella, William. Agachado: Orlando

muitos anos junto com meu irmão Mário.

Estudei no Grupo Escolar Bartolomeu Bueno da Silva, na Rua Monte Alegre. Terminei o curso e fui estudar na Escola Técnica Getúlio Vargas, na Rua Piratininga, no Brás, onde me formei ferramenteiro. Trabalhei na Ford por mais ou menos 11 anos. Depois fui para a Volkswagen, onde me aposentei. O futebol também teve momentos marcantes em minha vida. Joguei no infantil do Ypiranga e no juvenil do Cruzada, junto com Toninho Zapparolli, Américo, Valter, Irineu etc. Depois joguei pelo Cruzeiro FC, disputando o campeonato matutino da cidade e enfrentando clubes como Ipiranguinha, Tamoio, São Cristóvão, América, Nacional, Bomsucesso e Comercial. Sinto muita saudade daquela época, pois não havia tanta maldade nas pessoas. A gente se dava com toda a vizinhança. Quando um conhecido ficava doente, logo era recebido por todos os amigos. Gostava muito de baile e costumava dançar no Guarani, no São Caetano, no Lázio e no General Motors (on-

de encontrei uma namorada que é hoje minha esposa).

Crencemos e casamos. Meu irmão mais velho, Elias (falecido), casou-se com Antônia (falecida), tendo os filhos Sidnéia e Sidnei. Meu outro irmão, Alberto, casou-se com Bruna Cavassani, tendo uma filha: Ivani. Meu irmão Mário casou-se com Esmeralda Ribeiro (falecida), tendo os filhos Ademir,

Eleni e Vlademir Capella, que é diretor de teatro.

Minha irmã Lídia casou-se com José Reinaldo, que era músico e tocou no conjunto de Francisco Petrônio. Teve dois filhos: Neusa e Edécio.

Minha irmã Linda casou-se com Irio Coppini e teve dois filhos: Tânia, casada com João A. Ferreira de Mattos, filho da soprano Josefina Spagnuolo, e Telma, casada com Celso Preniceto.

Eu, o caçula, casei-me com Carmem Cecília. Temos dois filhos: José Roberto Capella, gerente de vendas, casado com Rosane La Porizi e pai de Ariane e Advair; e Vânia, casada com José Carlos Dias Reis, engenheiro e empresário, dono da firma Engelcad Alimentação. Os filhos do casal são Fernando e Carlos Eduardo.

Este é um pequeno relato de minha família. Sinto muita saudade daquele tempo que não volta mais.



Fundação Pró-Memória

Vista aérea da chácara onde morava a família Capella, ao lado da Indústria Agroquímica Dal'Mas. Ao fundo, o curume e em primeiro plano a Rua Major Carlo Del Prete

(*) Roberto Capella, aposentado, filho de João Roberto Capella e Adeléia Capella



Fundação Pró-Memória

José Lozano em depoimento à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul no dia 19 de Março de 2002

José Lozano: 60 anos como açougueiro na cidade

Nasci em 23 de Agosto de 1932, em São Caetano do Sul, precisamente na Rua Rio de Janeiro, na antiga Vila Paula, hoje Bairro Santa Paula. Meus pais eram espanhóis de Badajós e Granada (...) Joaquim Lozano e Henriqueta Perez Lozano. Meu pai era soldador e trabalhou muito tempo na Fichet, de Santo André, e também na construção dos pavilhões industriais da General Motors, no final da década de 20. Éramos em seis irmãos: Antônio, Nena,

Joaquim, Manoel, Néelson e eu. Destes apenas o Antonio faleceu, os demais foram criados nesta casa da Rua Rio de Janeiro até a mudança da minha família para a Rua Saldanha da Gama, em 1938, no mesmo bairro (...) Hoje essa rua chama Marechal Deodoro (...) Estudei o curso primário no Grupo Escolar da Vila Barcelona, na Avenida Goiás, onde hoje está localizado o Edifício Marrocos, próximo à esquina da Rua Tiradentes (...).

Comecei a trabalhar quando criança, apanhando carvão-coque na linha do trem para vender para os ferreiros da cidade, que o utilizavam para aquecer as fornalhas e ventoinhas utilizadas na fabricação de ferraduras para os cavalos. Eu saía pela cidade também para recolher vidros, latas velhas, ossos e engraxar sapatos (...) Chegava em uma casa, recolhia até dez pares de sapatos (...) A maioria das famílias já era conhecida e isso facilitava o meu trabalho (...) Lembro-me também que peneirei muita areia, na Casa Laranjeira, para construção de casas (...) E ainda ajudava na entrega de material pelas várzeas de Utinga, Camilópolis (...) Tudo transportado em carroças com tração animal.

O meu primeiro emprego em açougue começou na Vila Paula mesmo. Fui convidado, aos 12 anos de idade, pelo dono de um açougue da Rua General Osório e lá, de calças curtas, comecei lavando as paredes e entregando carne a do-



José Lozano, à esquerda, em atividade no açougue dos Lorenzini, na Avenida Conde Fransisco Matarazzo. Década de 50. À direita, João Gomes, também funcionário do açougue

José Lozano

micílio (...) Fiquei por ali durante mais ou menos quatro anos. Essa época coincidiu com o tempo da Segunda Guerra Mundial (...) Era difícil sobreviver (...) E eu tinha que entregar as carnes de madrugada, pois, com a carência desse alimento, as filas que se formavam em frente ao açougue começavam à meia-noite e iam até a hora do almoço (...) Saía de bicicleta pela madrugada, com qualquer tempo, chuva, frio, e as ruas eram todas de terra, esburacadas, enlameadas (...) E o que eu sofria de tombos não era brincadeira, principalmente nas valetas feitas pelas rodas das carroças (...) Todos os açougues de São Caetano, na década de 40, recebiam carne do antigo matadouro de Utinga, pertencente a Júlio Martinelli. Posteriormente, a Cia. Swift do Brasil tomou conta do local.

Eram muitas as dificuldades no tocante ao abastecimento de carne naquela época. De fato, as carnes frigorificadas e enlatadas perdiam posição na produção nacional devido à redução das exportações e à falta de hábito do brasileiro em consumir esse tipo de alimento. A chamada carne verde e a carne de sol eram produtos mais apreciados pelo consumidor interno. O processo de modernização do setor de carnes, no Brasil, foi muito lento em relação à aceitação das carnes frigorificadas e congeladas. Isso explica a ascensão, na época, dos matadores municipais e dos charqueados com abatedouros de gado. Em 1950, existiam no Brasil apenas 19 matadouros-frigoríficos em funcionamento. No Estado de São Paulo, apenas cinco ci-



Avenida Francisco Matarazzo, em frente ao açougue dos Lorenzini, década de 50. Da direita para a esquerda: José Lozano, João Gomes, Aurélio? e ?

dades possuíam esse tipo de estabelecimento: Barretos, Osasco, Cruzeiro, São Paulo e Santo André, onde se localizava o frigorífico da Swift (no Bairro de Utinga).

Também o consumo de carne per capita do brasileiro, em 1950, não era superior a 25 quilos por ano (muito baixo se comparado com o da Argentina: 115 quilos por ano). No Uruguai, a média era de 82 quilos por indivíduo.

A carne da Swift, distribuí-



José Lozano, à esquerda do carro, em frente ao Açougue Bandeirantes, na Rua Rio Grande do Sul. Década de 60

da em São Caetano, em toda a região do ABC e também na capital, era uma carne de boa qualidade (...) Parece-me que o abate diário chegava a mil bois nessa época (...) As carnes eram recebidas nos açougues em peças inteiras, limpas (...) Depois é que eram desmanchadas (...) E neste açougue fiquei mais ou menos quatro anos (...) Inclusive passei a tomar conta sozinho, pois o meu patrão tinha uma fábrica de lingüiça em Amparo e costumava se ausentar até por dez dias. Isto tudo eu já assumia aos 14 anos, atendendo uma clientela diversificada de ucranianos, alemães, eslavos (...) Todos moradores da Vila Paula.

O meu emprego subsequente foi num açougue na Rua Manoel Coelho, em um prédio construído pelo médico Aldo Arenella (...) Açougue do sr. Stevano (...) Fiquei ali um ano, trabalhando com a esposa do proprietário (...) Logo em seguida, depois de um ano, deixei esse emprego e comecei a trabalhar na rede de açougues da família Lorenzini. Essa família possuía cinco açougues: um na Rua 28 de

julho; um na Travessa São José, perto da Texaco; um na José Paolone, dentro do Mercado Inca, uma novidade na época; e os dois últimos na Avenida Conde Francisco Matarazzo: um em frente à casa Weigand e o outro ao lado da antiga capelinha de Santo Onofre, depois demolida. Essa rede de açougues era dirigida por João Jacob Lorenzini e Frugoli Lorenzini, que eram irmãos (...).

Nesse emprego – eu já tinha 18 anos –, sofri o mais grave acidente da minha carreira: ao cortar um pedaço de carne, metade dura e metade mole, a faca, ao atingir a parte mole da peça, deslizou e feriu minha perna na altura do fêmur. Não agüentei, cheguei quase a desmaiar (...) Mas fui socorrido a tempo e voltei para o trabalho. Fora este acidente, tive apenas pequenos cortes nos dedos, sem maior gravidade.

As exigências para o trabalho de açougueiro, na época, eram rígidas (...) Necessitava-se da carteira de saúde em dia, com exames médicos freqüentes e periódicos, ao contrário de hoje, que não se exige mais nada (...) Fora da minha profissão não havia muito tempo para diversão (...) Freqüentava os bailes do Comercial, os cinemas da cidade (...) E alguma prática esportiva.

O grande passo da minha carreira, depois de trabalhar para a família Lorenzini, foi adquirir meu próprio açougue, na Avenida Goiás, em frente à Escola Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho, em prédio que foi posteriormente demolido para a du-



José Lozano em seu açougue na Rua Rio Grande do Sul. Março de 2002.

Fundação Pró-Memória

plicação da avenida (...).

Neste açougue que estou hoje trabalho desde 1961. O nome “Açougue Bandeirantes” foi colocado pelo proprietário, sr. Avelino, que já possuía o Bar Bandeirantes e, assim, batizou os dois estabelecimentos com o mesmo nome (...) No Açougue Bandeirantes, onde estou hoje, forneci carne para antigas famílias sancaetanenses, como os Braido, os Perrella e outros (...) Inclusive para o saudoso

padre Ézio Gislimberti (...) A partir dos anos 70, a situação para os açougueiros autônomos começou a ficar complicada devido ao aparecimento dos supermercados, da aceitação total da carne congelada, enfim, das mudanças dos hábitos alimentares da população (...) A chegada dos freezers domésticos, dos fornos de microondas, o aparecimento dos restaurantes populares, tudo isso contribuiu para que o comércio varejista de carne

fosse diminuindo (...) E acho que, além de mim, deve haver talvez mais dois ou três açougues no estilo antigo em São Caetano.

Hoje estou aposentado (...) Recebo apenas R\$ 504,00 após trabalhar a vida toda como açougueiro (...) Acho que o que tinha que fazer já fiz. E até mais do que era preciso (Pesquisa e texto realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória).

Carne congelada criou polêmica em São Caetano do Sul no ano de 1953

No dia 14 de Setembro de 1953, o presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, vereador Ângelo Cianfarani, iniciou polêmica com o diretor da Companhia Swift do Brasil, Arnaldo Luiz Martinelli, ao enviar-lhe ofício com votos de protesto contra a decisão da Swift em fornecer carne congelada à população de São Caetano do Sul.

A diretoria da indústria ficou surpresa com o documento e prontificou-se a respondê-lo. A empresa explicou que o plano de abastecimento de carne, para o ano de 1953, atendia simplesmente ao artigo décimo quinto, da portaria n.º 1079, de 17 de Outubro de 1952, que previa a estocagem de carne para o período compreendido entre primeiro de Agosto e 31 de Janeiro dos anos de 1952 e 1953. Além disso, a Swift buscava diminuir a preocupação dos sancaetanenses no que dizia res-

peito à qualidade da carne congelada, explicando que o produto possuía as mesmas garantias da carne fresca no tocante à questão sanitária. Para comprovar a qualidade da carne congelada, a Swift colocou à disposição dos vereadores de São Caetano do Sul todas as notas taquigráficas da mesa redonda realizada pelo Canal 3 de televisão. Da discussão haviam tomado parte as maiores autoridades do assunto, com credenciais necessárias para analisar, em toda sua magnitude, a questão.

Com efeito, a mesa redonda da PRF3 – TV Tupi-Difusora, realizada às 22 horas do dia 14 de Julho de 1953, levava ao ar o tema *A Carne Congelada*. O programa foi apresentado por Ruy Rezende e Evaldo Dantes Ferreira e contou com a participação dos professores Alípio Correia Neto e Walter Lesser, além dos doutores Walter

Fonseca, Cássio Botura e Leopoldo Grosso Sobrinho. Apesar disso, a polêmica envolvendo a carne congelada não terminava. Outra mesa redonda, dessa vez transmitida por rádio, foi organizada. Em 24 de Setembro de 1953, a Rádio Cultura de São Paulo, por meio do apresentador V. Alves Assumpção, convidava os seguintes participantes para a discussão sobre carne congelada: doutor Oto Pêcego, professor Pascoal Mucciolo, doutor Walter Fonseca, doutor João Barrisom Vilares, doutor Justino Antunes de Oliveira e doutor Anísio Machado César.

Ambas as mesas-redondas foram calorosas e polêmicas. Guardadas as devidas proporções, no que diz respeito à natureza dos assuntos, pode-se dizer que os debates foram semelhantes às discussões hoje impulsionadas pelos alimentos transgênicos.

Família Gesellmann, 57 anos de São Caetano

Yolanda ASCENCIO (*)

José Gesellmann, filho de João Gesellmann e Victoria, nasceu na cidade de Kikinda, Iugoslávia, no dia 17 de Novembro de 1919. Imigrou para o Brasil, com a família, quando tinha apenas quatro anos de idade.

João e Victoria, os pais, naturais da Iugoslávia, imigraram, em épocas diferentes, para os Estados Unidos, onde se conheceram e se casaram. Já com um filho, Matias, o casal Gesellmann voltou para a Iugoslávia. Isso foi em 1913. Eram lavradores, cultivavam uvas e produziam vinho. Nessa época, tiveram mais dois filhos: Martin e Antônio. Com três filhos pequenos, João Gesellmann foi convocado para a guerra. Por dois anos foi prisioneiro de guerra e por duas vezes tentou fugir. Na primeira tentativa, João foi capturado. Na segunda, enfrentando muitas dificuldades, conseguiu chegar em casa, a pé e maltrapilho.

Na ausência do marido, Victoria cuidava dos filhos e da lavoura. Voltando João, a vida da família Gesellmann se normalizou e nasceram mais dois filhos: José (nosso entrevistado) e Cristina.



Casamento de Anton Franz
com Anna

Família Gesellmann

Depois da guerra, a vida foi se tornando cada vez mais difícil. Assim sendo, a família Gesellmann imigrou para a França e de lá para o Brasil. Chegaram no navio Desma, que saiu do porto de Cherburgo e ancorou no porto de Santos, SP, no dia 14 de Março de 1924, às 13 horas. Ao que parece, a filha mais nova da família Gesellmann, Cristina, teria morrido durante a viagem, uma vez que não chegou ao Brasil e seu nome consta do passaporte.

No Brasil, a família Gesellmann foi encaminhada para a imigração, em São Paulo. Como se recusasse a seguir para a fazenda, teve prazo de 24 horas para deixar a imigração. Já com a família na rua, João ouviu dizer que a Antártica estava admitindo empregados. Foi até lá e conseguiu trabalho, alugando uma pequena casa na Rua da Mooca, esquina com a Rua Paes de Barros, atrás de um cemitério que havia no local.

No dia cinco de Julho de 1932, irrompeu a revolução (Tenentismo) e a família Gesellmann foi obrigada a deixar a casa que foi ocupada pelos soldados. Transportados em vagões sujos, que levavam bois, João e sua família chegaram em Campinas, sendo alojados num hospital até o fim da revolução. Restabelecida a ordem, João retornou com a família para a mesma casa e continuou trabalhando na Antártica. Em 1934, o sr. João Gesellmann conseguiu comprar terreno na Rua Cassaquera, em São Caetano, onde construiu uma pequena casa para a qual se mudou.



Família Gesellmann. Da esquerda para a direita, em pé: Antônio, Martin, Mathias, Rodolfo e José. Sentados: Victoria Gesellmann e João Gesellmann

Família Gesellmann



Casa do casal na Rua Teffé, 181, esquina com a Rua Solimões. Vila Santa Maria, ano de 1950

TRABALHO - Enquanto os filhos mais velhos foram trabalhar, José ficou com a mãe, mas também contribuía para o sustento da casa. D. Victoria comprou uma vaca que produzia dez litros de leite para comercializar. José punha cinco litros de leite em cada bolsa e ia a pé até a estação, tomava o trem, descia na Estação da Luz e, também a pé, entregava o leite na Rua Santa Efigênia.

Segundo nos contou, José Gesellmann estudou muito pouco. Assim, por algum tempo, esteve matriculado na Escola Sete de Setembro (na Avenida Goiás), em dois colégios religiosos da capital e na EE Dom Benedito. Conseguiu chegar apenas até o terceiro ano primário. Quando estudava em São Paulo, ao perder o trem, José e os colegas vinham para casa a pé, seguindo a linha do trem.

Por volta de 1933, o garoto José levava água da mina para os soldados entinchados na fábrica de cartuchos em troca de cápsulas vazias que ele vendia como sucata. Em 1934, entregava marmitas de uma pensão para os trabalhadores da General Motors do Brasil por alguns centavos e um lanche.

Com 14 anos de idade, José Gesellmann foi trabalhar em

uma oficina na Avenida Paulista, onde aprendeu o ofício de funileiro. Segundo ele, tomava o trem até a Estação da Luz e ia a



Margarida Bauer e José Gesellmann, em 1945, antes do casamento

pé até a Rua Maceió. Começava a trabalhar às 6h45 da manhã. Como o patrão morava em frente, o garoto pegava a chave, abria a oficina e fazia a limpeza antes do expediente. *O patrão era muito enérgico, mas ensinava bem. Até me dava umas palmadas quando eu errava alguma coisa*, diz o entrevistado.

Sempre para ganhar um pouco mais, José Gesellmann trabalhava aos sábados até meio-dia e, durante a semana, acompanhava a mulher do patrão à feira para carregar as compras.

Quando o jovem José Gesellmann já estava bem treinado em seu ofício de funileiro, o patrão mudou-se para Piracicaba e a oficina fechou. Nessa época, José passou a trabalhar na Empresa de Ônibus Alto do Pari, onde consertava radiadores. Em seguida, prestou serviço ao Expresso Socorro São Cristóvão, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

Sempre em busca de melhores condições de trabalho e de salário, o sr. José Gesellmann passou por muitos empregos: reforma de pontes em Mogi-Guaçu; montagem de vagões de aço provenientes da Bélgica para o Nordeste;



Dezembro de 2001. Casa do casal Gesellmann

conserto de navios em Santos (frota de dez navios do Matarazzo). Trabalhou, ainda, sempre por algum tempo, na General Motors do Brasil, Willis Overland do Brasil, Vemag, Toyota e Mercedes-Benz.. Aposentou-se no dia 30 de Novembro de 1970.

Por volta de 1943, quando trabalhava na General Motors do Brasil, José Gesellmann conheceu Margareth Bauer, irmã de um amigo, e dela se enamorou.

Margareth Bauer nasceu em Viena, Áustria, no dia 18 de Fevereiro de 1921. Seus pais, Anton Franz Bauer e Anna Schmidt, ambos austríacos, imigraram para o Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Trouxeram três filhos: Antonin, Wilhelm e Margareth (esta com um ano e meio de idade).

Segundo D. Margareth, seu

pai participou da guerra de 1914 como oficial de cavalaria. Por falta de alimentos, os soldados comiam os próprios cavalos e, sem cavalo, Anton passou para a divisão dos canhões, lutando na Itália e Polônia.

Desembarcando em Santos, SP, no dia 14 de Novembro de 1922, a família Bauer foi levada para uma fazenda de café em Santana, SP, onde permaneceu por algum tempo. Em 1924, o sr. Anton Franz Bauer, já trabalhando no Frigorífico Armour, passou a morar com a família, numa casa (também em Santana) alugada para várias famílias de imigrantes. No mesmo ano, vítima da febre tifóide, o sr. Anton faleceu na Santa Casa de Misericórdia, deixando a esposa com três filhos pequenos.

Com a morte do marido, a sra.

Anna Schmidt tentou voltar para a Áustria, mas não pôde fazê-lo por falta de recursos. Foi, então, que decidiu mudar para São Caetano, onde passou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. D. Margareth nos contou que sua mãe, Anna Schmidt Bauer, sempre enfrentando muitas dificuldades, enviou quatro vezes.

Voltando às lembranças da infância, D. Margareth nos contou que, aos sete anos de idade, sofreu um grave acidente, queimando-se com água fervendo. Segundo ela, passou três anos internada no Hospital Santa Catarina, em São Paulo. Não podendo freqüentar a escola, Margareth aprendeu matemática e português com as aulas do irmão mais velho.

FAMÍLIA – José Gesellmann casou-se com Margareth Bauer, em São Caetano, no dia 29 de Setembro de 1945. O casal teve duas filhas: Tereza e Marlene. Tereza é solteira, mora com os pais e leciona alemão no Instituto Goethe (Centro Cultural Brasil-Alemanha). Marlene, casada com Dieter Henz Voos, mora na Alemanha há 20 anos e não tem filhos. Trabalha com exportação, numa empresa de utilitários (caminhões, ônibus e motores marítimos).

Atualmente, o sr. José Gesellmann, que se naturalizou em 1980, continua morando com a família, na Rua Teffé, 181, Bairro Barcelona, há 57 anos. Declara, alegre e simpático, que o Brasil é sua segunda pátria e deseja terminar seus dias em São Caetano do Sul.

(*) Yolanda Ascencio, professora de línguas, pedagoga, escritora, advogada. Membro da Academia de Letras da Grande São Paulo



Margarida Bauer, encostada atrás da mesa, no Hospital Santa Catarina, aos 13 anos de idade (após o acidente de queimadura). Ela trabalhava no hospital ajudando as freiras - como Madre Celestina - em diversos trabalhos

Família Gesellmann



Bodas de Ouro do casal José e Margarida, em 1995. Da esquerda para a direita, José, Margarida, Tereza, Marlene e Dieter Vools, marido de Marlene

Família Gesellmann

Museu Municipal, 43 anos de história

Humberto Domingos PASTORE (*)



No dia 20 de Agosto de 1977, durante as comemorações do centenário da fundação de São Caetano, o então

prefeito Raimundo da Cunha Leite, atendendo ao clamor dos pesquisadores, abria novamente as portas do museu da cidade, depois de quase duas décadas de completo esquecimento. É por essa razão que uma corrente formada por historiadores aponta que estamos comemorando, em 2002, os 25 anos do museu, uma vez que só a partir daquela data é que o órgão público tem funcionado ininterruptamente.

Definir a real idade será portanto mais uma eterna e gostosa discussão. Confessamos que também apoiamos a comemoração atual dos 25 anos, sem nos esquecermos, todavia, da primeira tentativa de sua implantação. E justamente para valorizar os fatos e as pessoas que estiveram envolvidas com a história inicial é que fomos buscar, nas notícias veiculadas pela imprensa da época, os dados que bem explicam os caminhos percorridos até a criação do museu.

Os relatos partem das indicações de vereadores e seguem pelas reportagens que mostram os primeiros objetos doados e as muitas solenidades festivas que marcaram o evento. Chamamos a atenção para as seguintes datas: Fevereiro de 1958, quando o vereador Urames Pires dos Santos apresentou na Câmara a sugestão de se criar o Museu de São

Caetano; Outubro de 1959, quando houve uma segunda indicação, dessa vez feita pelo então vereador Walter Braido; 30 de Novembro de 1959, quando por decreto foi criado o museu; 23 de Julho de 1960, data da inauguração oficial do museu; e sete de Setembro de 1969, considerada a data da abertura para o público em geral.

Valeria ainda relatar os fatos que levaram ao fechamento do museu, antes mesmo de completar seu primeiro aniversário, mas essa será obra para uma segunda pesquisa a ser elaborada. Fiquem, por enquanto, com o levantamento efetuado junto à imprensa. São dados deliciosos para quem quer conhecer melhor a nossa cidade de 40, 50 anos atrás. De posse dessas informações, entrem na discussão. Afinal, o museu vai comemorar 25, 42 ou 43 anos?

IMPRESA - Na última semana de Outubro de 1959, jornais como *O Estado de São Paulo*, a *Folha do Povo*, *Jornal do Lar* e o *News Seller* noticiaram, com destaque, que a Câmara Municipal de São Caetano do Sul aprovava indicação

do vereador Hermógenes Walter Braido pedindo para que o prefeito Oswaldo Massei estudasse a possibilidade de criação de um museu municipal. Tratava-se de reiteração da indicação que havia sido produzida anteriormente pelo vereador Urames Pires dos Santos, em Fevereiro de 1958.

O texto do jornal *News Seller*, de 25 de Outubro de 1959, destacava que: *Outras cidades paulistas já tomaram medida idêntica para preservar os remanescentes da sua evolução cultural, embora sejam poucas. São elas: Atibaia, Ribeirão Preto, Mirassol e Campinas. São Caetano do Sul é, pois, a quinta cidade em nosso estado a interessar-se pela criação de um museu desta categoria.*

O jornal *Folha do Povo*, em sua edição do dia 14 de Novembro de 1959, noticiava a seguinte informação: *Ao que sabemos, vários objetos e peças já estão sendo recolhidos e as primeiras doações foram feitas por dna. Maria Scaglia e pelas famílias Perrella e Martorelli.* Já o *Jornal do Lar*, na edição de 15 de Novembro daquele ano, exemplificava essas doações: fotos das primeiras décadas do século, feitas



Ano de 1981.
Mostra a parte interna da antiga sede do museu, no Bosque da Vila São José

Fundação Pro-Memória

pelo sr. Scarazzato e pelo sr. João Scaglia Jr.; um exemplar do livreto *Pagine di veritá e di vita*, de Renato Belluci, editado em 1927, sobre a história de São Caetano do Sul; documentos emitidos pela Prefeitura de São Bernardo; planta e desenho de uma casa em São Caetano, data de 1913; carta de habilitação da condutora de veículos dona Luiza Scarazzato. E ainda: duas fotos da parte interna da Estação da Luz, em 1911; tijolo de 1889, fabricado por Silvério Perrella & Cia, com a marca SPC; tijolo de 1906, feito na olaria de João Domin, com a marca de JDC; e um terceiro tijolo, de 1905, feito na olaria de T. De Nardi, com a marca TD.

CRIAÇÃO - Com o título *O Príncipe dos Municípios na vanguarda histórica – Sanciona o Prefeito a criação do Museu Municipal*, o *News Seller*, de seis de Novembro de 1959, citava a criação do Museu Municipal pelo Decreto 716 de 30 de Novembro do corrente ano. Dizia ainda que: *a sua instalação far-se-á no local onde funcionou até pouco tempo o Pronto-Socorro Municipal, na Rua Baraldi, esquina da Rua Rio Grande do Sul, que para isso está sendo adaptado, dentro do possível, em respeito à técnica de museus.* E



Fundação Pró-Memória

Vinte de Setembro de 1980. Posse da professora Durvalina Soares Silva Rodrigues como diretora do museu, cargo que pelos três anos anteriores pertenceu à professora Mara Cerqueira Leite (ao lado de Floriano Leandrini, Naur Ferraz de Mattos, Gildo Vasconcelos, Bruno Mazati, Maria Dolores Massei, Francisco Amendola, José Martineza e Joel Soares Guimarães)

completava assim: *O Museu Municipal funcionará nos dias úteis, exceto às segundas-feiras, das 14 às 20 horas, e aos domingos, das 9 às 12 horas.*

A edição de 29 de Maio de 1960, do *News Seller*, dizia que as reformas de adaptação da sede do museu, na Rua Baraldi, 929, haviam sido concluídas no decorrer daquela semana. E que: *As vitrinas do Museu, desenhadas cuidadosamente pelo sr. Milton Montelli, serão simples e funcionais, de acordo com a técnica atual.*

O *Estado de São Paulo* noticiava, no dia sete de Julho de 1960, que no próximo dia 23, como parte

dos festejos do 83º aniversário da cidade, inaugurar-se-á o Museu Municipal de São Caetano do Sul. Será realizada, na ocasião, uma exposição da Pinacoteca Circulante do Estado. Serão apresentados cerca de 30 quadros dos mais destacados artistas nacionais, de todas as escolas e tendências, incluindo-se Almeida Júnior, Portinari etc.

O *Diário de São Paulo*, de 24 de Julho de 1960, trouxe a seguinte publicação: *Tiveram início ontem os festejos comemorativos do 83º aniversário de São Caetano do Sul. Foram inauguradas a Pinacoteca Circulante do Estado, a Primeira Exposição Filatélica Regional, luz fluorescente na Praça Ermelino Matarazzo, e teve lugar, à noite, a prova pedestre Fundação, num percurso de cinco mil metros. Às 16h00, na Rua Baraldi, esquina com a Rua Rio Grande do Sul, foram inauguradas as instalações do Museu Municipal. No clichê (foto), flagrante desta cerimônia, vendo-se o sr. Pérsio Ribeiro Porto, representante do secretário do Governo e o prefeito local, sr. Oswaldo Samuel Massei, quando desatavam a fita simbólica.*

Já o *News Seller* do dia 31 de Julho de 1960 citava que *...desde sábado, às 16 horas, até quinta feira,*



Almir Pastore

Fachada do então abandonado Palacete De Nardi, sede atual do museu, na Rua Maximiliano Lorenzini, 122, Bairro Fundação. Flagrante realizado por Almir Pastore no primeiro semestre de 1982

às 22 horas, o museu já havia recebido mais de 1.600 visitas, o que dá a média superior a 260 visitantes diários.

Este número foi considerado expressivo na época, tanto que a imprensa não se cansava de elogiar. Aliás, é justamente isso o que podemos compreender pelo título do *News Seller* do dia sete de Agosto de 1960: *Em 9 dias – Mais de duas mil pessoas visitaram o Museu. Na mesma oportunidade, a explicação: Em princípios do próximo mês deverá ser aberto definitivamente à população o Museu Municipal, constando de exposição retrospectiva da vida de SCS. Peças autênticas, que abrangem os séculos XVIII, XIX e XX, poderão ser vistas pelo público.*

Sobre esta inauguração, a *Folha do Povo*, de três de Setembro de 1960, publicou: *No próximo dia sete de Setembro, às 16 hs., na Rua Baraldi, 929, a convite do prefeito Oswaldo Massei, haverá inauguração da Exposição Permanente do Museu Municipal de São Caetano do Sul.*

MARTINS - Nos principais meios acadêmicos, o nome do emérito professor José de Souza Martins é respeitadíssimo. Trata-se de escritor aplaudido mundialmente. Como poucos sancaetanenses, soube valorizar a história da terra de origem. Tinha pouco mais de 17 anos quando realizou pesquisa que resultou em seu primeiro livro: *São Caetano do Sul em IV Séculos de História*. Batalhador incansável, foi o idealizador do Museu de São Caetano do Sul. Seu nome é citado como historiador e responsável pela organização do museu no jornal *O Estado de São Paulo* de oito de Setembro de 1960. Isso foi um dia após a inauguração do museu, *definitiva para a população em geral.*

O Rotary Club da cidade promo-



Fachada do Museu Histórico Municipal. Ano de 1988

veu reunião festiva para comemorar a chegada do museu. Naquela oportunidade, foi homenageada a sra. Luíza Garbelotto, que havia nascido em São Caetano, um ano após a chegada dos imigrantes colonizadores, ou seja, em 1878. O rotariano Urames Pires dos Santos fez a entrega de uma telha, fabricada em 1912 pela Cerâmica Privilegiada - que viria a ser depois denominada Cerâmica São Caetano -, ao jovem José de Souza Martins, que passou a ocupar o cargo de encarregado-conservador do museu.

O *Jornal do Lar*, na publicação do dia 11 de Novembro, apresentou reportagem sobre a inauguração e citou que o prefeito Massei *enalteceu o espírito tenaz e organizador do novo encarregado, José S. Martins, que, como titular do museu, convidou todos os presentes para um coquetel nas dependências do Ginásio Estadual Bonifácio de Carvalho.*

Enquanto o *Jornal do Lar* dizia que, *a convite do prefeito, a fita simbólica foi desatada pela sra. Laura Torres Bezerra, o News*

Seller escrevia que a fita foi desatada pela sra. Laura Torres de Resende, acompanhada por dna. Tereza Barile, e que, após a benção das dependências pelo padre Ézio Gislimberti, aconteceu a entrega de certificados para as pessoas ou entidades que ofereceram peças históricas ao museu.

RECONHECIMENTO - Com o título: *Ratifica a Câmara criação do Museu*, o jornal *News Seller* informou, no dia 16 de Outubro de 1960, que as Comissões da Câmara tinham aprovado o projeto do Executivo. Parte do texto diz: *Usando da palavra na ocasião, o sr. Orlando Souza, vereador e líder opositorista, reconheceu a importância do Museu para a população de SCS, especialmente para os estudantes, dizendo que, acima dos interesses políticos, estão os interesses do Município.*

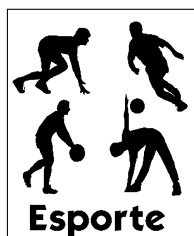
Reforçando a importância do acontecimento, o jornal ainda comentou: *O projeto subiu ao plenário com pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura, Justiça e Finanças, obtendo integral apoio da oposição.*

O mesmo *News Seller*, que anos depois se transformaria no *Diário do Grande ABC*, publicou, no dia 13 de Novembro de 1960: *Cresceu, no decorrer desta semana, o número de entidades que promovem intercâmbio de publicações com o Museu Municipal de SCS. E citou o Museu de História Natural da Universidade de Kansas (EUA), o Arquivo Nacional da República de Cuba, a centenária Biblioteca Pública de Boston (EUA), além das correspondências mantidas com instituições científicas de vários países da América, Europa e Ásia.*

(*)Humberto Domingos Pastore é jornalista e atualmente dirige o Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul

Primórdios do futebol: Clube dos Amigos X Rio Branco

Narciso FERRARI (*)



Charles Miller, brasileiro, nascido no Brás, filho de ingleses, quando menino foi enviado pelos pais a estudar na Inglaterra. No regresso a São Paulo, em 1884, trouxe consigo duas bolas de futebol. Os primeiros ensaios tiveram lugar na Várzea do Carmo, entre um grupo de ingleses da Cia. De Gás, do London Bank e da São Paulo Railway. Já em 1888 surgiu o primeiro clube de futebol, o São Paulo Athletic Club, da colônia inglesa. Na sequência vieram o Mackenzie College; o SC Internacional; o SC Germania, da colônia alemã (hoje EC Pinheiros); o CA Paulistano e a AA das Palmeiras.

Em São Caetano do Sul não existe registro de quando surgiu a prática do futebol, entretanto, sabe-se que, no início da década de 1910, foram fundados, quase na mesma época, dois clubes: o Rio Branco FC, de camisas azuis, e o Clube dos Amigos, de camisas brancas.

O primeiro mandava os jogos em campo nas proximidades da Texaco. O segundo mantinha seu campo na Rua Heloísa Pamplona, propriedade da família Miazzi, onde hoje se localiza o Grupo Escolar Senador Flaquer.

Naquela época, havia poucos habitantes na cidade e muita rivalidade esportiva entre as famílias, geralmente compostas por vários irmãos. Por exemplo: os irmãos

Campo do São Caetano Esporte Clube, em Maio de 1944. Em pé, da esquerda para a direita: Daniel Perrella, Alcides Beniti, Renato Lugli, Hermínio Marinotti, Pires e o árbitro, Andolino Paolillo. Agachados: Eurico, Enéas, Coador (Vicente Braco), Hélio Navilli, Otávio Cavana e Sebastião Rosa Alves. O mascote é Alexandre Delso Melloni



Narciso Ferrari

Manillis, Ferruccio e Silverio; os irmãos Zaninis, Joaquim e Nestor; as famílias Roveri, Vecchi, Garbelotti, Perrella, Dalcin, Biaggi e outras. Normalmente, os membros de uma mesma família torciam para um mesmo clube mas, em alguns casos, cada membro da família torcia para um clube diferente.

Os diretores desses dois clubes queriam viver em harmonia e, assim, propuseram jogo de futebol em que o perdedor deveria fundir-se ao vencedor. Assim, foi escolhida a data para o encontro decisivo, que terminou com a vitória do Clube dos Amigos por 3 a 0. O perdedor, como ficara combinado, fundiu-se ao vencedor.

Essa versão não tem prova documentada, entretanto, foi baseada em depoimentos de membros das famílias pertencentes aos dois clubes. O certo é que, no dia primeiro de Maio de 1914, sexta-feira, na residência do sr. Paulo Perrella, situada na Rua Rio Branco, 44, sede do Clube dos Amigos, os dois clubes resolveram fundir-se. Cerca de 50 simpatizantes, de ambas as equipes, en-

traram em acordo para o surgimento de nova agremiação.

Faltava o nome. Os oriundos de Treviso queriam o nome de sua cidade. Os do Vêneto e os de Mântova, a mesma coisa. Foi quando surgiu a proposta do sr. Accácio Novaes, sugerindo o nome de São Caetano Esporte Clube, aceito pela maioria. O primeiro jogo da recém-surgida agremiação fora do distrito realizou-se em Santo André, contra o time da família Flaquer. Do resultado ninguém se lembrava, mas da pancadaria todos se recordavam.

Na capital de São Paulo, o clube mais antigo e que também disputava a Liga Paulista de Futebol, fundada em 1901, era o C A Ypiranga (em 1906). Posteriormente, o S C Corinthians Paulista, do Bom Retiro, de 1910. No interior, a AA Ponte Preta, de 1900, e o Esporte Clube Savoia, hoje Votorantim, de Sorocaba. Além deles, podem ser incluídos o Fortaleza e o Sorocabano, de 1900, e a Internacional de Bebedouro, de 1906. No Rio de Janeiro, o primeiro clube a surgir foi o Fluminense, seguido por

Botafogo, América e Bangu. No Rio Grande do Sul, o clube de futebol mais velho do estado, o Rio Grande, é de 1900. É também a mais velha agremiação em atividade no Brasil.

Anteriores ao SCEC são a Sociedade de Mútuo Socorro Príncipe de Nápoles, fundada em 14 de Março de 1892 (não mais existe), e a Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano, fundada em 15 de Novembro de 1907.

Seguindo o exemplo do SCEC (maioria de descendência italiana), as colônias espanhola e italiana do lado de cima da estação fundaram o Monte Alegre FC, enfatizando o futebol e o convívio social. O Monte Alegre surgiu em 20 de Maio de 1917, paralisando as atividades na metade da década de 1940. O campo ficava em frente a onde hoje está localizado o necrotério do Hospital São Caetano. A sede social localizava-se na Rua José Benedetti, antiga Rua Minas Gerais. Depois, o clube ressurgiu com o nome de CA Monte Alegre, em 23 de Agosto de 1950.

As indústrias existentes na cidade mantinham seus times de futebol. O primeiro a surgir foi o Cerâmica FC, fundado em 13 de Maio de 1925, cujo campo era dentro da fábrica, na Rua Casemiro de Abreu. O Sport Clube Fábricas Reunidas Sant'Ana foi fundado em primeiro de Fevereiro de 1933. O IAL - Indústria Aliberti Ltda surgiu em 23 de Junho de 1933, ao passo que e o General Motors EC, hoje ADC General Motors, é de 20 de Novembro de 1935.

O CA Brasil, fundado em 1921, possuía camisas nas cores verde e amarela e tinha campo onde hoje se localiza o colégio Edgar Alves da Cunha, no Bairro Fundação. Teve participação direta no meio esportivo do bairro, assim como o

Tropical FC, fundado em 1924 e que mantinha seu campo onde hoje se localiza o Clube Fundação. Possuía camisas azuis e, quando foi extinto, deu origem ao Lázio, do mesmo bairro.

Também surgiram sociedades recreativas e culturais. A primeira foi o Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, fundado em primeiro de Janeiro de 1922, e cuja sede, inicialmente na Rua Rio Branco, posteriormente passou para a Rua Santa Catarina (ressalte-se que este clube foi dissolvido na década de 1940, quando surgiu o Clube Comercial).

O Clube Sportivo Lázio, fundado em primeiro de Maio de 1930, tomou o lugar da sede social do Ideal quando este transferiu as instalações para outro local. Tinha, além do futebol, teatro, recreação e eventos sociais. O Grêmio Recreativo Dramático Dançante Guarani, sediado na Avenida Senador Roberto Simonsen, esquina com a Rua Castro Alves, fundado no início dos anos 30, e o Saldanha da Gama, cuja sede era na Rua General Osório, Vila Paula, praticavam artes dramáticas e promoviam encontros sociais.

A colônia alemã, não querendo ficar para trás, fundou a SCE – Teuto Brasileiro no dia 26 de Agosto de 1929. A primeira sede foi na Rua Piauí, em frente ao Restaurante Franz. Posteriormente, transferiu-se para a Rua Afonso Pena, 116, esquina com a Rua Marechal Deodoro (atualmente está instalada na Rua Wenceslau Brás, esquina com a Rua Piauí). O campo era na Rua Luiz Gama (onde ficava o Lanifício São Paulo). Além do futebol, o Teuto primava pelos eventos sociais.

O CA Flor do Mar, fundado em sete de Novembro de 1938, praticava apenas o futebol. O campo da agremiação situava-se nas imedia-

ções da Texaco. Esse clube foi o sucessor do CA Brasil, que usava as mesmas cores na camisa: verde e amarelo.

Outros clubes são bem antigos e estão em plena atividade: Atlético Vila Alpina, de seis de Junho de 1936; CRE Tamoio, de 15 de Maio de 1944; Vila Prosperidade FC, de primeiro de Março de 1929; CA Jabaquara, de 20 de Julho de 1944. Destacam-se ainda alguns clubes que não estão mais em atividade: Piratininga FC, de 21 de Março de 1933, e CA Ipiranguinha, de 23 de Abril de 1939.

Não foi nada fácil saber a existência de outros clubes da época, pois não há registros legais e sim estatutos sociais de gaveta. Assim sendo, fizemos buscas na Liga Santoandreeense de Futebol e na Liga Sancaetanense. Ambas não possuem documentos. O único clube com estatutos registrados em cartório – da capital, Primeiro Cartório de Registros de Títulos e Documentos, propriedade de Carlos Alberto Aulicino – é o São Caetano EC, registrado no dia seis de Janeiro de 1931, 17 anos após sua fundação.

Assim, baseado em depoimentos de fundadores desses clubes e também no de Antônio Andolino Paolillo, hoje com 93 anos, ex-árbitro de futebol da Liga Santoandreeense de Futebol e da de São Caetano do Sul, e ainda nas nossas participações, juntamente com antigos diretores do CA Brasil, que promoviam, anualmente, no mês de Maio, festa de confraternização na chácara do sr. Francisco Marinotti, entendemos que o primeiro clube de futebol de São Caetano do Sul foi o Clube dos Amigos, seguido pelo Rio Branco Futebol Clube.

(*) Narciso Ferrari, ex-presidente do São Caetano Esporte Clube

Arte de Silvana ajudou a premiar a cidade

José Teixeira GONÇALVES (*)

Silvana é professora da Escola de Educação Especial Anne Sullivan de São Caetano do Sul. Alcançou seu apogeu em representação de movimentos na arte de dançar com pouca idade, apenas cinco anos. Tudo aconteceu há muitos anos, por ocasião da abertura dos XXXI Jogos Abertos de Rio Claro, realizados a partir do dia 16 de Outubro de 1966, portanto, há 35 anos atrás.

É necessário que se saiba que, nesse remoto passado, a organização e execução dos Jogos Abertos em uma cidade tinham elevada importância para o município escolhido. A população local sentia verdadeiro orgulho de ser a preferida e a recepção às delegações esportivas visitantes transformava-se em uma festa de alegria. Todos eram bem recebidos.

Vamos agora aos relatos dos fatos: nos dias 17 e 18 de Outubro de 1966, em pleno começo de semana, os principais jornais matutinos da capital paulista apresentaram em suas páginas grandes reportagens, acompanhadas de vistosas fotografias, sobre a abertura inicial dos Jogos Abertos de Rio Claro, com destaque para o desfile de São Caetano do Sul, realçando a imagem da pequena baliza Silvana, aparecendo em várias posições. Cabe então examinar os comentários da imprensa de São Paulo sobre os eventos de Rio Claro.

Na primeira página do *Diário Popular de São Paulo*, de 18 de Outubro de 1966, terça-feira, sob uma fotografia de meia página,



Silvana à frente do desfile do XXXI Jogos Abertos do Interior, realizado em Rio Claro, ano 1966

José Teixeira Gonçalves

com o cabeçalho em letras garrafaís, *Como fazer milagres apenas com um bastão*. Na foto apareceu a baliza Silvaninha, com o bastão na mão, dando uma estrela com o apoio de um único braço, na frente do desfile, no meio da rua. Ainda acompanhando a fotografia, lia-se o seguinte comentário: *Durante o desfile das delegações que atualmente disputam o XXXI*

Jogos Abertos do Interior, uma garotinha chamou a atenção de todos, constituindo-se no ponto alto da apresentação de sua cidade, São Caetano do Sul. A pequerrucha fez misérias com o bastão, saltando, pulando, fazendo acrobacias dignas de artistas circenses do maior renome. E isso tudo com uma graça e desembaraço incomuns principalmente em criança de sua idade.



Baliza do desfile de Rio Claro, ano 1966

José Teixeira Gonçalves

Longe de imaginar que com suas magníficas apresentações iria contribuir para que São Caetano do Sul, sua cidade, vencesse o desfile e recebesse o rico troféu das mãos do governador Laudo Natel, a garotinha estava fora do mundo, apenas concentrada em suas acrobacias. Os aplausos foram repetidos e entusiasmados. Para ela, entretanto, apenas uma coisa parecia importar: jogar o bastão para o ar, colhendo-o em manobra quase mágica, entre os dedos, para depois girá-lo. Não bastasse isto, seguiam-se os saltos mortais, terminando com graciosos e bem ordenados gestos.

Representou a pequena baliza de São Caetano a juventude do esporte brasileiro que então participava dos Jogos Abertos. E deu aula, para gente grande ver, de como gente pequena pode quase fazer milagres apenas com um bastão.

Vejamos a matéria a respeito dos Jogos Abertos publicada pela Folha de São Paulo em 17 de Outubro de 1966. *A delegação de São Caetano do Sul apresentando-se realmente de forma superior fez jus ao primeiro lugar que lhe atribuiu o júri. Entre as 280 figurantes de sua apresentação, a mais numerosa, constavam duas fanfarras, baliza, grupos abandonados, inclusive portando o pavilhão de todos os Estados do Brasil e até um mascote, um cachorro pastor alemão.*

Sob uma grande foto via-se a menina Silvana, desempenhando o seu papel de baliza, com a cabeça para baixo, dando uma difícil parada com uma só mão, sendo que com a outra segurava o bastão. Logo após estavam os componentes do desfile levando o símbolo das olimpíadas, os cinco anéis coloridos. Depois viriam as fanfarras.

A escolha do júri, colocando o desfile de São Caetano do Sul em primeiro lugar nos Jogos Abertos de Rio Claro, foi totalmente correta. A delegação da cidade do ABC apresentou-se vistosa e com muito esmero. Mereceu a consagração da melhor desfilante. As cidades de Jaú e Bauru, que também se apresentaram de forma a chamar atenção, classificaram-se em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Eis o conteúdo da reportagem de Henrique Nicoline para a *Gazeta Esportiva* de 18 de Outubro de 1966. As manchetes eram atraentes: *Vamos vibrar em Rio Claro com os emocionantes*



Silvana dando uma estrela

José Teixeira Gonçalves

lances dos XXXI Jogos Abertos do Interior; Rio Claro parou prá ver a banda passar. Em meia página, a Gazeta Esportiva apresentava uma bem dimensionada fotografia da baliza Silvana, dançando, manejando o bastão e ocupando o meio de uma rua de Rio Claro, apinhada de espectadores dos dois lados.

Vejamos o comentário do jornalista Nicoline:

Classificou-se em primeiro lugar a delegação de São Caetano do Sul, merecendo destaque a menina Silvana Camargo Gonçalves. Destaco ainda as fanfarras do Instituto de Educação e do Ginásio de Vila Barcelona, ambas da cidade de São Caetano do Sul (...) Os Jogos Abertos do Interior são um pouco de dança e de ritmo, de harmonia e de graça. São o prelúdio de uma delegação, a ouverture de uma sinfonia em cadência do esporte.

Vejamos então a revista sancaetanaense *Vida Estudantil*, nº 5, de Dezembro de 1966, que em sua capa colorida estampou a imagem da menina Silvana, ostentando seu uniforme de baliza, em pose característica, com a seguinte transcrição:

Mereceu por nossa parte (res-

ponsável pela revista) apresentar como destaque principal a linda garotinha que conta apenas com oito anos de idade. No entanto vale a pena ressaltar que por ocasião dos Jogos Abertos em Rio Claro levados a efeito este ano (1966) ela fora o principal alvo de admiração por todos. Não houve quem não a olhasse com encanto e com doce sorriso murmurando "que gracinha". Achamos por isso justo e compreensível dar a ela todo o apoio, vindo então a ser nossa manchete deste mês. Seus pais, professor José Teixeira Gonçalves e senhora Elvira Camargo Gonçalves, tomados de profunda alegria, tiveram o garbo de fazer notar que sua pequena filha havia sido manchete de todos os jornais da Capital.

Para qualquer dúvida fica então esclarecido que a Silvaninha juntamente com as fanfarras de São Caetano do Sul foram os principais personagens de Rio Claro, por ocasião do XXXI Jogos Abertos do Interior. Nossa equipe deixa então a todos seus familiares os mais sinceros cumprimentos e parabéns. Não podemos deixar de enviar também nossos cumprimentos à profes-



Da esquerda para a direita, sua família: Ana Livia Gonçalves Laranjeira (filha), Silvana Gonçalves Laranjeira, Marcos Gonçalves Laranjeira (esposos) e Luiz Felipe Gonçalves Laranjeira (filho)

ra Cleusa Escanho de Camargo, responsável pelo preparo da garotinha no Curso de Ballet da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Passamos a tratar, agora, do desenvolvimento educacional da menina Silvana e de sua evolução artística na infância e na adolescência. Sempre viveu em São Caetano do Sul. Terminou o curso primário no Instituto de Ensino Cel. Bonifácio de Carvalho, o curso ginásial e o curso colegial no Colégio Edgar Alves da Cunha. Frequentou, depois, a Escola Superior de Educação Física (FEC), recebendo o seu diploma em 1979. Fez ainda um curso de especialização denominado *Dança em Educação Física*.

Esteve durante nove anos na Escola Municipal de Bailado de São Caetano do Sul, direção da professora Cleusa Escanho de Camargo, pertencendo à primeira turma de formandos. Recebeu o diploma das mãos do prefeito Hermógenes Walter Braido, em 1974, com 16 anos.

Durante o período de 1965 a 1974, Silvana e suas colegas, sempre com orientação e organização da professora Cleusa Es-

canho, participaram de inúmeros acontecimentos artísticos relacionados à apresentação em conjunto de bailados infantis e, mais tarde, de adolescentes.

Também cabe um justo elogio à senhora Irany, dona de uma Agência de Publicidade, localizada na cidade, que representava várias emissoras de televisão e que, muitas vezes, viabilizou a apresentação de Silvana e colegas em eventos festivos na cidade de São Paulo e mesmo várias vezes na capital e no Estado do Paraná.

Houve a alegre presença dessas meninas da Escola Municipal de Bailado em vários auditórios, entre eles: o antigo Instituto Nossa Senhora da Glória, no Instituto de Ensino de São Caetano do Sul; o auditório da Indústria Scânia Vábis; o Teatro Paulo Machado de Carvalho; a Feira das Nações (promoção do Rotary Clube); entre outros.

Representaram a cidade de São Caetano do Sul em eventos festivos de outros estados, como no auditório da emissora de televisão de Curitiba. O conjunto estava também no auditório da televisão Tupi, apresentando-se por vários domingos no Circo das

Crianças, no Ibirapuera. Ainda houve eficiente participação do conjunto, no auditório da televisão de Sílvio Santos, quando representaram a cidade no programa de grande sucesso *Cidade contra Cidade*.

Como baliza de fanfarra, Silvana participou dois anos seguidos do Concurso de Bandas, Fanfarras e Balizas, organizado e realizado pela televisão Excelsior, ganhando para a cidade, nos dois anos seguidos, o primeiro lugar. Recebeu como prêmio duas passagens de avião para Brasília, com acompanhante e direito a hospedagem em hotel de luxo por dois dias. Cabe ainda aqui um voto de justo louvor para o jovem Milton Feijão Filho, que dirigia, na ocasião, as fanfarras.

Como professora de balé, Silvana trabalhou em várias escolas e ainda tomou a iniciativa da prática de Ginástica Rítmica Desportiva (GRD) nos estabelecimentos em que lecionava, participando inclusive de vários campeonatos da modalidade. Foi professora assistente da Cadeira de Ginástica Feminina da FEC, componente do Grupo de Dança Profissional *Casa Forte*, sob a direção do professor Edson Claro. Foi também sócia proprietária da Academia Corpus Ginástica. Atualmente, trabalha na Escola de Educação Especial *Anne Sullivan*, de São Caetano, dando aulas especiais para alunos deficientes auditivos. Em 1982, casou-se com Marcos Laranjeira, tendo atualmente dois filhos: Anna Lívia Gonçalves Laranjeira, de 16 anos, e Luiz Felipe Gonçalves Laranjeira, de 14 anos.

(*) José Teixeira Gonçalves foi diretor e professor de Geografia e História no Colégio Estadual Bonifácio de Carvalho e fundador e diretor do Ginásio do ABC



Fundação Pró-Memória

Aurélio Loureiro de Bastos em depoimento à Fundação Pró-Memória no dia 19 de Setembro de 2001

Mestre Aurélio tem 60 anos de futebol na região

Falar da vida esportiva de Aurélio Loureiro de Bastos é um trabalho extenso e fascinante, pontuado sobretudo por sua paixão pelo futebol. De fato, lidou com o esporte durante a vida inteira. Na década de 30, esteve no Atlético Vila Alpina, clube de seu coração. Na sequência, dirigiu as equipes profissionais do SAAD Esporte Clube, do Santo André Futebol Clube, isso sem contar as inúmeras seleções locais de São Caetano, de Santo André, dos jogos regionais, das ligas de futebol, dos torneios intermunicipais etc. Enfim, pode-se dizer que, nos últimos 60 anos, a bola de futebol rolou em São Caetano e região sob o olhar competente, apaixonado e discreto de *mestre Aurélio*.

Em Setembro de 2001, a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul recebeu a visita de Aurélio Loureiro de Basto. Em companhia do jornalista e professor Nelson Perdigão, registramos o depoimento sobre sua vida no futebol local e regional. Foram mais de duas horas de pura emoção, em que o



Aurélio Loureiro de Bastos

Em 1961, o Atlético Vila Alpina foi bicampeão da cidade e Aurélio Loureiro de Bastos – no microfone, ao lado do prefeito Anacleto Campanella e do vereador Jayme da Silva Reis – discursou

esportista nos contou toda a vida, pessoal e esportiva, desde a infância pobre na Vila Alpina até os empregos na área comercial. Além disso, explicou como conseguia conciliar a atividade comercial com a ingrata tarefa de técnico de futebol. Por meio de seu arquivo fotográfico, tomamos conhecimentos das imagens que retratam a valorosa equipe do SAAD Esporte Clube, representante de São Caetano do Sul na 1ª divisão do futebol profissional da Federação Paulista em 1974 e 1975. Também tivemos contato, através das imagens, com o início do Santo André Futebol Clube

Campo do Atlético Vila Alpina, Rua Herculano de Freitas, Bairro Fundação, década de 50. Ao lado, as instalações da Indústria de Móveis para Rádios "Willo"



Aurélio Loureiro de Bastos



No ano de 1953, o Atlético Vila Alpina foi campeão. Jogadores em pé, da esquerda para a direita: Oswaldo, Geraldo, Walter, Vado, Alfredo, Gino, Romeu e Olívio. Agachados: Kalé, Miguel, Natalino, Cica, Dinho e Dori. Massagista: Pascoal. Presidente: Eugênio Magnani (à direita) e, à esquerda, o diretor esportivo Aurélio Loureiro de Bastos

O Atlético Vila Alpina, em 1955, foi tricampeão da Liga Sancaetanense de Futebol. Da esquerda para a direita, em pé: Vadão, Rubens, Romeu, Lilo, Tostão e Dito. Agachados: Catão, Miguel, Modesto, Cica e Pavim. O mascote é Valtinho, filho de Aurélio Loureiro de Bastos



Em 1957, o Atlético Vila Alpina recebeu o diploma de campeão da Liga de Esportes de São Caetano do Sul. Ao centro, Aurélio Loureiro de Bastos. À esquerda, na seqüência, João Anhô, radialista da Rádio Cacique de São Caetano, e Lázaro de Campos, presidente da Liga

de 1927, quando aqui cheguei com minha mãe e irmãos em Julho de 1935, aos 14 anos (...) Fui direto para a Vila Alpina, bairro paulistano localizado na divisa com São Caetano, junto ao Rio Tamanduateí. Nesta época, meu pai trabalhava no serviço de aterros sanitários e possuía uma tropa de 25 burros e 20 carroças, com os quais movimentava terras para este trabalho (...) Meu primeiro emprego foi na Louças Adelinas, do sr. Bastos Loureiro, onde fiquei durante um ano (...) Depois me transferei para o comércio, trabalhando de 1935 a 1939 no armazém de secos e molhados do sr. Vicente Luiz Pina (...) Ajudava na entrega de mercadoria para os fregueses.

O gosto pelo futebol já se manifestava na minha infância, em Portugal, embora a minha aldeia fosse distante das grandes cidades (...) O futebol era o maior passatempo da criançada e acompanhávamos os principais torneios de futebol no país e na Europa (...) O Clube Atlético Vila Alpina foi fundado em seis de Junho de 1936. Não foi difícil incorporar-me ao clube e começar a participar da equipe juvenil, passando por todas as divisões até chegar ao time principal. Em 1946, com 25 anos de idade, já estava exercendo a função de técnico e treinador, pois, desde 1942, o futebol na região era dirigido pela Liga Andreense de futebol (...) Seguindo as normas da época, não era estranho o Atlético Vila Alpina, embora pertencendo ao Município de São Paulo, participar desta liga, pois o que prevalecia era a proximidade física do clube, independente das divisas intermunicipais (...)

quando, sob a supervisão de mestre Aurélio, o time do ABC foi campeão paulista da 1ª divisão (1975).

Aurélio Loureiro Bastos foi casado com Olímpia das Neves Bastos, falecida em 20 de Novembro de 1999. Teve quatro filhos: Valter, casado com Miriam Pires; Vilma, casada com Warley Milton Orlando;

Vildete, casada com Vladomir Balsamo (falecido), e Vera Lúcia, casada com Nelson Martins Soto. Tem oito netos e seis bisnetos.

Nasci em Portugal, na cidade de Agueda, em 18 de Maio de 1921. Sou filho de Horácio Loureiro e Rosa Ribeiro de Bastos. Meu pai, imigrante português, já estava no Brasil des-

Casei-me em 25 de Abril de 1942, com Olímpia das Neves, e continuei morando na Vila Alpina (...) Trabalhei, então, no armazém do meu pai até 1941, quando comecei a trabalhar na Anderson Clayton de São Caetano como conferente na seção de reprensagem de algodão, onde permaneci até 1945 (...) O futebol até então era uma atividade que me ocupava nas horas vagas (...) Mas a paixão era tão forte que eu já auxiliava o meu amigo Gijão na direção técnica do time (...) Ele era mais velho que eu (...) Em um determinado jogo ele chegou pra mim e disse: “Olha, você tem mais jeito pra essas coisas do futebol do que eu. Fique você sozinho na direção”.

O campo do Atlético Vila Alpina estava localizado na Rua Herculano de Freitas, no atual Bairro Fundação, em uma área contígua à Indústria de Móveis para Rádios “Willo” (...) Sua inauguração aconteceu com todas as pompas e circunstâncias no dia primeiro de Junho de 1952 e teve a presença do prefeito de São Caetano do Sul, dr. Ângelo Raphael Pellegrino. Também vieram vereadores, um imenso público de torcedores e admiradores do clube (...) Não era possível, naquela época, viver apenas do futebol, principalmente amador, e em 1945 resolvi abandonar o emprego e comprar um bar na Avenida dr. Vicente Giacagline, onde imaginava sobrar mais tempo para se dedicar ao futebol (...) Junto com o bar, resolvi também trabalhar como caminhoneiro, em companhia do meu irmão, transportando material de construção, porque o desenvolvimento urbano do Brasil abria perspectivas para



Seleção de futebol amador de São Caetano do Sul em 28 de Setembro de 1969. Da esquerda para a direita, em pé: Alberto Antunes, Sérgio, Vitinho, Jacy, Ademir, Landola, Décio, Moacir, Fefe, Javali, Galvão e o técnico Aurélio Loureiro de Bastos. Agachados: Bisorinha, Titi, Alceu, Airton, Espiga, Matias e o massagista Henrique

Aurélio Loureiro de Bastos



No ano de 1971, em um jogo treino do SAAD com o São Paulo Futebol Clube, Aurélio Loureiro aparece entre o técnico Oswaldo Brandão, seu ídolo e amigo, e o goleiro do SAAD, Ronaldo

Aurélio Loureiro de Bastos



Banco dos reservas do SAAD Esporte Clube, em jogo contra o Marília, no Estádio Anacleto Campanella

Aurélio Loureiro de Bastos

este trabalho (...) Eu enfrentava muitas dificuldades pelas péssimas condições das estradas brasileiras, pois uma viagem até Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, levava sete dias, e havia apenas 50 quilômetros de estrada asfaltada (...) E a atual BR 116 ainda não existia. Na volta de uma destas viagens, fui consultado pelos dirigentes

do São Caetano Esporte Clube, Francisco Marinotti e Narciso Ferrari, sobre a possibilidade de dirigir o time do São Caetano Esporte Clube, que passava por uma grande crise (...) Fiquei por cinco meses, sendo substituído por Reynaldo Zanai, funcionário da Prefeitura de São Caetano.

As minhas atividades profis-

sionais continuavam paralelas à paixão pelo Atlético Vila Alpina, onde exerci as funções de técnico e diretor geral de esportes até 1960 (...) Nesse tempo, o clube foi campeão municipal nos anos de 1953, 1954, 1955, 1956, 1957 e 1959. No ano de 1958, quando o time não foi campeão, eu não dirigia o time, pois estava trabalhando como caminhoneiro (...)

Em 1961, abandonei os trabalhos no bar e na estrada, adquirindo um estacionamento de automóveis com autopeças, troca de óleo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo (...) Depois transferi para a Rua Herculano de Freitas, 448 (...) Vendi este estabelecimento em 1979 (...)

Em 1964, o Atlético Vila Alpina resolveu disputar o campeonato da 3ª divisão de Futebol Profissional da Federação Paulista de Futebol. Foi uma experiência dramática, para um time até então amador, arcar com as despesas de transporte e alimentação dos atletas (...) Usávamos o campo do General Motors Esporte Clube (...) Desta época lembro-me da revelação de grandes jogadores, como Natalino Barsori e Márcio Della Maggiora, que vieram a disputar campeonatos pela Portuguesa de Desportos e pelo SAAD Esporte Clube. Um outro grande jogador revelado no Vila Alpina foi o Cica, nos anos 50, quando cheguei a levá-lo para treinar no Santos Futebol Clube, onde o Lula era o treinador (...) Infelizmente, uma contusão do jogador impediu que ele seguisse a carreira no Santos Futebol Clube daquela época (...)

Após esta fase do Atlético Vila Alpina começaram as mi-



Em 22 de Julho de 1972, o SAAD jogou e ganhou dos Estudiantes de La Plata por 2 x 1, em São Caetano. O técnico Aurélio e o centroavante do SAAD, Arlindo Fazolim, exibem o troféu

rou e convidou-me para dirigir o time. Estreei em Taubaté com uma derrota, mas, a partir daí, o time começou a crescer (...)

Durante a década de 70, minha vida era dividida entre o meu estacionamento, o SAAD Esporte Clube, o Santo André Futebol Clube e minha participação nos esportes amadores de São Caetano do Sul (...) Na Comissão Municipal de Esportes e demais eventos patrocinados pela Prefeitura. Poderia resumir meu trabalho, na década de 70, de uma forma didática e objetiva, descrevendo-o da seguinte forma.

PROFISSIONAL – No SAAD Esporte Clube a minha primeira participação foi de 1967 a 1968. Em 1970, retornei ao clube e fiquei até o final de 1972. Nesses três anos, o time fez grandes campanhas. Em 1970, conseguimos o terceiro lugar na competição. Em 1971, a grande tragédia: a derrota para o Marília Atlético Clube, no Par-

nas relações profissionais com o SAAD Esporte Clube, em 1967, de uma forma inusitada. Gostava de acompanhar os treinos deste time e os jogos em São Caetano. Após uma derrota do SAAD, contra a Ferroviária de Botucatu, o presidente do clube, Felício Saad, me procu-



Equipe do SAAD, em sua fase áurea, no início da década de 70. Em pé, da esquerda para a direita: Ronaldo, Flávio, (?), Celso, Oscar e Zanetti. Agachados: Fernandes, Nelson, Arlindo, Márcio e Valdir

que Antarctica, pelo placar de 1X0 (...) O gol foi marcado quando faltavam nove minutos para o encerramento do jogo (...) O empate nos daria o título de acesso à divisão principal do campeonato paulista. Em 1972, novamente uma campanha brilhante, mas sem acesso à elite do futebol paulista, sendo que fomos os vencedores das duas fases do campeonato em que não houve os jogos finais (...) Até 1981 voltei várias vezes a dirigir o SAAD, alternando meu trabalho no Santo André Futebol Clube, onde fui campeão de acesso em 1975 e auxiliar técnico do Sebastião Lapolla na conquista do título em 1981.

Até 1960 minha vida foi dedicada totalmente ao Atlético Vila Alpina. A partir daí, participei intensamente da Liga Sancaetanense de Futebol e da Comissão Municipal de Esportes. Lembro-me de que fui campeão duas vezes da Copa João Ramalho e duas vezes da Copa Primavera. Nos torneios inter-

municipais, com os municípios do Grande ABC, Santos, Campinas, Jundiaí, fomos sempre bem representados, principalmente em um jogo em que empatamos em 0x0 com Santos, que foi representado por um time misto do Santos Futebol Clube.

Na Prefeitura de São Caetano do Sul participei do governo Anacleto Campanella, no Departamento de Esportes (...) Na administração Walter Braido eu era vice-presidente da Comissão Municipal de Esportes (...) Na administração do Raimundo da Cunha Leite fui administrador do Palácio dos Esportes (...) Continuei nestas atividades até 1983, quando deixei São Caetano e fui morar em Itanhaém, litoral paulista.

TÉCNICO - Na minha vida profissional, minha maior referência foi Oswaldo Brandão, do qual era admirador e amigo. Eu me baseava em seu trabalho e não vejo, até hoje, grandes dife-

renças em relação às normas atuais, a não ser na nomenclatura. Por exemplo, de lateral para ala, de quarto-zagueiro para volante (...) Naquela época jogava-se praticamente o 4 - 4 - 2 e eu jogava o 4 - 3 - 3, mas voltava com o ponta-esquerda, coisas que os jornalistas não entendiam, pois não identificavam o esquema tático, esquecendo-se de que cada partida é uma história diferente.

A preleção que se faz antes de cada jogo vai por água abaixo se o time sofrer um gol nos primeiros minutos de jogo. Posso me orgulhar de que, na minha carreira de técnico de futebol, meu time sempre se classificava no mínimo em quarto lugar (...) Comparando minha época com a de hoje, acho que o trabalho com os jogadores de futebol hoje é mais difícil, devido ao autoritarismo e à intransigência que existe no meio esportivo (...) Quando o jogador é mais orgulhoso e reivindica muitas coisas e oferece poucas.

Concluindo este depoimento, quero deixar registrada aqui a minha posição sobre a fusão dos clubes amadores de futebol em São Caetano do Sul, realizada em 1973, na administração Walter Braido. Este procedimento teve aspectos positivos e negativos. Os clubes ganharam estádios, vestiários, infra-estrutura, mas perderam a identidade histórica e tradicional que possuíam. Eu próprio tive de deixar o coração de lado e o amor que sempre tive pelo Atlético Vila Alpina e abrir mão deste amor para extinguir grandes clubes amadores do futebol sancaetanense (Pesquisa e texto realizados pelo Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória)



Aurélio Loureiro de Bastos e família na comemoração das Bodas de Ouro de seu casamento, em 23 de Abril de 1992

Aurélio Loureiro de Bastos



Fundação Pró-Memória

Depoimento de Antônio José dos Santos, Toninho dos Esportes, à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Abril de 2002

Jogos Abertos do Interior: São Caetano foi campeão pela primeira vez em 1982

José Odair da SILVA (*)

Os Jogos Abertos do Interior (JAI) são o principal evento esportivo do Estado de São Paulo e um dos maiores da América Latina. A competição sempre contou com a presença dos principais atletas do Brasil, muitos deles com índices olímpicos.

A criação dos JAI foi uma iniciativa de esportistas preocupados em contribuir com o aprimoramento técnico de diversas modalidades e incentivar o conagraçamento das cidades do interior paulista através do esporte.

O idealizador dos jogos foi o esportista e professor Horácio *Baby* Barioni (1905-1967) que, com o apoio de empresários e do poder público, liderou a primeira edição que aconteceu em 1936, na cidade de Monte Alto. Na ocasião, foram disputadas 18 modalidades (atletismo, ciclismo, futebol de salão, judô, natação, tênis de mesa, basquetebol, damas, ginástica olímpica, caratê, pugilismo, voleibol, bo-



Fundação Pró-Memória

Antônio José dos Santos

cha, futebol, handebol, malha, tênis e xadrez).

Atualmente, as modalidades continuam as mesmas. As categorias, porém, já somam 31, envolvendo mais de dez mil atletas de 170 cidades. O crescimento foi tamanho que se fez necessária a prática dos Jogos Regionais com caráter classificatório, dividindo o Estado de São Paulo em oito regiões esportivas.

Ao longo dos 65 anos de competição, a cidade que mais vezes venceu no geral foi Santos, com 24 títulos. Em seguida, vêm Santo André, com 12, Campinas, com dez, e Guarulhos e São Caetano do Sul, com seis títulos cada. A única cidade fora do estado a participar como convidada e ser campeã foi Uberlândia (MG), com um tricampeonato geral em 1936, 37 e 38. A cidade ainda sediou os JAI de 1937, única vez que os jogos foram realizados fora do estado.

O recorde da cidade que mais vezes sediou os jogos pertence a Santos, com seis

vezes. Depois vêm Ribeirão Preto com cinco e Araçatuba, Campinas, Rio Claro, Sorocaba e São José do Rio Preto com quatro. São Caetano do Sul se apresentou como sede apenas uma vez, na edição de número 29, no ano de 1964. Na ocasião, Santos foi campeã e Santo André vice.

Também é de Santos a marca da cidade que mais vezes seguidas conquistou o título geral: 13 vezes, entre 1940 e 1952, e sete vezes entre 1962 e 1968. Depois aparecem Guarulhos, com seis vezes entre 1990 e 1995, e São Caetano do Sul com o pentacampeonato conquistado entre 1997 e 2001.

O grande sonho de Antônio José dos Santos, o Toninho dos Esportes, era sediar os JAI, ser campeão geral e encerrar com chave de ouro sua gestão como presidente do CME (Comissão Municipal de Esporte). Afinal, uma competição desse porte, pela sua história e importância, sempre traz, para qualquer cidade, prestígio e divulgação no mundo esportivo. Como homem ligado ao esporte, ele sabia disso. Era hora de retribuir todo carinho que a cidade lhe dera durante tantos anos. Nascido em Ribeirão Preto, chegou em São Caetano do Sul com um ano de idade e nunca mais perdeu o vínculo com a cidade.

A oportunidade apareceu no finalzinho do governo de Raimundo da Cunha Leite, que deu total apoio para Toninho dos Esportes inscrever São Caetano do Sul como candidata a sediar os jogos de 1982. Como ele mesmo diz : *Eu estava preparado para ser*



Solenidade de entrega dos troféus pela Comissão Municipal de Esportes de São Caetano do Sul, em 1982. Da direita para a esquerda: Alberto do Carmo Araújo (Giba), Rubens Mancine, Antônio José dos Santos, prefeito Raimundo da Cunha Leite, vereador Maurício Hoffmann e professor Vicente bastos

Antônio José dos Santos

campeão dos Jogos Abertos e em São Caetano. Seria uma boa despedida, ser campeão e sede, ninguém ganharia, tenho certeza.

Participavam como candidatas, além de São Caetano do Sul, Lins, Mogi-Mirim e Bauru. A eleição seria em Presidente Prudente, onde as cidades pleiteantes deveriam apresentar seus programas. Logo na chegada, o jornalista Juarez Soares, que trabalhava na Rádio Globo e lá estava

para fazer a cobertura da eleição das candidatas, entrevistou Toninho dos Esportes ao vivo. Perguntado sobre o que estava fazendo em Presidente Prudente, ele respondeu, apaixonadamente:

- Tenho um sonho. Além de ganhar alguns títulos, gostaria de levar os JAI para São Caetano do Sul. A cidade é boa, tem apoio do poder público e estamos nos preparando há alguns anos para realizar esse sonho. Quando chegou ao comitê dos jogos, a cidade já era favorita. A defesa do município foi feita pelo próprio prefeito, Raimundo da Cunha Leite, o que causou boa impressão.

Mas corriam comentários de que o então governador do estado, Paulo Maluf, por questões partidárias não deixaria São Caetano do Sul ser a sede dos jogos abertos. De fato, a cidade era governada por um prefeito do PMDB, ao passo que o governador era do PDS. Na verdade, Paulo Maluf estava interessado em disputar uma vaga na Câmara dos Deputados e, portanto, não poderia admitir, como sede dos JAI, um município que



Antônio José dos Santos, Toninho dos Esportes, na época em que presidiu a Comissão Municipal de Esportes de São Caetano do Sul (1977-1983)

Antônio José dos Santos

não lhe rendesse os votos almejados.

Os boatos tornaram-se realidade quando foi descoberta a estratégia do governador de fazer os delegados votarem na cidade de Bauru. Mas, por princípios esportivos, Babá, ex-jogador do São Paulo FC e representante da cidade de Mogi-Mirim, mesmo sendo do PDS votou em São Caetano. Foi o suficiente para levar consigo alguns votos e fazer da cidade do ABC a eleita para sediar os JAI. Houve surpresa e espanto, tanto do governador como de sua equipe, quando foi anunciada a cidade sede.

A partir daí se iniciou, por parte do poder público, um grande boicote contra São Caetano. Uma verdadeira guerra de boatos foi veiculada na imprensa, como bem lembra Toninho: *Foram falar para o Maluf que eu dizia que a abertura dos jogos seria feita pelo futuro governador Franco Montoro, que era do PMDB*, o que não era verdade. Existia, sim, uma euforia pela vitória, mas não se chegaria a esse ponto de provocação. Em resposta, o governador, alegando remanejamento orçamentário, cortou a verba de divulgação do evento e a verba para a construção da pista de atletismo. Em seguida, licenciou-se para concorrer ao posto de deputado federal.

Em seu lugar assumiu José Maria Marin, que também era candidato a presidente da Federação Paulista de Futebol. Como a cidade tinha direito a voto na Federação, Marin pediu a Toninho que votasse nele e confessou que nada podia fazer, em relação à

verba para os jogos, por se tratar de uma questão política. Admirado com a franqueza do governador em exercício, Toninho deu-lhe o voto.

Convidado a participar de um programa na Rádio Bandeirantes, Toninho tornou público que a cidade estava sofrendo perseguição política. A declaração acabou tendo grande repercussão. Por fim, sabendo que continuaria sendo atrapalhado pelo poder público, assinou uma carta renunciando ao direito de sediar o evento. Todavia, antes assegurou a garantia de participação da cidade nos JAI. Por indicação de José Maria Marin, os jogos seriam realizados em Rio Claro.

Mesmo tendo ganho a simpatia da população do interior paulista, apresentado o melhor programa das cidades concorrentes, sido eleita democraticamente e ganho a confiança dos demais municípios, além do apoio da imprensa, São Caetano do Sul não seria a sede dos 47 ° Jogos Abertos do Interior. A cidade estava triste, mas não abatida. O que poderia ter sido uma humilhante derrota se transformaria em uma esmagadora e histórica vitória.

Ajudado por empresas como Quimbrasil e Brasilit, que adotaram atletas, e pelo Clube Pinheiros, que treinava os esportistas de saltos ornamentais e ginástica, Toninho continuou trabalhando. Parte de seu sonho ainda era possível realizar. Montou uma delegação com mais de 200 atletas, organizada por pessoas como Aurélio Loureiro de Bastos, Nelson Perdigão, Alberto do Carmo Araújo (Giba), o jor-

nalista Salvador Silva, Walter Figueira, Mauro Chekim e Jesus Eugênio, e viajou para Rio Claro.

O resultado foi que São Caetano do Sul ganhou em saltos ornamentais (masculino e feminino), ginástica feminina, tênis masculino, xadrez (masculino e feminino) e tênis de mesa feminino, obtendo o título de Campeã Geral ao superar outras 44 cidades. Na verdade, o título foi uma resposta que mostrou a força da cidade diante dos obstáculos criados para que ela não fosse a sede dos jogos de 1982, realizados em 1983.

A finalidade de um evento desse porte é difundir o esporte no seu mais alto nível, bem como realizar a confraternização entre os desportistas de todo o interior do Estado de São Paulo. Também consiste em estimular na população a prática saudável do esporte. É isso São Caetano do Sul soube respeitar até o final.

BIBLIOGRAFIA

- História do Esporte, São Paulo, Abril, 1992.
História do Pinheiros, São Paulo, Edição do Clube, 1969.
PULS, Maurício, O Malufismo, Publifolha, São Paulo, 2000.
SINGER, André. Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro, São Paulo, Edusp, 2000.
WELFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
Diário do Grande ABC, Caderno Setecidades, p.2, 28 de janeiro de 2002.

(*) José Odair da Silva, mestre em História e conselheiro da Fundação Pró-Memória

São Caetano ganha Pinacoteca



Registro
Com o principal objetivo de aproximar crianças e adolescentes do universo artístico, foi inaugurada em São Caetano do Sul, no dia 18 de Abril, a Pinacoteca Municipal. Localizada no Complexo Educacional do Ensino Fundamental, a Pinacoteca, com cerca de 380 metros quadrados, divide espaço com a Biblioteca Municipal Paul Harris, com a Fundação Pró-Memória e com a Academia de Letras da Grande São Paulo, em área total de 1450 metros quadrados.

O prefeito Luiz Tortorello, diversas autoridades municipais, funcionários da Prefeitura e muitos alunos de escolas da cidade prestigiaram a inauguração, que movimentou todos os espaços do Complexo com atividades voltadas ao público infanto-juvenil.

A Pinacoteca trouxe três exposições, que ficam em cartaz até o dia 16 de Agosto. *Retrospectiva. Onze anos de Salões de Arte em São Caetano do Sul* reúne 55 obras premiadas de artistas que participaram dos 11 Salões de Arte Contemporânea realizados na cidade entre 1967 e 1981.

Entre os 31 artistas participantes, podemos destacar Rubens Gerchman (Televisão e Man/Woman), Sepp Baenderek (Glória), Hans Gru-

dzinski (Ilhas no Espaço, Peixes, Ilha e Sol e Nossa Senhora de Todos os Portos), Gregório Gruber (Obras I, II, III e IV), Sinval Correa Soares (Coesão Superposta nº61, Pintura 60 e Pintura 70), Hannah Brandt (Folhas Soltas II), Cláudio Tozzi (Interferência I, II e II, Dissociação de Cores e Ligação Telefônica), Sérgio Niculitcheff (Vida) e Niobe Xandó (Quadro I).

A maioria dos artistas participantes destes Salões continuam a produzir no Brasil e até mesmo no exterior.

Todos os Salões estarão representados por uma ou mais obras, que demonstram um período de produção efervescente na arte brasileira, influenciado pelas Bienais de São Paulo. São obras que causaram polêmica na época, pois representavam embriões da pós-modernidade.

A segunda exposição vem diretamente do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo. *O Toque Revelador: Retratos e Auto-Retratos* foi concebida para o atendimento de públicos especiais (pessoas portadoras de deficiências sensoriais, físicas e mentais) e inclusivos

(pessoas portadoras ou não de deficiências).

A mostra reúne seis reproduções de obras de artistas contemporâneos, organizadas seguindo um percurso visual e tátil, permitindo além da observação das imagens, o toque nas reproduções em relevo. Material multisensorial de apoio à compreensão, comunicação visual e publicações em tinta e braile acompanham a exposição, além de um espaço para realização de jogos simbólicos onde o público poderá criar seu próprio auto-retrato.

Entre as obras de arte destacaram-se também quatro esculturas do artista Nino Ferraz, feitas em aço, formando a coleção *A Leveza do Aço*.



Pró-Memória fecha o ano com livro, revista Raízes e exposição de Natal

No dia 11 de Dezembro, a Fundação Pró-Memória realizou o lançamento da revista *Raízes*, edição número 24, e do livro *A Educação e os Imigrantes Italianos*, além da abertura da exposição *O Natal está na Mesa*.



O evento aconteceu no Salão de Exposições da Fundação e contou com a presença de munícipes e diversas autoridades municipais, como o prefeito Luiz Tortorello, muitos vereadores e diretores da administração.

O livro *A Educação e os Imigrantes Italianos*, da escritora Eliane Mimesse, retrata a construção do espaço escolar em São Caetano a partir do final do século XIX. A publicação, que integra o Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória, mostra detalhadamente o funcionamento das escolas, quais alunos frequentavam e quem eram os professores.

NATAL - Aberta no mesmo dia, a exposição *O Natal está na Mesa*, uma parceria com a Associação dos Pintores da Arte do Fogo do Grande ABC (APAF-ABC), deixou o Salão de Exposições no clima natalino.

A mostra reuniu mesas elaboradas com peças de porcelana, vidro e faiança, pintadas por integrantes da APAF, decoradas e enfeitadas para o Natal. Oito mesas reuniram cerca de 60 peças de porcelana, além de diversas obras avulsas em exposição.

Museu passa por reforma e reformulação interna

O Museu Histórico Municipal permaneceu fechado para reforma nos meses de Dezembro de 2001 e Janeiro deste ano. O casarão,



com mais de 100 anos, foi pintado interna e externamente. A fiação elétrica foi trocada e o telhado reparado. Parte da calçada em frente ao prédio foi rebaixada para facilitar o acesso de deficientes físicos.

NOVO VISUAL - Como o Museu possui mais de duas mil peças em acervo é necessário que haja rotatividade entre as peças em exposição. Para isso, as salas passaram por uma significativa mudança na disposição dos móveis, vitrines e objetos, visando a rever o maior número possível de novas peças.

Ficaram em destaque, assim, a miniatura de uma olaria, o espaço que reproduz um comércio do tipo secos e molhados e também a sala dedicada aos primeiros vereadores e aos prefeitos da cidade. Outra novidade é uma maquete que reproduz o Palacete De Nardi, sede atual do Museu.

Moradores dos bairros Fundação e Prosperidade recebem homenagem

Integrando o projeto Governo Itinerante, nos dias 15 e 22 de Fevereiro, a Fundação Pró-Memória realizou o projeto Memória e Cidadania, uma



homenagem aos moradores mais antigos dos bairros Prosperidade e Fundação, respectivamente.

Foram homenageados 21 senhores e senhoras do Bairro Prosperidade e 26 do Bairro Fundação, que receberam, das mãos do prefeito Luiz Tortorello e da presidente da Fundação Pró-Memória, Sônia Maria Franco Xavier, uma placa com seus nomes e com a seguinte frase: *Homenagem àqueles que ajudaram a construir a cidade*.

Nas duas edições do Governo Itinerante, a Fundação ainda apresentou exposições compostas de fotos comparativas de pontos dos bairros, com imagens do passado e do presente, além de distribuir um folheto com fotos, o mapa e a história dos bairros.

A primeira parte do projeto *Memória e*

Cidadania encerrou-se no Bairro Fundação. A última fase será a publicação de um livro com relatos de vida de algumas destas pessoas que foram homenageadas durante todos os Governos Itinerantes, em todos os bairros.

Comemoração do dia Internacional da Mulher

A Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul participou, em conjunto com o Departamento de Saúde e Vigilância Sanitária, de um evento em



comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizado no dia oito de Março, no Teatro Santos Dumont.

Ao lado da exposição de obras literárias *Mulheres Escritoras do ABC*, organizada pela Livraria Alpharrabio, de Santo André, a Fundação promoveu o lançamento na região do livro *Dicionário Mulheres do Brasil*, de Shuma Schumaber e Erico Vital Brazi, da Editora Zahar.

MUSEU - *Pelas Mãos da Mulher* é o nome da exposição que o Museu Histórico Municipal montou para o Dia da Mulher. Esta mostra reuniu vários objetos que já passaram pelas mãos de uma mulher, em diversos aspectos. Através destes objetos foram retratadas a mulher bordadeira, a mulher que gosta de cozinhar, a mulher artista, a mulher que cuida de criança, a mulher que se enfeita e a mulher que trabalha.

SHOPPING - De primeiro a dez de Março, ficou em cartaz no Shopping ABC a exposição *Imagens de Mulher; um retrato da mulher sul-sancaetanense*. São 21 imagens de mulheres, de famílias importantes, que contribuíram para o crescimento da cidade desde o início do século passado até a década de 1970.

Trezentas pessoas em caminhada histórica por São Caetano

Cerca de 300 pessoas participaram da 1ª

Caminhada da Memória de São Caetano do Sul, promovida pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, em parceria com o Departamento de Esportes e Turismo e com a Diretoria de Saúde e Vigilância Sanitária, no dia sete de Abril.



Com o objetivo de levar ao conhecimento da população pontos que fazem parte da história da cidade, e também para comemorar o Dia Mundial da Saúde, a caminhada se iniciou em frente ao Museu Histórico Municipal e passou por dez locais importantes. Antes de iniciarem a caminhada, os participantes passaram por alguns exames médicos rápidos em frente ao Museu Histórico Municipal.

Autoridades municipais como a primeira-dama e presidente do Fundo Social de Solidariedade, Avelina Tortorello, acompanharam todo o trajeto.

Os pontos percorridos foram: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Igreja São Caetano (Matriz Velha), Escola Estadual Senador Fláquer, Rua Perrella, Ferrovia e Casas da Ferrovia, Viaduto dos Autonomistas, Praça Cardeal Arcoverde, Igreja Matriz Sagrada Família e prédio da Câmara Municipal, local onde funciona a sede da Fundação Pró-Memória.

Durante todo o percurso os participantes receberam informações históricas sobre os locais, como data da construção e outras curiosidades. Na chegada, uma aula de ginástica agitou crianças, jovens e adultos e uma bicicleta foi sorteada. Além disso, uma exposição contando com todos os pontos da caminhada, chamada *Caminhos da Memória*, pôde ser apreciada no Salão de Exposições da Pró-Memória.

Exposição sobre índio passou pelo Shopping ABC em Abril

De 15 a 29 de Abril, a exposição *Índios - o início de uma história* ficou em cartaz no Shopping ABC, trazendo ao conhecimento de todos um pouco da cultura indígena, a fim de valorizar o saber dos índios, tão resistente através dos tempos.

Os 15 painéis com fotos e textos retrataram a alimentação, a habitação, as festas, os hábitos, os rituais, o trabalho e o artesanato das tribos brasileiras Carajás, Araras, Kaiapós, Tucanos, Yanomami, Xavantes e Guaranis. As fotos são de Vicent Carelli, cedidas pelo Centro de Trabalho Indigenista.

Imigração em dose dupla

De 14 de Maio a 12 de Julho, a Fundação Pró-Memória reuniu duas mostras simultâneas em seu Salão de Exposições. Empréstadas pelo DEMA



(Departamento de Museus e Arquivos do Estado de São Paulo) e pela AAPC (Associação dos Artistas Plásticos de Colagem), as duas tratavam do tema imigração.

Os Imigrantes, produzida pelo DEMA, era formada por 17 painéis com reproduções fotográficas de famílias, casamentos, crianças, jovens e adultos imigrantes. Portugueses, japoneses, italianos, alemães, espanhóis, ingleses, poloneses, sírios e norte-americanos, que começaram a chegar ao Brasil a partir de 1870, ilustraram a exposição.

Já a mostra *Aquarela do Brasil - a imigração em São Paulo* trouxe trabalhos em colagem de 32 artistas, entre eles Rubens Ianelli, Niobe Xandó, João Generoso, Lena Buazar, Ivone Dêgelo e outros, sob a coordenação da Associação dos Artistas Plásticos de Colagem.

Pró-Memória participou de manifestação pela paz

No dia 18 de Maio, a Fundação Pró-Memória participou do Segundo Dia Metropolitano de Prevenção da Violência, em evento realizado no Es-



paço Verde Chico Mendes. No estande da Fundação, um painel denominado *Tributo à Paz* reuniu trabalhos de artistas das sete cidades do Grande ABC em um protesto contra a violência.

Exposição no Museu lembrou escravidão

Arte e História reuniram-se em *Liberdade?! A escravidão negra em São Caetano do Sul*, que o Museu Histórico Municipal exibiu de 18 de



Maió a 14 de Julho, não deixando passar em branco o mês dedicado à lembrança dos sofrimentos e dos heróicos feitos da comunidade afro-brasileira.

Liberdade?! A escravidão negra em São Caetano do Sul mostrou, além de documentos e fotos que atestam o período de escravidão na cidade, trabalhos em telas e esculturas de 12 artistas plásticos da região relativos ao tema.

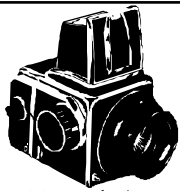
Afonso Nitoli, André Motta, Carlos Zambom, Cristina Moraes, Edson Raposeiro, Eden Coppini, Ida Suzete, Márcia Cristina, Mionn, Olinda Metran, Roberto Bittencourt e Tânia Turcato prepararam obras especialmente para a exposição.

Falando de Amor no Shopping ABC

A exposição *Falando de Amor - o Amor Romântico* ficou em cartaz no Shopping ABC de cinco a 30 de Junho, como homenagem ao mês dos namorados. Retratando o relacionamento amoroso ao longo dos anos, a mostra enfocou a produção cultural, os usos e comportamentos sociais dentro do tema.

Diversas manifestações do amor romântico, desde o início do século XX, foram apresentadas: desde literatura, cultura, pintura e propaganda até artes cênicas e cinema.

Paula Fiorotti é jornalista



Memória Fotográfica



Aurélio Loureiro Bastos

1 - Time do Atlético Vila Alpina, em 1941, quando disputava o campeonato amador da cidade de Santo André. Relacionamos os nomes de dez jogadores: Jacó, Jijo, Vinte e Sete, Divino e Pegaço, Eduardo, Jacó, Natalino, Brás, Ferrolho, (?), (?)



Carlos Gerchtel

2 - Barraca de mascate em feira de variedades. Década de 40. Da esquerda para a direita: Zelman Zaks, menino Bijo (apelido) e Boris Giersztel, pai de Carlos Gerchtel



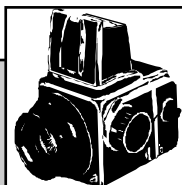
Fundação Pro-Memória

3 - Em Julho de 1964 era inaugurado o busto de Lauro Gomes de Almeida, ex-prefeito de Santo André, em frente ao ginásio de esportes que levava o seu nome e ao lado do Estádio Municipal Anacleto Campanella. Da cerimônia participaram a viúva do ex-prefeito, dona Lavínia Rudge Ramos (dona Nenê), e o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli



Walter Andrade

4 - O prefeito Anacleto Campanella recebe em seu gabinete assessores e políticos no início de sua segunda administração (quatro de Abril de 1961 a três de Abril de 1965). Observa-se na parede o símbolo de sua campanha eleitoral: uma enorme pena de caneta acompanhada da frase "Confiante na vitória de Anacleto Campanella, uma homenagem". Da esquerda para a direita: Walter Andrade, Júlio de Mello, José Marim Saab, Paulo Pimenta, Anacleto Campanella, Concetto Constantino, coronel Juventino Borges e o vice-prefeito Lauro Garcia. Ano de 1961



**Memória
Fotográfica**

1 - O Unidos Vôlei Clube, formado por jovens de São Caetano do Sul, participou de um campeonato interclubes de vôleibol, na cidade de Jundiá, em 1959. Da esquerda para a direita, em pé: Nelson Perin, Sérgio Nogueira, José Cláudio Piotto (Zequinha), Eloy Afini, Luiz Murilo Mantovani e Darmil Garcia Lopes (Sansão). Agachados: Valter Mariano e Ivo Pellegrino



Nelson Perin

2 - Estação Ferroviária de São Caetano do Sul em flagrante de José Honório de Castro no ano de 1968 (dois anos antes da demolição para a construção de uma nova estação). Havia duas plataformas de passageiros e um pontilhão de ferro fundido, usado pelos pedestres para a travessia, que unia os dois trechos da Avenida Conde Francisco Matarazzo



Fundação Pró-Memória

3 - Na esquina da Rua Oswaldo Cruz com a Rua Marechal Deodoro funcionou, em 1948, o Hospital Bartira, propriedade do dr. Souza Voto. Na década de 50, as instalações passaram a ser utilizadas pelo Pronto-Socorro Municipal, desativado em 1968. Hoje, no local, existe a Praça São Caetano Di Thiene. Ao fundo é possível observar a Indústria Ferro Enamel, desativada na década de 70 e transferida para São Bernardo do Campo

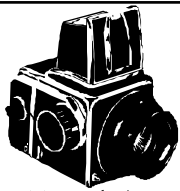


Fundação Pró-Memória

4 - Antigas instalações da Indústria Stearica Paulista, localizada na esquina da Rua Santo Antonio com a Avenida Conselheiro Antonio Prado. Nos anos 70, a Indústria Corona, fabricante de carrocerias metálicas, ocupou o local. No início da década seguinte, o prédio foi demolido para a construção do terceiro módulo do atual Terminal Rodoviário de São Caetano. Ao fundo, o Edifício Vitória



Fundação Pró-Memória



Memória Fotográfica



Nelson Infanti

1 - Em Dezembro de 1951, a Guarda Noturna de São Caetano do Sul foi oficialmente instituída em cerimônia ocorrida na antiga sede do Clube Ideal, na Rua Santa Catarina, nº 97. Da esquerda para a direita: Anacleto Campanella, Júlio de Mello, Antônio Lojudice, (?), dr. Marcondes (delegado policial), Bruno Bisquolo, (?) Santoro, Antônio Russo, Nelson Infanti e o chefe da guarda, cujo apelido era General



Fundação Pro-Memória

2 - Avenida Conde Francisco Matarazzo, 1945. Recepção aos membros da Força Expedicionária Brasileira residentes em São Caetano. Em meio à multidão, as faixas políticas do Partido Comunista Brasileiro. No térreo do sobrado à esquerda funcionava o Bar Santos, propriedade do pai do jornalista esportivo Nelson Perdigão



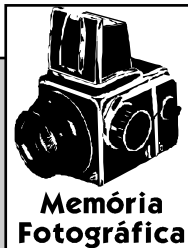
Fundação Pro-Memória

3 - A Fundação Mc Ashan, ligada à empresa Anderson Clayton, e os Armazéns de Reprendagem de Algodão Fidelidade promoviam, no início da década de 60, em São Caetano do Sul, campanhas filantrópicas de distribuição de material escolar para crianças carentes. Um dos responsáveis pelo trabalho era Argemiro de Barros Araújo, que viria a ser vice-prefeito de Walter Braido entre os anos de 1973 e 1977



Fundação Pro-Memória

4 - A Casa dos 80 marcou época no comércio varejista de roupas, em São Caetano, entre os anos 50 e 70. Todos os produtos à venda tinham o preço reduzido em oitenta centavos, o que agradava os clientes. A loja era dirigida por Francisco Negrão, que trabalhava como ator em programas de televisão e, principalmente, em filmes realizados na Companhia Cinematográfica Vera Cruz, de São Bernardo do Campo. A loja localizava-se na Avenida Conde Francisco Matarazzo, junto à estação ferroviária. Ano de 1968



**Memória
Fotográfica**

1, 1A - Um dos passatempos da juventude sancaetanense, na década de 60, era voar em um ultraleve chamado Auto-Giro. O Clube Aéreo de Auto-Giro (CAAG), localizado na cidade, congregava os simpatizantes do esporte e era dirigido por Wladimir Romera. A área utilizada para os vôos era próxima ao Rio dos Meninos, onde hoje existe a estação de tratamento de esgotos da Sabesp. Ano de 1967



Fundação Pro-Memória

2 - Nesta peça publicitária de 1965, a Brasinca de São Caetano do Sul procurava jogar com os conhecimentos dos leitores sobre a produção da empresa. Considerada uma das maiores ferramentarias da América Latina, possuía também estamperia que produzia peças para todas as montadoras automobilísticas do Brasil. Com a imagem do carro esportivo 4.200 GT, apelidado de Uirapuru, em destaque no anúncio, a Brasinca procurava esclarecer que não era apenas a montadora daquele veículo (sensação do IV Salão do Automóvel, em 1964)

2

**RÁPIDO,
O QUE É BRASINCA?
VOCÊ ERROU.**

Apresentamos novamente o 4.200 GT em sua versão de 4 portas ou 2 portas e 2 portas com teto fixo. Mas não é tudo.

A Brasinca é uma grande ferramentaria produtora de ferramentas para a indústria de ponta. Não vende apenas máquinas e equipamentos.

Demanda Brasinca, você tem peças para: Chevrolet, Ford, Fiat, GM, Honda, Nissan, Opel, Renault, Saab, Volvo, Alfa Romeo, Dodge, Plymouth, Chrysler, e mais de 100 marcas. Não precisa ir ao concessionário. Temos peças para todos os modelos e versões.

Não precisamos mais grandes investimentos em novos projetos. E agora não precisamos mais de grandes investimentos em novos projetos.

Como, então, se prepara para se de para a sua carreira? Matrizes, dispositivos, guilhotinas de corte, e ferramentas, acessórios.

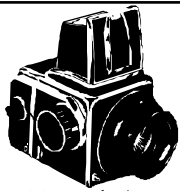
Produzindo tudo isto, é impossível que a gente diga algo mais grande quando alguém pergunta a Brasinca é o quê?

Atual a Brasinca foi fundada em São Caetano do Sul, cidade de desenvolvimento de uma indústria, automobilística. E isso não muda com o tempo. Você sabe a diferença entre uma indústria automobilística e uma indústria de ferramentas? É a diferença a fabricação da Brasinca.

Agora, pense rápido: O que é Brasinca? Você acertou.

BRASINCA S.A.
FERRAMENTARIA AUTOMOBILÍSTICA

Fundação Pro-Memória



Memória Fotográfica



Fundação Pró-Memória

1 - O clube de futebol amador Atlético Vila Alpina, fundado em seis de Junho de 1936, apesar de estar localizado no Município de São Paulo, sempre disputou os campeonatos promovidos pela Liga Sancaetanense de Futebol. No torneio de 1959, sagrou-se campeão e comemorou o evento, com seus torcedores, na esquina da Avenida Conde Francisco Matarazzo com a Rua Herculano de Freitas, no Bairro Fundação



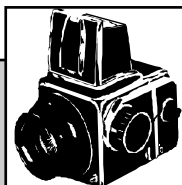
Fundação Pró-Memória

2 - Em 1959, este era o contingente militar sediado em São Caetano do Sul. Os oficiais reuniam-se no edifício de número 251 da Rua Rio Grande do Sul, onde hoje se localiza o Banespa. Naquela época, o grupo de militares sancaetanenses pertencia à Força Pública do Estado de São Paulo, atual Polícia Militar



Fundação Pró-Memória

3 - Em Julho de 1959, o jornalista Otto Diringer, do Jornal de São Caetano, entrevistou Rosalina do Nascimento Ribeiro, mãe da menina Neves Ribeiro. A garota, que havia morrido muito jovem, era considerada milagrosa pelo povo de São Caetano do Sul. Seu túmulo, no Cemitério da Cerâmica, ainda é muito visitado



**Memória
Fotográfica**

1 - A Praça Ermelino Matarazzo, junto às antigas instalações industriais da Matarazzo, abrigou por muito tempo a estátua de São Caetano Di Thiene, hoje localizada na torre da Igreja Matriz Velha de São Caetano. O menino ao lado da estátua é Ademir João Perrella, filho de Emigdio Perrella, morador do local por mais de 70 anos



Família Emigdio Perrella

2 - Vista aérea (1967) do antigo Paço Municipal e da Praça do Estudante, na Avenida Goiás. O obelisco diante do prédio foi demolido devido à duplicação da Avenida Goiás

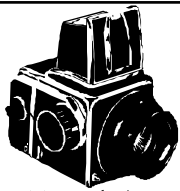


Fundação Pró-Memória

3 - Na década de 60 foram tomadas as primeiras providências para a construção da atual Escola Industrial Jorge Street. As plantas dos futuros prédios estavam sendo observadas por Marlene Picarelli (do Fundo Estadual de Construção Escolar); João Batista Pinto (relações públicas da Prefeitura municipal); Geraldo Puntoni (da diretoria de obras públicas) e Giuseppe Sabatine (chefe da seção de cadastro e urbanismo de São Caetano do Sul)



Fundação Pró-Memória



Memória Fotográfica



Domingo Glenir Santarnecchi

1 - Em 1957, os estudantes do curso primário precisavam preparar-se para o curso ginásial através do chamado Curso de Admissão ao Ginásio. Era o caso dos alunos do curso de admissão do Instituto Sagrada Família. À direita, o professor Eugênio Voltarelli. O aluno Domingo Glenir Santarnecchi, sentado na primeira fila, é o décimo primeiro da esquerda para a direita



Fundação Pró-Memória

2 - Praça do Professor, em 1958, localizada junto ao Ginásio Cel. Bonifácio de Carvalho e ao recém-construído Auditório Santos Dumont, que também abrigava a sede do Centro Acadêmico 28 de Julho. A Avenida Goiás possuía uma única pista para os dois sentidos do trânsito e era calçada com paralelepípedos. Ao fundo, as instalações industriais da General Motors do Brasil



Mário Porfírio Rodrigues

3 - O jornal paulista Fanfulla, bancado pela colônia italiana, em sua edição de primeiro de Agosto de 1958 publicou, na primeira página, matéria sobre os festejos do 81º aniversário de São Caetano do Sul. Na ocasião, foi inaugurado, provisoriamente, um monumento aos imigrantes italianos na Praça Cardeal Arcoverde, em frente a um coreto que existia na época. Da esquerda para a direita: (?), José Martorelli, Luiz Martorelli, Antônio de Melo Neto, Walter Braidó, Vítório Dal'Mas, Paulo Reale, Wladomiro Ricocci, João D'Agostini, (?), João Dal'Mas, Mário Porfírio Rodrigues, o seu filho Mário Roberto Rodrigues, e Jordano Vincenzi



Fundação Pró-Memória

4 - A Sociedade Amigos do Bairro Fundação, em seu segundo aniversário (1965), organizou torneio de bocha vencido pelo São Cristovão Futebol Clube. Na oportunidade, João da Costa Faria (ladeado pelo padre Gil Eulálio, vigário da Paróquia São Caetano), diretor da agremiação vencedora, recebeu, das mãos do vice-prefeito Lauro Garcia, o troféu de campeão

1 - Em 1959, a equipe de futebol profissional do São Caetano Esporte Clube disputava uma de suas últimas partidas pelo campeonato paulista da 2ª divisão de profissionais. Não demoraria muito e o departamento de futebol da agremiação seria extinto. O jogo foi realizado contra o União de Mogi das Cruzes, no estádio Anacleto Campanella, e o resultado foi 1x1



Fundação Pro-Memória

2 - Em 1977, o Brasil, através da CBD – Confederação Brasileira de Desportes, enviou vários treinadores para os Estados Unidos a fim de ensinar futebol. Nelson Perdigão, então professor das escolinhas de futebol da cidade, representou São Caetano do Sul e São Paulo. Da esquerda para a direita: Ted Arrows (dirigente americano), Nelson Perdigão, Edvaldo A. Santa Rosa (campeão do mundo de 1958)



Nelson Perdigão

3 - Grupo de amigos reunidos junto ao Coreto da Praça Cardeal Arcoverde, em frente à Matriz Sagrada Família, em 1951.
Em pé, da esquerda para a direita: Ermelindo Savioli, Vicente Zorzi, Antônio Alvarenga, Salim (apelido) e Oswaldo.
Sentados: Antônio, (?) e José Zorzi

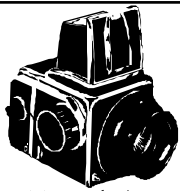


José Zorzi

4 - Avenida Guido Aliberti, na época de sua abertura e recapeamento, no início da década de 60. Tinha a função de ligar a Avenida Presidente Wilson, em São Paulo, com o Km. 13 da Via Anchieta, em São Bernardo do Campo. À direita, parte das instalações industriais da Laminação São Francisco, hoje desativada



Fundação Pro-Memória



**Memória
Fotográfica**



Fundação Pro-Memória

1 - O Banco de São Caetano do Sul inaugurou, em 1961, sua primeira agência filial na Avenida Goiás, esquina com a Rua Tiradentes, na antiga Vila Paula (hoje Bairro Santa Paula). Posteriormente, as instalações abrigaram filiais do Banco Bamerindus e, atualmente, comportam o Banco HSBC



Aurélio Loureiro de Bastos

2

2 - O Atlético Vila Alpina, fundado em seis de Junho de 1936, comemorou seu Jubileu de Prata em 1961. Nesse ano, realizou evento comemorando a aquisição da sede própria. O prefeito Campanella, à direita, segura a fâmula do clube junto com o vereador Jaime da Silva Reis



Fundação Pro-Memória

3

3 - O Parque Infantil 1º de Maio, construído em 1957, foi inaugurado pelo prefeito Oswaldo Samuel Massei em 1958. O primeiro parque infantil de São Caetano localizava-se entre as Ruas Manoel Coelho e Rio Grande do Sul. Em dez de Fevereiro de 2001, na administração de Luiz Olinto Tortorello, o estabelecimento de ensino foi transferido para a Rua Rafael Correa Sampaio, 584

1 - Avenida Conde Francisco Matarazzo, em 1946, no trecho entre a estação ferroviária e a Rua Heloisa Pamplona. Hoje no local está instalada a Rua 24 horas



Bronislav Zocalsky

2 - Em 1971 a Rua Aquidaban, no Bairro Fundação, teve as casas do lado direito, sentido centro, demolidas para a construção do Viaduto Independência, inaugurado em 1972. À direita, a antiga sede social do SAAD Esporte Clube, e ao fundo o prédio do Moinho Santa Clara



Fundação Pró-Memória

3 - Fachada de mercado que funcionou na Rua Santa Catarina próximo à rede da Eletropaulo. O casarão ao fundo foi demolido e, no local, hoje funciona a agência bancária do HSBC. Ano de 1959



Fundação Pró-Memória

4 - Trecho da Rua Conselheiro Lafayette, no Bairro Barcelona, quando foi pavimentada, no início dos anos 60. Em primeiro plano, o quarteirão compreendido entre a Avenida Goiás e a Rua Piratininga



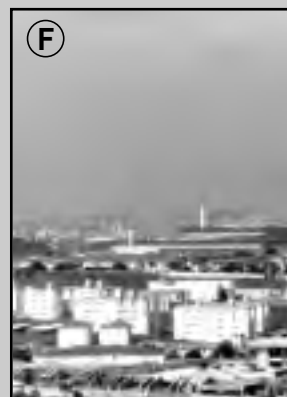
Fundação Pró-Memória

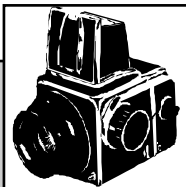


Fotos: Carlos Vitor de Oliveira



Palácio da Cerâmica em de 16 de Agosto de 1991





Memória
Fotográfica

sequência de imagens
a 29 de Agosto de 1992



ISSN 1415-3173

